

**PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES
DO**

**AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL
("Fundo")**



A presente instituição aderiu ao
Código ANBIMA de Regulação
e Melhores Práticas para os
Fundos de Investimento.

CNPJ/MF nº 15.653.649/0001-89

Tipo ANBIMA: FIDC Fomento Mercantil

Atributo Foco de Atuação: FIDC Fomento Mercantil

Classificação de Risco da 1ª Série de Cotas Seniores – "brA" (sf) (p)

Código ISIN para da 1ª Série de Cotas Seniores: **BRAURUCTF008**

Registro do Fundo na CVM: 10 de dezembro de 2013

**A Oferta da 1ª Série de Cotas Seniores foi registrada na CVM sob o regime de registro automático
em [-] de [-] de [-], sob o nº [-]: [●]**

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é administrado pelo Banco PETRA S.A ("Administrador"), instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52.

O Fundo é regido pela Resolução CMN nº 2.907, de 29.11.2001, pela Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, conforme alterada, ("Instrução CVM 356"), e por seu Regulamento registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba/PR, sendo o último registro de alteração realizado em 17.12.2013 sob o nº 574.309 ("Regulamento").

A oferta da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo foi deliberada pelo Administrador em 30 de setembro de 2013 e registrada sob o nº 490.552 no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba/PR. Serão distribuídas publicamente até 15.000 (quinze mil) Cotas Seniores da 1ª Série, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Oferta"), perfazendo na data de emissão o montante de até

R\$ 15.000.000,00

(quinze milhões de reais)

**OS VALORES MOBILIÁRIOS OBJETO DA PRESENTE OFERTA NÃO SERÃO
NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES OU EM SISTEMA DE MERCADO DE BALCÃO,
NÃO PODENDO SER ASSEGURADA A DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÕES SOBRE
OS PREÇOS PRATICADOS OU SOBRE OS NEGÓCIOS REALIZADOS.**

**O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM,
GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM
JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE AS COTAS A
SEREM DISTRIBUÍDAS.**

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 37 a 43 do presente Prospecto.

Antes de investir no Fundo leia com atenção os outros avisos na página 02 deste Prospecto.

"Leia o Prospecto e o Regulamento antes de investir."

Administrador
PETRA
BANCO PETRA S.A.

Gestor
PETRA
PETRA CAPITAL

Consultor Especializado
KS
FOMENTO

Distribuidor
PETRA
CORRETORA DE VALORES

Auditoria
**BAKER TILLY
BRASIL**

Custodiante
PETRA
BANCO PETRA S.A.

A data deste Prospecto é de 07 de março de 2014.

AVISOS

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários.

As informações contidas nesse Prospecto estão em consonância com o Regulamento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

A autorização para o funcionamento do Fundo e/ou venda das Cotas não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços do Fundo.

O Fundo é destinado a investidores qualificados, autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios. O investimento nas Cotas Seniores Fundo não é adequado a investidores que: (i) necessitem de liquidez considerável, uma vez que a negociação de Cotas Seniores no mercado Brasileiro é restrita; e (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor privado.

O investimento do Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o Administrador e a Gestora da carteira mantenham sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

Este Fundo não utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia do Administrador, do Gestor, do Consultor Especializado e de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Não há compromisso ou garantia por parte do Administrador, do Gestor e do Consultor Especializado de que o objetivo do Fundo será atingido.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da Cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

Este Fundo pode investir em carteira de direitos creditórios diversificada, com natureza e características distintas. Dessa forma, o desempenho da carteira pode apresentar comportamento distinto ao longo da existência do Fundo.

As Cotas Seniores da 1ª Série possuem carência para amortização de 14 (quatorze) meses a contar da data da primeira subscrição e integralização de Cotas Seniores desta 1ª Série.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

ÍNDICE

AVISOS.....	2
DEFINIÇÕES	6
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO	9
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA OFERTA.....	11
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA E PÚBLICO-ALVO.....	14
QUANTIDADE, ESPÉCIE E VALOR DAS COTAS.....	14
PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO.....	14
REGIME DE COLOCAÇÃO.....	14
DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS COTAS.....	15
REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS.....	15
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS COTAS.....	15
INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS.....	15
CRONOGRAMA DA OFERTA.....	16
CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO	16
ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA OFERTA.....	17
SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA OFERTA.....	18
OUTRAS INFORMAÇÕES.....	18
IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO.....	20
ADMINISTRADOR E CUSTODIANTE.....	20
ADMINISTRADOR.....	20
COMO CUSTODIANTE SÃO OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR.....	25
CONSULTORA.....	26
AGENTE DE COBRANÇA.....	29
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO.....	29
AUDITORIA INDEPENDENTE	30
VERIFICAÇÃO PELA ADMINISTRADORA DO CUMPRIMENTO DAS RESPECTIVAS OBRIGAÇÕES PELO GESTOR, PELO CUSTODIANTE, PELO CONSULTOR E PELO AGENTE DE COBRANÇA.....	30
CONFLITO DE INTERESSE.....	31
RELACIONAMENTO ENTRE OS PRINCIPAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	31
RELACIONAMENTO ENTRE O ADMINISTRADOR E O GESTOR.....	31
RELACIONAMENTO ENTRE O ADMINISTRADOR E O CONSULTOR.....	31
RELACIONAMENTO ENTRE O ADMINISTRADOR E A AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO.....	31
RELACIONAMENTO ENTRE O ADMINISTRADOR E O AUDITOR INDEPENDENTE.....	31
RELACIONAMENTO ENTRE O ADMINISTRADOR E O COORDENADOR.....	31
ATENDIMENTO AOS COTISTAS.....	32
REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS ENCARGOS	33
REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR PELAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSULTORIA.....	33
OUTRAS TAXAS	33
REMUNERAÇÃO DO AGENTE DE COBRANÇA.....	33
REMUNERAÇÃO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO.....	34
REMUNERAÇÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	34
REMUNERAÇÃO DO CUSTODIANTE	34
OUTROS ENCARGOS DO FUNDO	34
SUBSTITUIÇÃO OU RENÚNCIA DO ADMINISTRADOR.....	35
SUBSTITUIÇÃO OU RENÚNCIA DOS OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO.....	36
GESTOR	36
CONSULTOR.....	36
ADMINISTRADOR NA QUALIDADE DE CUSTODIANTE.....	36
AGENTE DE COBRANÇA	36
FATORES DE RISCO	37
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS DO FUNDO	44
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DA CARTEIRA DO FUNDO	44
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA ANÁLISE, SELEÇÃO, COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS.....	44

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA ESCRITURAL.....	44
CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA DE CHEQUES	44
CONTRATO DE CESSÃO.....	44
CONTRATO DE DEPÓSITO	45
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO.....	46
BASE LEGAL	46
PÚBLICO-ALVO.....	46
DATA DE CONSTITUIÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO.....	46
PRAZO DE DURAÇÃO	46
FORO	46
OBJETIVO DO FUNDO.....	46
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS.....	46
CLASSES.....	47
CARACTERÍSTICAS DAS COTAS.....	47
NOVAS EMISSÕES	48
RELAÇÃO MÍNIMA E SEU ENQUADRAMENTO.....	49
SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO	50
AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO.....	50
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	53
AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS	53
RESERVA DE AMORTIZAÇÃO.....	54
COMUNICAÇÕES	54
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	54
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	55
POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.....	56
OPERAÇÕES COM DIREITOS DE CRÉDITO	56
LIMITE PARA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	56
RECURSOS LIVRES	56
VEDAÇÕES.....	57
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	58
AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO	59
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	59
REGRAS PARA CADASTRAMENTO PRÉVIO DE CEDENTES.....	60
ALIENAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO PARA TERCEIROS	61
RESPONSABILIDADES DOS CEDENTES PELAS CESSÕES.....	62
COBRIGAÇÃO DOS CEDENTES.....	62
DIREITOS DE CRÉDITO COM POSSIBILIDADE DE PRÉ-PAGAMENTO.....	62
POLÍTICA DE COBRANÇA	63
COBRANÇA REGULAR DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	63
COBRANÇA DOS INADIMPLENTES.....	63
CRITÉRIOS PARA A VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	64
ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	66
COMPETÊNCIA.....	66
INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÕES.....	66
CONVOCAÇÃO.....	67
EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	68
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	68
EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO.....	69
ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS	71
PROVISÃO DOS VALORES RELATIVOS AOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	72

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....	73
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO.....	73
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS	73
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	75
DESEMPENHO HISTÓRICO DA CARTEIRA DE DIREITOS DE CRÉDITO	75
INFORMAÇÕES SOBRE SITUAÇÕES DE PAGAMENTO ANTECIPADO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	75
ACRÉSCIMO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS	75
INFORMAÇÃO A RESPEITO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO E SEUS PROCEDIMENTOS COM RELAÇÃO A INADIMPLÊNCIAS, PERDAS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO	76
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS HOMOGÊNEAS DOS SACADOS	76
GARANTIAS E REFORÇOS DE CRÉDITO	76
HISTÓRICO DE INADIMPLENTO, PERDAS E PRÉ PAGAMENTOS DOS DIREITOS DE CRÉDITO ADQUIRIDOS PELO FUNDO	76
ANEXO I – INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	78
ANEXO II –REGULAMENTO DO FUNDO	79
ANEXO III - DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ART.56, INSTRUÇÃO CVM Nº 400.....	80
ANEXO IV – SÚMULA E RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	81
ANEXO V – SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES	82

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles a seguir atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto:

Administrador:	BANCO PETRA S.A., instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar – Conjunto 1103, Batel, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52;
Agência Classificadora de Risco:	É a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.;
Agente de Cobrança:	É o Banco Bradesco S.A.;
Amortização:	O pagamento, aos Cotistas de fundo fechado de investimentos, de parcela do valor de suas cotas, sem redução do seu número;
Assembleia Geral	É a assembleia geral de cotistas extraordinária ou ordinária;
BACEN:	O Banco Central do Brasil;
BM&FBOVESPA:	BOVESPA – Bolsa de Mercadorias, Futuros e Valores, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 e inscrita no CNPJ sob nº 02.584.094/0001-19;
CCF:	O Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do BACEN;
CDI:	Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia – “over extra grupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela CETIP;
Cedentes:	São todas as pessoas jurídicas que venham a ceder Direitos de Crédito ao Fundo;;
CETIP:	CETIP S.A – Mercados Organizados;
Contrato de Cessão:	O Contrato que Regula as Cessões de Crédito para Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrado entre o Administrador em nome do Fundo, e os Cedentes;
Contrato de Consultoria Especializada:	O contrato de prestação de serviços de consultoria especializada para análise e seleção de Direitos de Crédito, bem como cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, celebrado entre o Fundo e a Consultora;
Consultora:	KS Fomento Mercantil SA com AV: Ataulfo de Paiva, 226 / 602 – Leblon –na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro - CEP 22440-033 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.720.020/0001-90, contratada para prestar serviços de análise e seleção de Direitos de Crédito e cobrança judicial e extrajudicial para o Fundo, nos termos do Contrato de Consultoria Especializada;
Cotas:	Cotas Seniores e Cotas Subordinadas em conjunto;
Cota Sênior:	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de Amortização, Resgate e distribuição dos resultados da carteira do

	Fundo;
Cota Subordinada:	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de Amortização, Resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo;
Cotistas:	Os investidores que venham adquirir cotas de emissão do Fundo;
Critérios de Elegibilidade:	Os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo conforme estabelecido no artigo 10 do Regulamento, os quais serão verificados pelo Administrador;
CVM	A Comissão de Valores Mobiliários;
Data de Amortização:	É a data do pagamento das amortizações de cada Série de Cotas Seniores definidas no respectivo Suplemento da Série “n”, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento;
Data da 1ª Emissão de Cotas Seniores:	A data da primeira integralização de Cotas Seniores do Fundo;
Depositário:	É a Interfile Participações S.A., com sede em Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Avenida Paulo Ayres, nº. 40 e 70, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.227.893/0001-51;
Dia(s) Útil(eis):	Segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro;
Direitos de Crédito:	Direitos de crédito performados decorrentes de operações realizadas pelas Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços;
Direitos de Crédito Elegíveis:	São os direitos de crédito que atendam cumulativamente os Critérios de Elegibilidade na data de aquisição e que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão;
Direitos de Crédito Inadimplidos:	Os Direitos de Crédito Elegíveis que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;
Distribuidor	PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, CEP 80250-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94.
Documentos Representativos do Crédito:	As duplicatas e/ou outros títulos de crédito referentes às operações de venda de produtos ou prestação de serviços pelos Cedentes aos seus respectivos Sacados;
Eventos de Avaliação:	As situações descritas no Capítulo Eventos de Avaliação deste Prospecto;
Eventos de Liquidação:	As situações descritas no Capítulo Eventos de Liquidação deste Prospecto;
Fundo:	É o Aurum Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP;
Grupo Econômico do Cedente:	conjunto de pessoas jurídicas que: (i) estejam

	sob o mesmo controle que o Cedente, (ii) sejam controladas direta ou indiretamente pelo Cedente, (iii) sejam controladoras, de modo direto ou indireto, do Cedente ou (iv) filiais do Cedente ou inscritas no CNPJ do Ministério da Fazenda sob número com a mesma raiz que o Cedente;
Grupo Econômico do Sacado:	Conjunto de pessoas jurídicas que: (i) estejam sob o mesmo controle que o Sacado, (ii) sejam controladas direta ou indiretamente pelo Sacado, (iii) sejam controladoras, de modo direto ou indireto, do Sacado ou (iv) filiais do Sacado ou inscritas no CNPJ do Ministério da Fazenda sob número com a mesma raiz que o Sacado;
Instituições Financeiras Autorizadas:	Banco Bradesco S.A, Banco Itaú S.A e Banco do Brasil S.A;
Instrução CVM 356:	A Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações;
Instrução CVM 400:	A Instrução CVM nº 400 de 29 de dezembro de 2003 e suas alterações;
Instrução CVM 409:	A Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações;
Instrução CVM 489:	É a Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011, e suas alterações;
Pessoas Vinculadas	(a) Administradora, a Gestora, o Custodiante e/ou seus controladores ou administradores; (b) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (c) os cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens “a” e/ou “b” acima.
Público-Alvo:	Investidores qualificados conforme definido na regulamentação da CVM, de acordo com o Suplemento de cada série de Cotas Seniores;
Prospecto:	É o presente Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 1ª Série de Cotas Seniores;
Regulamento:	O presente Regulamento do Fundo;
Relação Mínima:	É a relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores que será de 133,33% (cento e trinta e três inteiros e três centésimos por cento). Isto quer dizer que o Fundo deverá ter no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas;
Resgate:	O recebimento do total ou parte dos recursos investidos;
Reserva de Amortização:	A reserva constituída para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores;
Sacados:	Os devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;
Serasa:	A Serasa S/A;
SPC:	O Serviço de Proteção ao Crédito;
Suplemento da 1ª Série:	O documento que prevê e estabelece as principais regras para emissão das Cotas Seniores;

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

Denominação:	Aurum Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP.
CNPJ/MF:	15.653.649/0001-89
Forma de Constituição:	Condomínio fechado.
Prazo de Duração:	Indeterminado, no entanto cada Série de Cotas Seniores terá o prazo de duração especificado em seu respectivo Suplemento.
Base Legal:	Este Fundo é regido pelo Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente pela Resolução do CMN nº 2.907/01 e pela Instrução CVM 356.
Classificação ANBIMA:	Para os fins do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento” o Fundo é caracterizado como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
Tipo ANBIMA:	Em atendimento a Deliberação nº 44 da ANBIMA, este Fundo é classificado no Tipo ANBIMA como FIDC Fomento Mercantil.
Atributo Foco de Atuação ANBIMA:	Em atendimento a Deliberação nº 44 da ANBIMA, este Fundo é classificado no Atributo Foco ANBIMA como FIDC Fomento Mercantil.
Classes de Cotas:	Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.
Administrador:	Banco PETRA S.A.
Custodiante:	Banco PETRA S.A.
Coordenador Líder e Distribuidor	PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Gestor:	PETRA Capital Gestão de Investimentos Ltda.
Consultora:	KS Fomento Mercantil S.A.
Auditor do Fundo:	É a Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.A.;
Agência Classificadora de Risco:	Austin Rating Serviços Financeiros
Segmento:	Industrial, comercial e de prestação de serviços
Taxa de Administração, Outras Taxas e Demais Encargos	As despesas e encargos previstos no Regulamento, bem como a Taxa de Administração serão suportados pelo Fundo. Não será cobrada taxa de ingresso, taxa de saída e/ou taxa de performance dos cotistas, nos termos deste Prospecto e do Regulamento.
Publicidade de Informações sobre o Fundo:	A divulgação das informações relevantes do Fundo aos cotistas será realizada mediante publicação no periódico “Diário do Comércio, da Associação Comercial de São Paulo”, por carta, com aviso de recebimento, fac-símile, correio eletrônico (<i>e-mail</i>), além de estarem disponíveis na sede do Administrador, bem como no sítio (<i>website</i>) do Administrador na rede mundial de

	computadores (Internet): http://www.bancopetra.com.br .
Informações Complementares:	Quaisquer informações complementares a respeito do Fundo e da emissão das Cotas Seniores da 1ª Série poderão ser obtidas junto ao Administrador ou ao Gestor, nos endereços e sítios (<i>websites</i>) constantes da seção “Identificação e Informações sobre os Prestadores de Serviços do Fundo” constante nas páginas 20 e 21 deste Prospecto, ou com a CVM na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo/SP (www.cvm.gov.br). As informações constantes dos sítios (<i>websites</i>) do Administrador e do Gestor não são parte integrante e não se encontram incorporadas neste Prospecto.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA OFERTA

Este Sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “Fatores de Risco”, bem como o Regulamento do Fundo, constante no Anexo I deste Prospecto.

Emissor:	Aurum Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP
Autorização:	A emissão das Cotas Seniores da 1ª Série foi deliberada pelo Administrador em 30 de setembro de 2013 e registrada sob o nº 490.552 no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba/PR.
Distribuidor:	PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, CEP 80250-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94.
Classificação de Risco das Cotas Seniores da 1ª Série:	brA” (sf) (p)
Público-Alvo:	O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, sendo estes considerados todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios, que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo e que tenham por objetivo alcançar a rentabilidade alvo da referida 1ª Série de Cotas Seniores, de acordo com a política de investimento do Fundo.
Inadequação da Oferta:	O investimento nas Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo não é adequado a investidores que: (i) necessitem de liquidez considerável, uma vez que a negociação de Cotas Seniores no mercado brasileiro é restrita; e (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor privado.
Característica das Cotas:	<p>As Cotas: (a) terão a forma escritural; (b) serão mantidas em conta de depósito em nome de seus respectivos titulares; (c) correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo; (d) serão subscritas e integralizadas na mesma data; e (e) serão resgatadas em virtude de liquidação do Fundo ou do término do prazo da respectiva Série ou classe, ou ainda por decisão da Assembleia Geral de Cotistas.</p> <p>O Administrador deverá apurar, diariamente, a Relação Mínima, entendida como a relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores que será de 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento). Isto quer dizer que o Fundo deverá ter no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas. Esta relação será verificada mensalmente, no último Dia Útil de cada mês, pelo Administrador. As Cotas Seniores da presente Série terão as mesmas características,</p>

	poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos no Suplemento desta 1ª Série de Cotas Seniores.
Valor unitário inicial das Cotas Seniores desta Série:	R\$ 1.000,00 (mil reais).
Valor Mínimo para Aplicação:	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Data de Integralização das Cotas Seniores da 1ª Série e forma:	Data em que os recursos do investidor para a integralização das respectivas Cotas Seniores da 1ª Série estiverem disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador, ou seja, data da liquidação financeira das Cotas Seniores da 1ª Série adquiridas pelo respectivo investidor. A integralização das Cotas do Fundo será efetuada à vista em moeda corrente nacional, mediante o crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN.
Limite mínimo de Cotas Seniores a serem emitidas:	25 (vinte e cinco) Cotas.
Limite máximo de Cotas Seniores a serem emitidas:	15.000 (quinze mil)
Valor Máximo da Emissão das Cotas Seniores da 1ª Série:	O valor total da emissão das Cotas Seniores da 1ª Série será de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).
Rentabilidade Alvo:	125 % do CDI. A remuneração das Cotas Seniores da 1ª Série, calculada na forma prevista no Regulamento e neste Prospecto, havendo recursos suficientes para tanto após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será equivalente à rentabilidade das Cotas Seniores da presente Série, limitada à rentabilidade alvo ora indicada aplicada sobre o valor inicial de cada uma das Cotas Seniores da presente Série. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Distribuidor ou da Consultora acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.
Prazo de duração da 1ª Série:	36 (trinta e seis) meses contados a partir da data da primeira subscrição e integralização de Cotas Seniores desta 1ª Série.
Período de Carência da 1ª Série:	14 (quatorze) meses, contados da data da primeira subscrição e integralização de Cotas Seniores desta 1ª Série.
Amortizações Programadas das Cotas desta Série:	As amortizações de Cotas Seniores da 1ª Série serão trimestrais, e serão realizadas a partir do término do Período de Carência, sempre no 15º (décimo quinto) dia de cada mês a partir do 15º mês, a contar da data da primeira subscrição e integralização de

	Cotas Seniores desta 1ª Série (“Datas de Amortização”).
Data de Resgate das Cotas da 1ª Série:	Ao término do prazo de duração desta Série de Cotas Seniores, pelo seu respectivo valor contábil.
Forma de distribuição desta Série:	Oferta pública de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, conforme alterada, em regime de melhores esforços.
Forma de Liquidação:	As Cotas Seniores desta 1ª Série poderão ser registradas por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN, sempre à vista em moeda corrente nacional. As Cotas Seniores desta 1ª Série não serão negociadas em bolsa de valores, sistema de mercado de balcão ou na CETIP.

CARACTERÍSTICA DA DISTRIBUIÇÃO

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA E PÚBLICO-ALVO

As Cotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no Brasil.

A distribuição pública será conduzida pelo Distribuidor e por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, especialmente contratadas pelo Administrador e/ou pelo Distribuidor, sob regime de melhores esforços.

O público-alvo da distribuição pública é formado exclusivamente por Investidores Qualificados que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo e que tenham por objetivo alcançar a Rentabilidade Alvo.

QUANTIDADE, ESPÉCIE E VALOR DAS COTAS

O patrimônio do Fundo é formado por 02 (duas) classes de Cotas, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas, cujas características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, Amortização e Resgate aplicáveis às classes de Cotas estão descritas neste Prospecto e no Regulamento, sendo distribuídas publicamente, por esta Oferta, somente as Cotas Seniores da 1ª Série.

Serão distribuídas publicamente no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo 15.000 (quinze mil) Cotas Seniores da 1ª Série, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Cada Cota corresponde a uma fração ideal do patrimônio líquido do Fundo, conforme disposto no Regulamento e neste Prospecto. As Cotas terão seu valor unitário atualizado de acordo com o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja constatado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Cotas Seniores inicialmente ofertada, não será permitida a participação de Pessoas Vinculadas.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Distribuidor realizará a distribuição das Cotas Seniores do Fundo conforme plano de distribuição, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes; e (iii) que seus representantes de venda recebam previamente o exemplar deste Prospecto Definitivo e do Regulamento para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo próprio Distribuidor.

PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

Após a concessão do registro da distribuição da 1ª Série de Cotas Seniores e da publicação do anúncio de início de distribuição, o Distribuidor acessará investidores, os quais formalizarão seu interesse em ingressar no Fundo, por meio da assinatura de boletim de subscrição e do termo de adesão. A integralização das Cotas Seniores da 1ª Série deverá obedecer ao disposto no Regulamento, no presente Prospecto e no boletim de subscrição. O início da Oferta será informado ao mercado por meio de anúncio de início de distribuição, a ser publicado no periódico “**Diário do Comércio, da Associação Comercial de São Paulo**”.

REGIME DE COLOCAÇÃO

A distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série será efetuada pelo Distribuidor em regime de melhores esforços. Não haverá lotes mínimos ou máximos, sendo conferido tratamento justo e equitativo a todos os interessados na Oferta que constituam o público-alvo do Fundo. Por ocasião do término do prazo de distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo será publicado o anúncio de encerramento de distribuição, e se ainda existirem

Cotas Seniores da 1ª Série não distribuídas, tais Cotas Seniores serão automaticamente canceladas.

DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS COTAS

Cada classe de Cotas garante igualmente aos seus titulares os direitos, as vantagens e as restrições a elas atribuídas neste Prospecto, no Regulamento e na regulamentação aplicável, principalmente o direito de participar das Assembleias Gerais de Cotistas e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às Cotas.

REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS

A Oferta da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo foi registrada na CVM em [●].[●].2013 sob o nº [●].

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS COTAS

As Cotas Seniores da 1ª Série em circulação serão avaliadas trimestralmente pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.

Qualquer alteração da classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série constitui fato relevante para fins de comunicação aos Cotistas.

Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, além dos procedimentos descritos no Artigo 49 do Capítulo XVIII do Regulamento serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) – comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico; e
- b) – envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

As Cotas Subordinadas são dispensadas da avaliação pela Agência Classificadora de Risco, uma vez que: (i) as Cotas Subordinadas são destinadas a um único Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável; (ii) o Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável, subscreverão termo de adesão declarando ter pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, e da ausência de classificação de risco das Cotas por ele(s) subscritas; e (iii) na hipótese de sua posterior modificação, visando permitir a transferência ou negociação das Cotas no mercado secundário, será obrigado o prévio registro na CVM, com a consequente apresentação do relatório de classificação de risco ora dispensado.

Caso as Cotas Subordinadas deixem de ser investidas exclusivamente por um único Cotista, ou por grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável, a classificação de risco das Cotas pela Agência Classificadora de Risco passará a ser obrigatória.

INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS

A integralização das Cotas do Fundo será efetuada à vista, na data de celebração do boletim de subscrição, em moeda corrente nacional, por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN, mediante o débito do respectivo valor em conta de titularidade do Cotista e, crédito desses recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador. A

confirmação da integralização de Cotas do Fundo está condicionada à efetiva disponibilidade pelos Cotistas dos recursos na conta corrente do Fundo.

Na subscrição de Cotas Seniores da 1ª Série em data diversa da data da primeira subscrição será utilizado o valor da Cota da mesma Série em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências, calculado no fechamento de todo Dia Útil pelo Administrador, conforme disposto neste Prospecto e no Regulamento.

Será admitida a subscrição total ou parcial de Cotas Subordinadas do Fundo, com Direitos de Crédito Elegíveis que se enquadrem na política de investimento do Fundo. Nesta hipótese, serão observadas os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento, bem como os critérios definidos no boletim de subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das Cotas Subordinadas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso a Cota Subordinada seja parcialmente integralizada em Direitos de Crédito Elegíveis, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis utilizados na referida integralização.

O Cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo: (a) assinará o boletim de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (b) receberá exemplar deste Prospecto e do Regulamento, e (c) assinará termo de adesão, declarando sua qualidade de Investidor Qualificado, bem como declarando estar ciente, dentre outras informações: (i) das disposições contidas neste Prospecto e no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento e à taxa de administração; (ii) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Prospecto e no Regulamento; e (iii) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram e/ou venham a integrar a carteira do Fundo.

CRONOGRAMA DA OFERTA

Evento	Data Estimada*
Protocolo do Pedido de Registro da Oferta na CVM	06.11.2013
Protocolo em atendimento às exigências da CVM	07.03.2014
Obtenção do Registro na CVM	14.03.2014
Publicação do Anúncio de Início da Oferta	17.03.2014
Disponibilização do Prospecto Definitivo da Oferta	17.03.2014
Final do Prazo de Distribuição	17.09.2014
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	18.09.2014

(*) Conforme previsto no item 3.2.3 do Anexo III da Instrução CVM 400, as datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério do Administrador e do Distribuidor.

CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO

Os custos estimados da distribuição são:

Custos da Distribuição	Valor (R\$)	% em Relação ao Valor da Oferta*
Comissão de Coordenação	15.000,00	0,10
Comissão de Colocação	52.500,00	0,35
Despesas de Registro na CVM	82.870,00	0,55
Despesas com Cartório	2.400,00	0,02

Despesas de Registro na ANBIMA	3.000,00	0,02
Despesas com Publicações	25.000,00	0,16
Despesas Diversas**	2. 500,00	0,16
Total	183.270,00	0,60

(*)% em relação a Oferta calculada com base no volume total estimado para a presente Oferta considerando-se as Cotas Seniores da 1ª Série.

(**) Despesas com a impressão dos prospectos e material publicitário.

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série objeto desta Oferta:

Quantidade de Cotas	Custo da Oferta (R\$)	Custo por Cota (R\$)
15.000	183.270,00	12, 21

Os custos da distribuição acima estimados referentes às despesas com Cartório e ANBIMA serão reembolsados pelo Fundo aos prestadores de serviço que suportarem tais custos, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de pagamento e conforme orientação do Administrador. Os custos com Comissão de Coordenação e Comissão de Colocação serão suportados pelo próprio Fundo. Já o pagamento das Despesas de Registro CVM, Despesas com Publicações e Despesas Diversas serão suportados pela Consultora e não serão objeto de reembolso pelo Fundo.

ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA OFERTA

O Administrador pode requerer à CVM a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido do registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos por ela assumidos e inerentes à própria distribuição pública.

Ademais, é permitida a modificação da Oferta, a qualquer tempo, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Em se tratando de modificação da Oferta após a publicação do anúncio de início, o Administrador deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento dos Termos de Adesão ao Regulamento, de que o subscritor está ciente que a Oferta pública original foi alterada e que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta antes de sua modificação, por meio da celebração do Boletim de Subscrição e da entrega ao Administrador do respectivo Termo de Adesão, deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter seu investimento no Fundo, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio.

O investidor que manifestar sua discordância em relação à modificação da Oferta será restituído dos valores investidos no Fundo, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de modificação da Oferta.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Cotas, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

A revogação da Oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no Fundo, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da Oferta.

Eventuais encargos e tributos que venham a incidir sobre a quantia aplicada no Fundo pelos investidores serão deduzidos do montante a ser restituído aos investidores, conforme informado no anúncio de revogação ou modificação da Oferta.

SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA OFERTA

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta pública que: (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do seu registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro. A CVM deverá suspender qualquer oferta pública quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanável. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aderido à Oferta, por meio da celebração do Boletim de Subscrição e da entrega ao Administrador do respectivo Termo de Adesão, sendo-lhes facultada, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar o respectivo Boletim de Subscrição e o Termo de Adesão já assinados até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao recebimento da referida comunicação. Na hipótese de cancelamento da Oferta todos os investidores que já tenham celebrado o Boletim de Subscrição e entregue ao Administrador o Termo de Adesão, e na hipótese de suspensão da Oferta somente os investidores que tenham revogado o Boletim de Subscrição e o Termo de Adesão, terão direito à restituição integral dos valores integralizados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados (i) no caso de suspensão da Oferta, do recebimento da revogação do Boletim de Subscrição e do Termo de Adesão; ou (ii) no caso de cancelamento da Oferta, da comunicação sobre tal cancelamento.

Eventuais encargos e tributos que venham a incidir sobre a quantia aplicada no Fundo pelos investidores serão deduzidos do montante a ser restituído aos investidores.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Para maiores esclarecimentos a respeito da presente Oferta e do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, ao Administrador, ao Distribuidor ou ao Gestor, nos endereços indicados na seção “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo” nas páginas 20 e 21 deste Prospecto.

Este Prospecto encontra-se à disposição dos investidores nos seguintes endereços para consulta e reprodução:

- **ADMINISTRADOR**

- BANCO PETRA S.A.**

- Rua Pasteur nº 463, 11º andar, Batel, CEP 80250-080, Curitiba/PR

- Tel.: (41) 3074-0909

- Endereço Eletrônico: <http://www.bancopetra.com.br> (acessar o Prospecto do Aurum Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial que estará disponível no http://www.personaltrader.com.br/documentos/fidc_aurum/prospecto_aurum_Final_Fevereiro_BancoPetra.pdf).

- **DISTRIBUIDOR**

- PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

- Rua Pasteur nº 463, 11º andar, Batel, CEP 80250-080, Curitiba – PR

Tel.: (41) 3074-0909

Endereço Eletrônico: www.petractvm.com.br (acessar o Prospecto do Aurum Fundo de Investimento em Direitos Creditórios que estará disponível na página inicial em “Ofertas Públicas”).

• ENTIDADE REGULADORA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Centro, CEP 20159-900, Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3554-8686

Endereço Eletrônico: www.cvm.gov.br (neste site acessar “Acesso Rápido”, clicar em “Ofertas Registradas”, selecionar “2013” e clicar em “Entrar”, em “QUOTAS DE FIDC / FIC-FIDC/ FIDC-NP” clicar no campo “Volume em R\$”, selecionar “Aurum Fundo de Investimento em Direitos Creditórios” e acessar “Prospecto”).

IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

ADMINISTRADOR E CUSTODIANTE

BANCO PETRA S.A.

Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, CEP 80250-080 - Curitiba/PR

At.: Sr. Edilberto Pereira Telefone: (41) 3074-0909

Website: <http://www.bancopetra.com.br>

DISTRIBUIDOR

PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, CEP 80250-080 - Curitiba/PR

At.: Sr. Fernando Fontes Telefone: (41) 3074-0909

Website: <http://www.petractvm.com.br>

GESTOR

PETRA Capital Gestão de Investimentos Ltda,

Av. Paulista, 1842, 1º andar, conj. 17, Torre Norte, Bela Vista, São Paulo-SP, CEP 01.310-923, At.:

Sr. Ricardo Binelli Telefone: (11) 3526-9001

CONSULTORIA

KS Fomento Mercantil SA

AV. Ataulfo de Paiva, 226 / 602 – Leblon –na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro - CEP 22440-033

Sr. Márcio Meilman Telefone: (21) 3206-7900

AGENTE DE COBRANÇA

BRADESCO S.A.

Cidade de Deus s/nº, CEP 06029-900 - São Paulo/SP

Website: www.bradescocustodia.com.br

AGÊNCIA DE RISCO

AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS

Rua Leopoldo Couto Magalhães 110, cj 73, São Paulo – SP, CEP 04542-000

Sr. Pablo - Telefone (11) 3377- 0702

AUDITOR

BAKER TILLY BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

Avenida Paraná, 202, Conjunto 902, Curitiba/PR, CEP 80035-130

At.: Karin Monchak Telefone: (11) 5504-3800 Website: www.bakertillybrasil.com.br

ADMINISTRADOR

O Fundo é administrado pelo Banco PETRA S.A., com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, devidamente autorizada pela CVM para a prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 11.821, expedido em 18.07.2011, responsável pela administração do Fundo.

Breve Histórico do Grupo PETRA

A PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi fundada em 1999 como sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários, com foco na atuação como intermediária ao mercado de capitais para investidores individuais. Em 2000, tornou-se corretora membro da BM&FBOVESPA. Os sócios fundadores são Fernando Marques de Marsillac Fontes e Ricardo Binelli.

Com o objetivo de segregar as atividades de gestão de carteiras e fundos de ações oferecidos a seus clientes, em 2004 foi criada a PETRA Asset.

A PETRA iniciou as atividades de estruturação e administração de fundos de investimento em 2005. Foi a primeira corretora não afiliada a banco a receber autorização da CVM para escriturar quotas de fundo de investimento.

A decisão de atuar no desenvolvimento de operações estruturadas para o mercado de capitais propiciou a constituição do Banco PETRA S.A., que iniciou suas atividades em agosto de 2010. A criação do banco permite o desenho de soluções inovadoras que oferecem vantagens competitivas e ganhos de sinergia nos serviços prestados aos clientes. O objetivo final é promover alternativas de funding a todos os setores da economia, sem a utilização do formato de crédito bancário tradicional.

O Grupo PETRA tem como produtos a estruturação, distribuição, administração, controladoria e custódia qualificada de fundos de investimento. Possui mais de 150 colaboradores distribuídos entre a sede em Curitiba e filiais nas cidades de São Paulo e Fortaleza

Em todos esses anos, o Grupo PETRA diversificou seus negócios, investindo na especialização de sua equipe e processos, tornando-se referência em soluções financeiras, relacionamento e comunicação com seus clientes, que vão de pequenos investidores em ações a grandes empresas e investidores institucionais.

A PETRA Capital foi fundada em 2012 com o objetivo de segregar as atividades de gestão de fundos de crédito no Grupo PETRA. Atualmente a empresa conta com profissionais e processos consolidados viabilizando a gestão de 43 fundos totalizando mais de R\$ 1,5 bilhões em FIDCs.

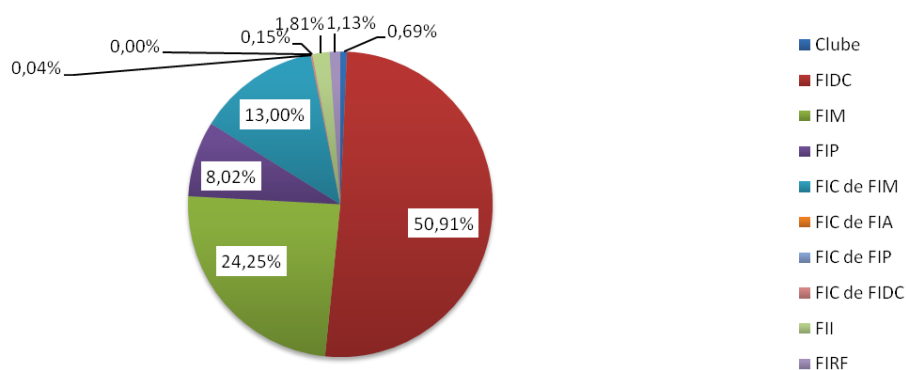
Atualmente a PETRA é responsável pela administração de 101 fundos, representando R\$ 5,8 bilhões em Patrimônio administrado. Deste total, aproximadamente R\$ 3 bilhões correspondem a FIDCs, num total de 59 fundos.

Em 2005, 2007 e 2008, conforme relatório da Uqbar (www.uqbar.com.br), empresa que realiza pesquisas na área de securitização, a PETRA foi líder de mercado em estruturação de operações.

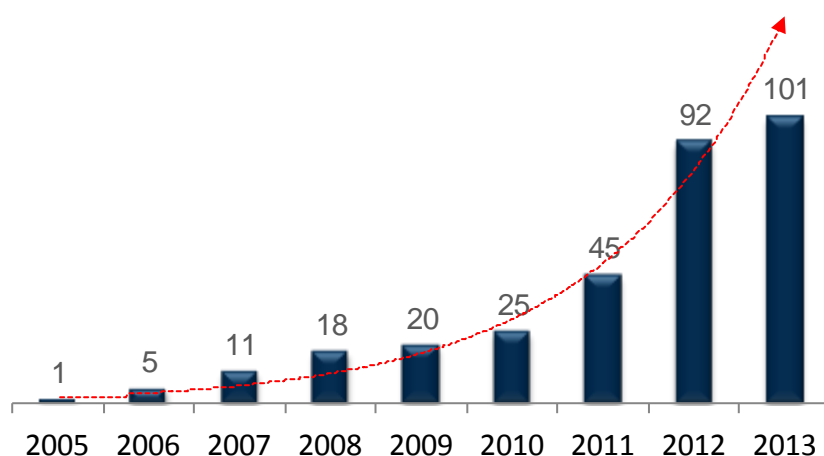
Fonte: Grupo PETRA – Novembro/2013

Recursos sob Administração

% / PL Administrado PETRA



Volume de Fundos Administrados



Descrição das Funções

O Fundo é administrado pelo Administrador, que, observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Prospecto e do Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a sua carteira, inclusive o de comparecer e votar em nome do Fundo em assembleias gerais e especiais de interesse deste, observada a delegação dos poderes de gestão da carteira ao Gestor.

O Administrador será também responsável pela custódia, controladoria e escrituração das Cotas do Fundo.

O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral,

(iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Cotistas.

O Administrador tem como obrigações, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, neste Prospecto, no Regulamento e nos demais Documentos do Fundo, os seguintes deveres:

- (a) Manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) Os documentos relativos às operações do Fundo;
 - (ii) O registro dos Cotistas;
 - (iii) O livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
 - (iv) O livro de presença de Cotistas nas Assembleias Gerais de Cotistas;
 - (v) Os demonstrativos trimestrais do Fundo;
 - (vi) Os registros contábeis do Fundo;
 - (vii) Os relatórios do Auditor Independente e da Agência Classificadora de Risco; e
 - (viii) O prospecto do Fundo, se houver.
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- (c) entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do Fundo, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;
- (d) divulgar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo;
- (e) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (f) fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- (h) providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, quando aplicável;
- (i) fornecer informações relativas aos Direitos de Crédito adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

A divulgação das informações, prevista no inciso item acima, pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação, devidamente indicado no Prospecto do Fundo, se houver, observada a responsabilidade do Administrador pela regularidade na prestação destas informações.

É vedado ao Administrador:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo FUNDO;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no FUNDO, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

As vedações de que tratam os itens (a) à (c) deste tópico abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas. Excetuam-se da utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do Fundo, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III do Regulamento.

É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução CVM 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir cotas do próprio Fundo;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356, bem como no Regulamento;

VI – vender cotas do Fundo a prestação;

VII – vender cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

COMO CUSTODIANTE SÃO OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR

- a) - validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- b) - receber e verificar os Documentos Representativos do Crédito que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito;
- c) - durante o funcionamento do Fundo, em periodicidade trimestral, verificar os Documentos Representativos do Crédito;
- d) - realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo Contrato de Cessão e pelos Documentos Representativos do Crédito;
- e) - fazer a custódia e a guarda dos Documentos Representativos do Crédito e demais ativos da carteira do Fundo;
- f) - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o auditor independente, agência classificadora de risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e
- g) - cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos diretamente em conta de titularidade do Fundo, ou em conta *escrow* instituída pelas partes, em instituição financeira, sob contrato, a qual acolherá os depósitos a serem feitos pelos devedores e ali mantidos em custódia, para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pelo Administrador.

Verificação do Lastro

Em razão do Fundo possuir significativa quantidade de Direitos de Crédito e expressiva diversificação de devedores e de Cedentes, além de atuar em vários segmentos, o Administrador, realizará a verificação do lastro que trata as letras b e c acima, por amostragem.

O Administrador realizará, diretamente ou por intermédio de empresa contratada para essa finalidade, a verificação por amostragem do lastro dos Direitos de Crédito com base nos parâmetros estabelecidos abaixo:

1. O Administrador analisará em até 5 (cinco) dias depois da cessão dos Direitos de Crédito e trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo.
2. Observado o disposto no item (“a”) numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando a uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os cedentes dos Direitos de Crédito.
3. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos respectivos Documentos Representativos do Crédito, conforme abaixo discriminado:
 - (a) obtenção de base de dados analítica por Direitos de Crédito integrante da carteira do FUNDO;

- (b) seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

- (c) verificação física dos contratos devidamente formalizados;
- (d) verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, etc.);
- (e) evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
- (f) verificação das condições de guarda física dos Documentos Representativos do Crédito junto ao Depositário do FUNDO; e
- (g) A verificação trimestral de que trata a letra (c) do tópico obrigações do custodiante acima e inciso III do caput do Artigo 17 do Regulamento deve contemplar:

I – os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo; e

II – os Direitos de Crédito inadimplidos e os substituídos no referido trimestre, para a qual não se aplica o disposto nos §§ 1º e 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.

A critério do Administrador, a verificação do lastro inicial, ou seja, aquela verificada logo após a cessão dos Direitos de Crédito, poderá ser de 100% (cem por cento) dos Documentos Representativos do Crédito.

Guarda da Documentação

A guarda dos Documentos Representativos do Crédito, emitidos a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, de acordo com os termos da Instrução CVM 356, serão realizados pelo Administrador. O Depositário fará a guarda dos Documentos Representativos do Crédito físicos, ou seja, dos originais emitidos em suporte analógico.

CONSULTORA

Breve Histórico

A KS Fomento Mercantil S.A., com sede no Leblon, Rio de Janeiro, foi fundada em 2009, a partir da união de seus sócios com vasta experiência em middle-market. Especializada na antecipação de recebíveis, a KS Fomento nasceu com o objetivo de incentivar a concessão de crédito privado para médias e grandes empresas, oferecendo soluções rápidas e um atendimento customizado. A longa experiência de seus sócios, conhecidos no mercado pela atuação sempre pautada pela ética, garante credibilidade e excelência.

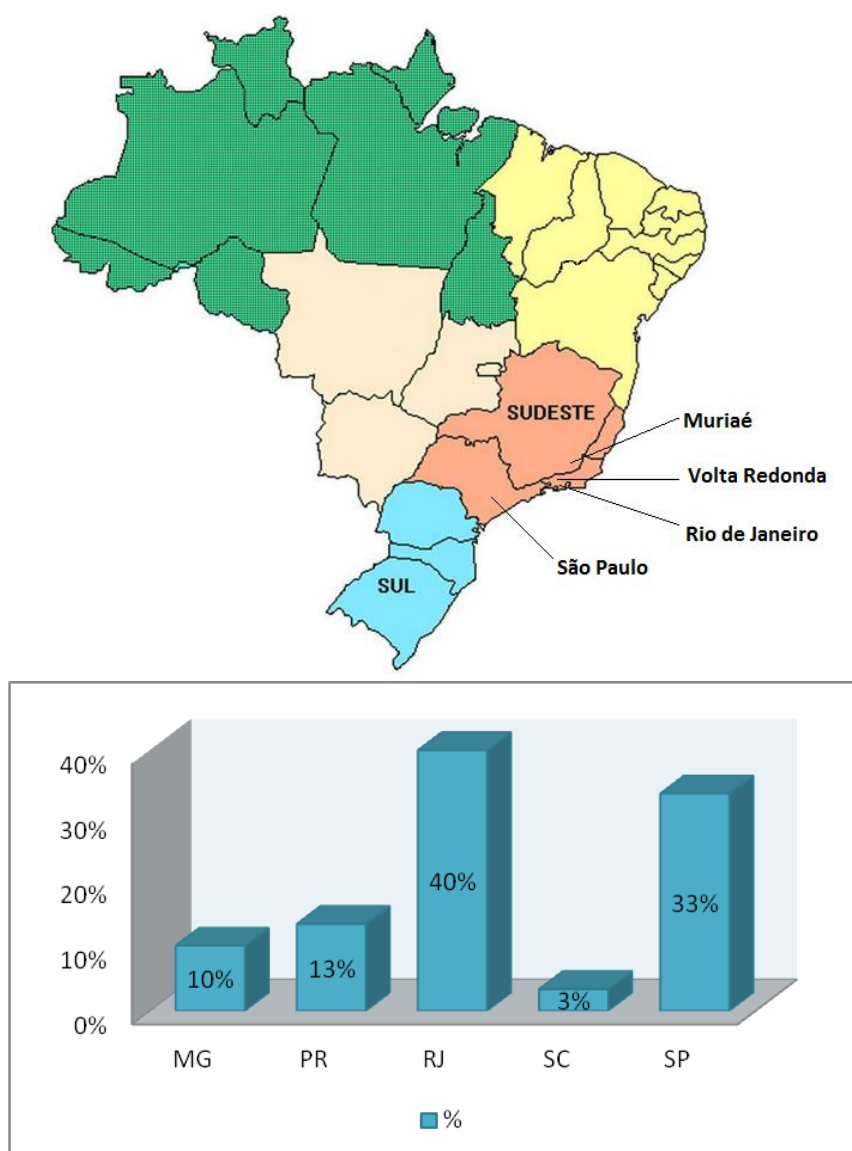
Outros serviços prestados pela KS Fomento a seus clientes: (i) aquisição de insumos para a produção, com a viabilização do ciclo operacional e a redução de custos; (ii) antecipação de contratos; (iii) cobrança simples a partir do acompanhamento constante e controle do recebimento dos títulos; (iv) administração do fluxo de caixa; (v) administração de processos de contas a pagar/receber e risco sacado, com a viabilização e a antecipação dos recebíveis de fornecedores.

A KS Fomento possui: (i) excelente qualidade da carteira de crédito, (ii) estrutura profissionalizada formada por especialistas no mercado financeiro, com passagem nos principais bancos e factorings do Brasil, (iii) processo de tomada de decisão estruturada e baseada em comitês.

Fonte: KS Fomento

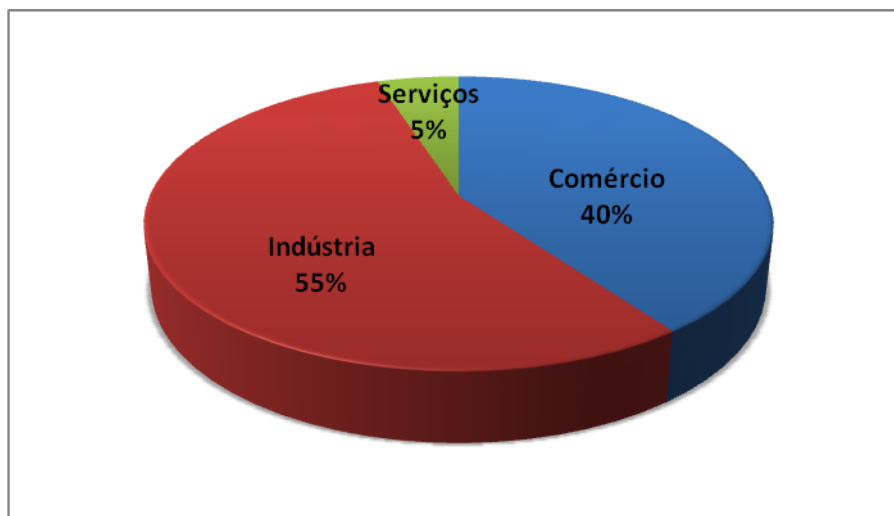
Distribuição Geográfica

Bases comerciais estrategicamente localizadas em cidades da região Sudeste, permitindo atuação nas regiões Sudeste e Sul.



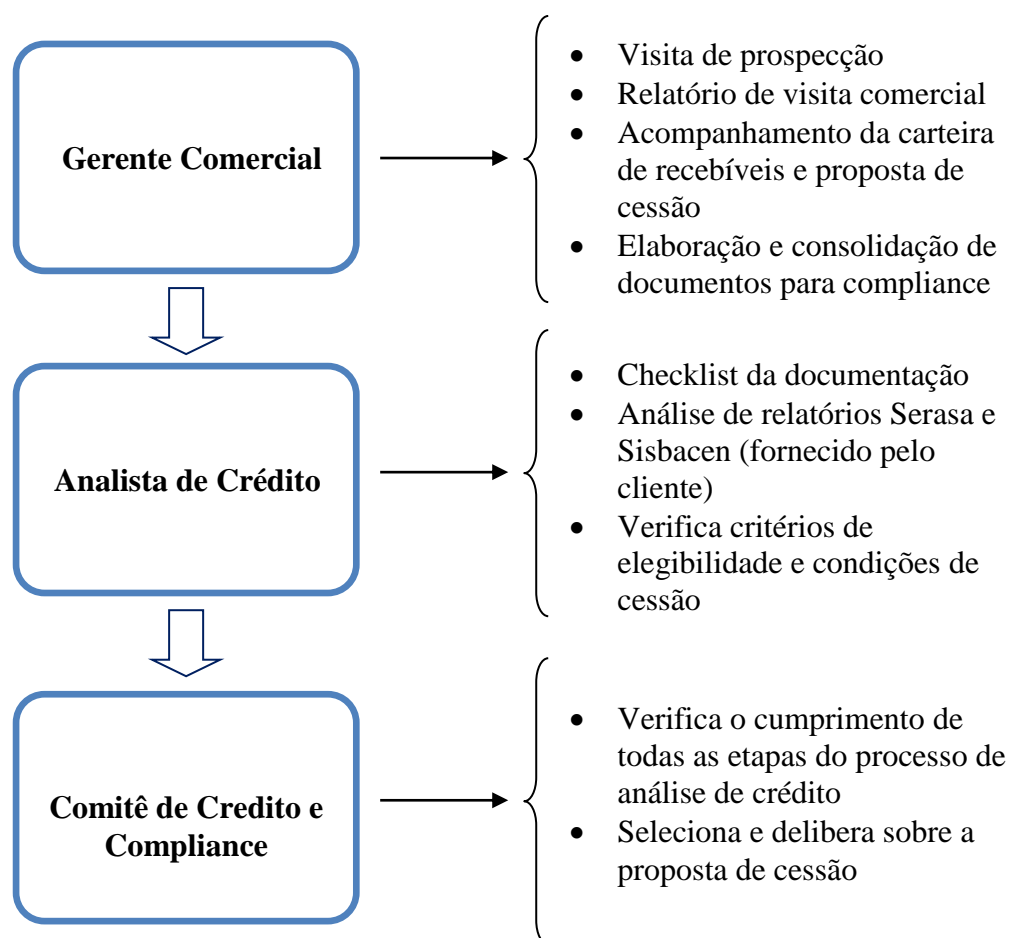
Fonte: KS Fomento

Segmentos Econômicos



Fonte: KS Fomento

Fluxo de Tomada de Decisão ao Crédito



Fonte: KS Fomento

Breve Descrição das Funções

A Consultora prestará os serviços abaixo nos termos do Contrato de Consultoria Especializada e do Regulamento:

- a) cadastramento prévio dos Cedentes;
- b) análise de crédito de potenciais Sacados dos Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo; e
- c) cobrança extrajudicial e judicial do Direitos de Crédito Inadimplidos.

AGENTE DE COBRANÇA

Breve Histórico

Para prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., o qual deverá realizar os procedimentos tradicionais para cobrança, de acordo com a política de cobrança do Fundo, bem como é a instituição de centralização de recebimentos.

Breve Descrição das Funções

O Agente de Cobrança prestará os serviços de cobrança escritural dos Direitos de Crédito representados por duplicatas e os serviços de custódia dos Direitos de Crédito representados por cheques.

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Breve Histórico

A Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira, atuante desde 1986, tendo sido a primeira empresa nacional a conceder ratings no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. junto ao mercado foi construída ao longo dos seus 20 anos de atuação no Brasil. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e de suas implicações sobre empresas nacionais e, principalmente, instituições financeiras, destacando-se pela segurança e pela independência de suas opiniões.

A Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. realiza, permanentemente, investimentos na formação e atualização de seus profissionais, os quais ocorrem sob a forma de cursos em escolas de economia e finanças, palestras e eventos promovidos pelo mercado financeiro e intercâmbio de conhecimento com estudantes e profissionais de universidades nacionais e estrangeiras. A soma dos investimentos se reproduz em uma equipe de analistas qualificada com o objetivo de buscar uma qualidade no processo analítico e das opiniões concedidas pela agência.

Breve Descrição das Funções

As Cotas Seniores têm classificação de risco atribuída pela Austin Rating Serviços Financeiros, agência de classificação de risco contratada pelo Fundo. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficará à disposição dos Cotistas na sede e agências do Administrador.

As Cotas Subordinadas serão detidas por 1 (um) único Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável, tendo sido providenciada perante a CVM a solicitação da dispensa da classificação de risco de referida classe de Cotas.

AUDITORIA INDEPENDENTE

Breve Histórico

A Baker Tilly Brasil – PARANÁ é membro independente da Baker Tilly Internacional, a 8ª maior rede internacional de empresas de auditoria e consultoria por receitas, que está presente em 120 países, contando com a experiência de quase 25.000 (vinte e cinco mil) profissionais.

A Baker Tilly Internacional é uma rede de firmas independentes de alta qualidade dedicadas à auditoria e consultoria, todas comprometidas em prestar os melhores serviços possíveis a seus clientes, em seus próprios mercados e em qualquer parte do mundo.

Breve Descrição das Funções

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa Baker Tilly Brasil, sem prejuízo da auditoria periódica que será de responsabilidade do Administrador, conforme mencionado na seção “Custodiante” deste Prospecto.

Assim, a Baker Tilly será responsável pela execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo, a serem efetuadas em cada encerramento de exercício social do Fundo.

VERIFICAÇÃO PELA ADMINISTRADORA DO CUMPRIMENTO DAS RESPECTIVAS OBRIGAÇÕES PELO GESTOR, PELO CUSTODIANTE, PELO CONSULTOR E PELO AGENTE DE COBRANÇA

A Administradora, ou um terceiro contratado por ela, realizará, no prazo de aproximadamente um ano, uma visita às sedes ou filiais do Gestor, do Custodiante, do Consultor e do Agente de Cobrança, na qual será verificado o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas nos respectivos contratos celebrados com esses prestadores de serviços, incluindo as decorrentes da legislação em vigor e do Regulamento.

Caso a Administradora verifique quaisquer inconsistências na verificação acima referida, deverá comunicar este fato ao prestador de serviço para que regularize no prazo estipulado pela Administradora a prestação do serviço de acordo com o estabelecido no respectivo contrato. Adicionalmente, haverá uma classificação interna dos prestadores de serviços de forma que alguns poderão ser visitados em prazo inferior a um ano e outros em prazo superior, a critério da Administradora, de acordo com a estrutura do Fundo e com o relatório de análise realizado na visita anterior.

CONFLITO DE INTERESSE

RELACIONAMENTO ENTRE OS PRINCIPAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

RELACIONAMENTO ENTRE O ADMINISTRADOR E O GESTOR

Por se tratar de empresas do mesmo Grupo, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o Administrador atua como instituição administradora de todos os fundos geridos pelo Gestor.

RELACIONAMENTO ENTRE O ADMINISTRADOR E O CONSULTOR

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o Administrador não mantém quaisquer outras relações comerciais com a Consultora.

RELACIONAMENTO ENTRE O ADMINISTRADOR E A AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o Administrador atua como instituição administradora de mais de 3 (três) fundos de investimento em direitos creditórios, para os quais a Agência Classificadora de Risco também presta serviços.

RELACIONAMENTO ENTRE O ADMINISTRADOR E O AUDITOR INDEPENDENTE

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o Administrador atua como instituição administradora de (i) 48 (quarenta e oito) fundos de investimento em direitos creditórios, para os quais o Auditor Independente presta serviços de auditoria de lastro dos recebíveis adquiridos pelos fundos; e (ii) 13 (treze) fundos de investimento em direitos creditórios, para os quais o Auditor Independente presta serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

RELACIONAMENTO ENTRE O ADMINISTRADOR E O COORDENADOR

A Administradora é acionista do Coordenador Líder, sendo detentora de 100% (cem por cento) das ações ordinárias representativas do capital social do Coordenador Líder.

Até a data do presente Prospecto Preliminar, a Administradora não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder, além do relacionamento decorrente do fato de o Coordenador Líder realizar a distribuição pública e escrituração de quotas da grande maioria dos fundos administrados pela Administradora.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre a Administradora e o Coordenador Líder são contratos de prestação de serviços de distribuição e escrituração de quotas. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, a Administradora e o Coordenador Líder mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança a seus respectivos clientes.

ATENDIMENTO AOS COTISTAS

O Administrador coloca à disposição dos Cotistas um serviço de atendimento responsável pelo esclarecimento de dúvidas e recebimento de sugestões e reclamações através do telefone **0800-600-1616**. O correio eletrônico (*e-mail*) poderá ser utilizado como uma forma de correspondência válida entre o Administrador e os Cotistas do Fundo, inclusive para fins de convocação de Assembleias Gerais de Cotistas e envio de informações referentes ao Fundo, desde que o Cotista concorde, expressamente, com tal procedimento.

REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS ENCARGOS

REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR PELAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSULTORIA

Será devida ao Administrador, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão, controladoria, escrituração e consultoria, a remuneração equivalente à somatória dos seguintes montantes, calculados individualmente (Taxa de Administração):

- a) 0,475% a.a. (quatrocentos e setenta e cinco) centésimos de milésimos por cento ao ano, incidente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo com o mínimo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) atualizados anualmente pela variação do IGP-M, acrescida da TEEvento abaixo descrita; e
- b) 0,5% (cinco décimos) por cento sobre o valor de face de cada título adquirido pelo fundo no mês imediatamente anterior.

Os valores devidos ao Administrador são calculados e apropriados por Dia Útil, com base no percentual referido no caput deste artigo sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior, e serão pagos mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

O pagamento das despesas com prestadores de serviço, não consideradas como encargos do Fundo, poderá ser efetuado diretamente pelo Fundo ao prestador de serviço, desde que os correspondentes valores sejam deduzidos da Taxa de Administração.

A Taxa de Administração, nos termos da legislação aplicável, não compreende os serviços de custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do Fundo prestados pelo Administrador, que poderão ser cobrados do Fundo, a título de despesa, conforme disposto neste Regulamento.

OUTRAS TAXAS

Não serão cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso, taxa de saída ou taxa de performance.

Integra o cálculo da Taxa de Administração o pagamento pelos seguintes eventos:

- a) Transformação de fide padronizado em não padronizado (ou vice-versa) após o registro do regulamento na CVM: R\$ 5.400,00;
- b) Alteração de regulamento ou contrato: R\$ 1.200,00 por documento;
- c) Confecção de atas de AGE com convocação: R\$ 750,00;
- d) Confecção de atas de AGE sem convocação: R\$ 600,00;
- e) Cisão, fusão ou incorporação: R\$ 1.800,00;
- f) Audiência em ações judiciais: R\$ 600,00 + despesas de deslocamento;
- g) Participação na assinatura de documentos fora da Petra: R\$ 400,00 + despesas de deslocamento;

REMUNERAÇÃO DO AGENTE DE COBRANÇA

Pela prestação dos serviços de custódia dos cheques, o Agente de Cobrança fará jus à “tarifa de inclusão” e “tarifa de exclusão/alteração de data de vencimento” as quais estarão disponíveis para consulta no *website* www.bradesco.com.br.

Pela prestação dos serviços de cobrança escritural, o Agente de Cobrança fará jus às tarifas aplicáveis incorridas, cujos valores estarão disponíveis para consulta no *website* www.bradesco.com.br.

A remuneração do Agente de Cobrança acima estabelecida será debitada diretamente do Fundo pelo Administrador, não estando inclusa na Taxa de Administração.

REMUNERAÇÃO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

A Agência Classificadora de Risco fará jus a uma remuneração devida pela prestação de serviços de classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo, de US\$ 12,000.00 (doze mil dólares americanos).

A remuneração da Agência Classificadora de Risco acima estabelecida será debitada diretamente do Fundo pelo Administrador, não estando inclusa na Taxa de Administração, observado que os valores a serem pagos à Agência Classificadora de Risco serão convertidos em Reais.

REMUNERAÇÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

O Auditor Independente fará jus a uma remuneração, pela prestação de serviços ao Fundo, de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) pelo primeiro ano do exercício social do Fundo, acrescidos dos impostos incidentes.

Para os demais exercícios sociais do Fundo, o valor dos honorários acima mencionado será corrigido pela variação do Índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M), a partir do mês de encerramento do último exercício social do Fundo até a data do balanço, e assim sucessivamente para os demais exercícios.

A remuneração do Auditor Independente acima estabelecida será debitada diretamente do Fundo pelo Administrador, não estando inclusa na Taxa de Administração.

REMUNERAÇÃO DO CUSTODIANTE

O Custodiante fará jus a seguinte remuneração: 0,475% ao ano, com pagamento mínimo mensal de R\$6.000,00 (seis mil reais) atualizados anualmente pela variação do IGP-M..

A remuneração do Custodiante acima estabelecida será debitada diretamente do Fundo pelo Administrador, não estando inclusa na Taxa de Administração.

OUTROS ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (a) Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (b) Despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Prospecto e no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) Despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (d) Honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (e) Emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo, bem como despesas referentes à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito;
- (f) Honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (g) Quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;

- (h) Taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira;
- (i) Contribuição anual devida às bolsas de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- (j) Despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco;
- (k) Despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- (l) Despesas com a contratação de agente de cobrança.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta do Administrador, sendo que o Administrador pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Prospecto e no Regulamento.

SUBSTITUIÇÃO OU RENÚNCIA DO ADMINISTRADOR

O Administrador, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução CVM 356.

Na ocorrência da hipótese descrita acima, o Administrador deverá permanecer no cargo e no pleno exercício de suas funções pelo período mínimo de 30 (trinta) dias contados da data do aviso mencionado no *caput* deste artigo, ou por prazo inferior, conforme determinado pelos Cotistas, até que a instituição substituta escolhida pelos Cotistas assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Administrador e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições deste Regulamento. Caso os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem instituição administradora substituta até o final do prazo de 30 (trinta) dias mencionado acima, ou por qualquer razão nenhuma instituição assuma efetivamente, nesse prazo, todos os deveres e obrigações do Administrador, o Administrador convocará uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM.

Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial do Administrador, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral de Cotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para:

- a) nomeação de representante de cotistas; e
- b) deliberação acerca de: **i)** substituição do Administrador, no exercício das funções de administração do Fundo; ou **ii)** pela liquidação antecipada do Fundo.

SUBSTITUIÇÃO OU RENÚNCIA DOS OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

GESTOR

As regras dispostas para a substituição ou renúncia do Administrador, no que couber, também são aplicáveis à substituição do Gestor.

CONSULTOR

Observado o disposto abaixo, a Consultora somente poderá ser destituída de suas funções, com a consequente rescisão do Contrato de Consultoria Especializada, com aprovação da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo sendo assegurado às Cotas Subordinadas o direito de veto.

A Consultora poderá ser destituída de suas atribuições a qualquer tempo no caso de comprovação de que atuou com dolo e/ou má-fé ou cometeu fraude no desempenho de suas funções e responsabilidades previstas no Regulamento, neste Prospecto e no Contrato de Consultoria Especializada.

ADMINISTRADOR NA QUALIDADE DE CUSTODIANTE

O Administrador pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos Cotistas do Fundo e, desde que aprovado em Assembleia Geral.

Em caso de alteração da Conta do Fundo, ou de substituição do Custodiante, os Devedores serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo. Não há garantia de que os Devedores efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle do Fundo, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

AGENTE DE COBRANÇA

O Administrador pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição autorizada pelo BACEN para prestação dos serviços de Agente de Cobrança, desde que aprovado em Assembleia Geral com a consequente rescisão do Contrato para Prestação de Serviços de Cobrança Escritural.

FATORES DE RISCO

Não obstante a diligência do Administrador e da Gestora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administrador e a Gestora mantenham rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista. Hipóteses em que a Administradora e a Gestora não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) pelo adimplemento ou não dos Direitos de Crédito; (ii) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (iii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; (iv) por prejuízos em caso de liquidação do Fundo; ou (v) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas, quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos do Regulamento, assumindo os Cotistas os riscos inerentes a esse tipo de investimento.

Antes de decidir investir nas Cotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

Os recursos que constam na carteira do Fundo e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

Risco de Crédito: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo;

Risco proveniente da falta de registro dos contratos de cessão: Por se tratar de um Fundo que poderá adquirir Direitos de Crédito de uma multiplicidade de Cedentes domiciliados em diversas localidades no território brasileiro, o Fundo adota como política não registrar os contratos de cessão e seus anexos em cartório de registro de títulos e documentos em função da complexidade operacional e dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos contratos de cessão e anexos poderá representar risco ao Fundo em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelos Cedentes a mais de um cessionário. O Fundo não poderá reclamar Direitos de Crédito cedidos a terceiros ou valores em relação a Direitos de Crédito Elegíveis pagos por Sacados a terceiros de boa fé adquirentes dos mesmos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. O Fundo poderá sofrer perdas, não podendo o Administrador, Gestora ou a Consultora ser de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.

Risco de Liquidez: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Gestora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no

tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos, que podem, inclusive, obrigar a Gestora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos Cotistas do Fundo, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

Risco de Mercado: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos Cotistas.

Risco de Concentração: A Gestora buscará diversificar a carteira do Fundo. O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único emissor de títulos, ou em Direitos de Crédito Elegíveis cujo devedor seja um único Sacado, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desse emissor ou Sacado.

Risco de Descasamento: Os Direitos de Crédito Elegíveis componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as cotas tem como parâmetro a taxa média do CDI, conforme previsto no Regulamento. Se de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as cotas, inclusive as Cotas Seniores.

Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos: O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Gestora tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo; e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Sacados.

O negócio, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Sacados, os setores econômicos específicos em que atuam, os ativos financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais. Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando

adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Cedentes e dos Sacados, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito.

Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos de Amortizações e ou regastes.

Risco decorrente da multiplicidade de Cedentes: O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pelo Administrador e/ou pela Gestora, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre os Cedentes e os respectivos Sacados podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pelo Administrador e/ou pela Gestora. Caso os Direitos de Crédito Elegíveis não sejam pagos integralmente pelos respectivos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e os respectivos Cedentes não restituam ao Fundo o montante em moeda corrente nacional, correspondente ao valor dos referidos Direitos de Crédito Elegíveis, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente.

Riscos do Mercado Secundário: O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o Resgate das cotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

Risco Operacional: (i) Falhas de Procedimento – falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento; (ii) Não entrega dos Documentos Representativos do Crédito – ainda que os Direitos de Crédito sejam devidamente constituídos, a sua efetiva cessão pode ser dificultada ou impedida na hipótese de se verificarem falhas na entrega ou, ainda, o não recebimento pelo Administrador ou por terceiro por ele contratado para realizar a guarda dos Documentos Representativos do Crédito necessários à formalização da Cessão; (iii) Irregularidades dos Documentos Representativos do Crédito – Os Documentos Representativos do Crédito podem apresentar irregularidades como erros materiais, falhas na elaboração e serem entregues de forma incompleta o que, em caso da necessidade de uma cobrança judicial, tal processo poderia não se valer da celeridade de um processo de execução ficando condicionado à cobrança pelas vias ordinárias por meio de uma ação de cobrança ou ação monitória. Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber os recursos oriundos dos Direitos de Crédito discutidos judicialmente causando, eventualmente, um prejuízo patrimonial.

Risco de guarda e de verificação por amostragem da documentação relativa aos Direitos de Crédito: O Administrador será responsável pela guarda dos Documentos Representativos do Crédito relativos aos Direitos de Crédito. Todavia o Administrador contratou o Depositário para que realize a guarda do original dos Documentos Representativos do Crédito que tenham sido emitidos em suporte analógico. Mesmo que a Administrador possua regras e procedimentos adequados,

por escrito e passíveis de verificação e que o contrato de prestação garanta o efetivo controle da Administrador sobre a movimentação dos Documentos Representativos do Crédito e demais ativos integrantes da carteira do fundo sob guarda do Depositário, a guarda da documentação por terceiro pode representar uma limitação ao Fundo, em termos de verificação da origem e formalização dos Direitos de Crédito. Nos termos do parágrafo segundo do Artigo 17 do Regulamento, a Administrador realizará, diretamente, ou através de terceiro contratados, verificação periódica da documentação referente aos Direitos de Crédito. Uma vez que essa verificação é realizada por amostragem após a cessão dos Direitos de Crédito, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito que, na data da cessão, não apresentem evidências da comprovação de entrega da mercadoria ou da prestação do serviço. Além disso, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Representativos do Crédito apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Titularidade dos Direitos de Crédito: O Fundo é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos de Crédito, e suas Cotas representam porções ideais de seu patrimônio líquido. Deste modo, a titularidade das Cotas não confere ao cotista propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos de Crédito ou sobre os ativos financeiros que integram a carteira do Fundo. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, poderá haver resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito, nas hipóteses previstas no Regulamento, e neste caso, a propriedade dos Direitos de Crédito será transferida do Fundo para os Cotistas. Não caberá ao Cotista a escolha dos Direitos de Crédito que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

Risco de execução de Direitos de Crédito emitidos em caracteres de computador na modalidade de duplicatas digitais: O Fundo pode adquirir Direitos de Crédito formalizados através de duplicatas digitais. Essa é uma modalidade recente de título cambiário que se caracteriza pela emissão em meio magnético, ou seja, não há a emissão da duplicata em papel. Não existe um entendimento uniforme da doutrina como a jurisprudência brasileira quanto à possibilidade do endosso virtual, isto porque a duplicata possui regras próprias segundo a Lei Uniforme de Genebra que limitariam a possibilidade de tais títulos serem endossados eletronicamente. Além disso, para promover ação de execução da duplicata virtual, o Fundo deverá apresentar em juízo o instrumento do protesto por indicação, nesse sentido será necessário provar a liquidez da dívida representada no título de crédito, já que não se apresenta a cártula, uma vez que a cobrança e o pagamento pelo aceitante, no caso da duplicata digital, são feitos por boleto bancário. Dessa forma, o Fundo poderá encontrar dificuldades para realizar a execução judicial dos Direitos de Crédito representados por duplicatas digitais.

Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial: Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá ser efetuada a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o Fundo recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo. O Fundo, caso os custos da cobrança judicial sejam muito elevados, poderá optar por não efetuar tal cobrança judicial, o que poderá acarretar perda patrimonial para o Fundo.

Riscos relacionados aos procedimentos de cobrança: A Consultora será a responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito, caso os devedores dos Direitos de Crédito realizem o pagamento para a Consultora, para o Cedente ou advogados contratados e estes não repassem o recurso recebido imediatamente para o Fundo, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Cotas Subordinadas. A Administrador, a Gestora ou a Consultora não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção de referidos procedimentos caso o Fundo não disponha de recursos suficientes necessários para tanto.

Risco de Resgate das Cotas Seniores do Fundo em Direitos de Crédito: Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento que as Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;

Risco de Atraso no Pagamento do Resgate: Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos de Crédito Elegíveis são classificados no ativo do Fundo como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.

Risco de Descontinuidade: Observados os procedimentos previstos no Capítulo XV do Regulamento do Fundo, a Assembleia Geral de Cotistas poderá deliberar pela liquidação antecipada do Fundo hipótese em que os Cotistas poderão encontrar dificuldades para cobrar os valores eventualmente devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito em relação aos Direitos de Crédito inadimplidos.

Risco de Originação: Os Cedentes não são obrigados a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de cessão de Direitos de Crédito pelos Cedentes. A Política de Investimento, Diversificação e Composição da Carteira estabelecida no Capítulo III do Regulamento do Fundo, estabelece que o Fundo deve aplicar preponderantemente seus recursos em Direitos de Crédito assim, a continuidade do Fundo pode ser comprometida em função da continuidade das operações regulares com os Cedentes e da capacidade destes de originar Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo IV do Regulamento do Fundo. O risco relacionado à sazonalidade do setor de atuação dos Cedentes apresenta forte correlação com a concentração de Cedentes em um ou em alguns setores da economia, sendo que, quanto menor a diversificação dos setores de atuação dos Cedentes, maior será a exposição do Fundo aos efeitos da natureza cíclica das operações por eles contratadas. Além disso, fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade de Direitos de Crédito elegíveis ao Fundo.

Risco do Originador: Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo serão decorrentes de operações realizadas nos segmentos comerciais, industriais e de prestação de serviços e, caso por qualquer situação essas operações entre os Cedentes e os devedores dos Direitos de Crédito deixem de existir o Fundo não conseguirá cumprir os critérios de concentração estabelecidos no Regulamento.

Risco do Questionamento da Validade e Eficácia da Cessão dos Direitos de Crédito: A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa. O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas pelas Cedentes e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelas Cedentes, e (iv) na revogação da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores das Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações das Cedentes e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

Risco de Governança: O Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral de Cotistas, bem como as condições nele previstas também podem ser revistas por decisão dos Cotistas em Assembleia Geral de Cotistas. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo de forma contrária ao interesse de parte dos Cotistas.

Risco decorrente de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória: A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão originados por operações entre as Cedentes e seus Sacados. Os contratos e os demais documentos que formalizam tais relações podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Sacados, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito e de Inadimplência dos Sacados: O risco de crédito decorre da capacidade dos Sacados e ou dos Cedentes, em caso de coobrigação, em honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos Sacados e/ou Cedentes, conforme o caso, e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Cotistas.

Adicionalmente, caso, por qualquer motivo, haja um aumento da inadimplência dos Sacados dos Direitos de Crédito adquiridos, a rentabilidade da carteira do Fundo dependerá prioritariamente da cobrança pela dos Direitos de Crédito inadimplidos, junto aos Sacados e/ou aos Cedentes, em caso de coobrigação conforme o caso, e/ou da execução das respectivas garantias. Na hipótese de referida cobrança não ser bem sucedida e/ou não ser possível executar as garantias ou os montantes obtidos com a execução das garantias serem insuficientes para cobrir a dívida com o Fundo, a rentabilidade das Cotas poderá ser afetada negativamente.

Demais Riscos: O Regulamento prevê que os Direitos de Crédito deverão atender aos Critérios de Elegibilidade, porém os referidos Critérios de Elegibilidade poderão ser insuficientes ou inadequados para garantir a higidez dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos Ativos Financeiros, mudanças impostas aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS DO FUNDO

Esta seção contém uma breve descrição dos principais contratos que foram e que serão celebrados pelo Fundo e/ou pelo Administrador com os principais prestadores de serviços do Fundo e com os Cedentes.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

O Administrador e o Gestor celebraram o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão da Carteira do Fundo, por meio do qual o Gestor foi contratado para prestar os serviços de gestão da carteira do Fundo.

Referido contrato estabelece a remuneração do Gestor, de acordo com o Regulamento do Fundo, bem como as obrigações e responsabilidades de cada parte e a forma de comunicação entre as partes.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA ANÁLISE, SELEÇÃO, COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS.

O Fundo, devidamente representado pelo Administrador celebraram o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada na Análise, Seleção e Cobrança para a prestação dos serviços de consultoria especializada e cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos do Fundo. O contrato celebrado entre as partes estabelece, dentre outras coisas, as respectivas obrigações perante o Fundo, a remuneração prevista no Regulamento do Fundo.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA ESCRITURAL

O Fundo, devidamente representado pelo Administrador, e o Agente de Cobrança celebraram o Contrato para Prestação de Serviços de Cobrança Escritural Bradesco por meio do qual o Agente de Cobrança prestará os serviços de cobrança escritural do Fundo.

O contrato estabelece a remuneração a ser paga ao Agente de Cobrança pelos serviços prestados, bem como as obrigações de cada parte.

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA DE CHEQUES

O Fundo, devidamente representado pelo Administrador, e o Agente de Cobrança celebraram o Contrato para Prestação de Serviços de Custódia de Cheques por meio do qual o Agente de Cobrança também prestará os serviços de custódia dos cheques que serão cedidos como Direitos de Crédito ao Fundo.

O contrato estabelece a remuneração a ser paga ao Agente de Cobrança pelos serviços prestados, bem como as obrigações de cada parte.

CONTRATO DE CESSÃO

O Fundo, devidamente representado pelo Administrador, com a interveniência e anuência do Gestor, celebrarão o Contrato de Cessão com cada um dos Cedentes e, quando aplicável, com o(s) Devedor(es) Solidário(s).

O Contrato de Cessão tem por objeto o propósito de reger o relacionamento entre o Cedente e o Fundo no tocante a oferta de Direitos de Crédito pelos Cedentes, e sua consequente aquisição, por parte do Fundo.

Cada cessão de Direitos de Crédito será formalizada mediante a celebração do Termo de Cessão, no qual deverá constar a relação de Direitos de Crédito a serem cedidos, identificados pelo seu valor nominal, data de vencimento, valor de aquisição, identificação do respectivo Devedor, acompanhada das especificidades daquela cessão.

O Contrato de Cessão estabelece que cada cessão de Direitos de Crédito será realizada em caráter irrevogável e irretratável, ficando o Fundo Cessionário automaticamente subrogado, em caráter definitivo, resguardado o direito de regresso contra o Cedente, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, inclusive: (i) o direito de receber integralmente o seu valor, acrescido dos juros, das multas, da atualização monetária e/ou de demais encargos remuneratórios e/ou moratórios; (ii) o direito de ação e o de protesto em face do Devedor do referido Direito de Crédito para exigir o cumprimento da obrigação de pagar ou visando resguardar direito do Fundo Cessionário; (iii) o direito sobre quaisquer garantias constituídas para adimplência do Direito de Crédito, sejam garantias fidejussórias, fiduciárias ou reais; e (iv) o direito de declarar o Direito de Crédito vencido antecipadamente nas hipóteses contratadas com o Devedor e naquelas previstas na legislação aplicável.

De acordo com o Contrato de Cessão, a cessão será considerada formalizada na data em que: (i) o Termo de Cessão for assinado, e (ii) for realizado o pagamento pelo Fundo do Preço de Aquisição estipulado no respectivo Termo de Cessão.

CONTRATO DE DEPÓSITO

O Fundo, devidamente representado pelo Administrador, celebra o Contrato de Depósito para a prestação dos serviços de guarda física dos Documentos Representativos do Crédito. O contrato celebrado entre as partes estabelece, dentre outras coisas, as respectivas obrigações perante o Fundo e a remuneração.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTAS

O Fundo, devidamente representado pelo Administrador, poderá contratar uma instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, regularmente constituída e em funcionamento no país, autorizada pela CVM, para a prestação do serviço de distribuição das Cotas.

O Contrato deverá prever a responsabilidade das partes, a forma de colocação das Cotas do Fundo, o prazo de distribuição, bem como a remuneração que será devida ao prestador de serviço contratado.

Não foi identificado nenhum evento nos contratos firmados pelo Fundo que possa acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

O Aurum - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP é constituído sob a forma de condomínio fechado.

O Fundo é classificado como um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fomento Mercantil, nos termos do Anexo II da Deliberação nº 44, de 24.11.2010, da ANBIMA.

BASE LEGAL

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regido pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Resolução do CMN nº 2.907/01 e pela Instrução CVM nº 356/01.

PÚBLICO-ALVO

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados.

O investimento nas Cotas Seniores Fundo não é adequado a investidores que: (i) necessitem de liquidez considerável, uma vez que a negociação de Cotas Seniores no mercado Brasileiro é restrita; e (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor privado.

DATA DE CONSTITUIÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO

O Fundo é regido pela Resolução CMN nº 2.907, de 29.11.2001, pela Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, conforme alterada, e por seu Regulamento registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba/PR, sendo o último registro de alteração realizado em 08 de outubro.2013 sob o nº 570676.

A autorização da CVM para o funcionamento do Fundo foi obtida em 10 de dezembro de 2013, sendo o código do Fundo perante a CVM nº 653-0.

PRAZO DE DURAÇÃO

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, no entanto cada Série de Cotas Seniores terá o prazo de duração especificado em seu respectivo Suplemento.

FORO

O foro competente para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas ao Fundo ou questões decorrentes do Regulamento é o foro da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

OBJETIVO DO FUNDO

É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas que se enquadrem no Público-Alvo, a valorização de suas cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis e ativos financeiros, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Prospecto e no Regulamento.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS

As Cotas terão a forma escritural, serão mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares, correspondem a frações ideais de seu patrimônio e somente serão resgatadas em virtude de liquidação do Fundo ou do término do prazo da respectiva Série ou classe, ou ainda, por decisão da Assembleia Geral de Cotistas, nos termos previstos neste Prospecto e no Regulamento.

Cada Série de Cotas Seniores terá características específicas, inclusive com relação à rentabilidade alvo das Cotas Seniores, data de resgate e amortizações, de acordo com as características da emissão, condições de mercado, entre outros fatores, as quais estão dispostas nos respectivos Suplementos, e no caso das Cotas Seniores da 1ª Série as características estão dispostas neste Prospecto.

As Cotas Subordinadas possuem as características descritas no Regulamento e não possuem meta ou limite de rentabilidade.

Na hipótese do Fundo atingir a rentabilidade alvo das Cotas Seniores, conforme estabelecido nos respectivos Suplementos, neste Prospecto e no Regulamento, toda a rentabilidade excedente será atribuída às Cotas Subordinadas.

CLASSES

O patrimônio do Fundo é formado por 02 (duas) classes de Cotas, quais sejam, Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, sendo que as características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate aplicáveis às classes de Cotas estão descritas neste Prospecto e no Regulamento e, no que tange a cada uma das Séries de Cotas Seniores, nos respectivos Suplementos.

CARACTERÍSTICAS DAS COTAS

As Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) Prioridade de Amortização e/ou Resgate em relação às Cotas Subordinadas;
- (b) Valor unitário de emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- (c) São transferíveis ou negociáveis;
- (d) Valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, Amortização ou Resgate, observados os critérios definidos neste Prospecto e no Regulamento;
- (e) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas, exceto àquelas relacionadas no Regulamento, sendo que cada Cota Sênior corresponderá a 01 (um) voto;
- (f) É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares das Quotas Seniores.

Exceto no que se refere a datas e valores de Amortização, Resgate e rentabilidade alvo, as Séries conferirão aos Cotistas Seniores os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de Série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos.

O valor total das Cotas Seniores é equivalente ao somatório do valor total das Cotas Seniores de cada Série.

As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries, cujas datas e valores de Amortização, Resgate e rentabilidade alvo serão definidos nos respectivos Suplementos, conforme modelo previsto no Anexo V ao Regulamento, aplicável às Séries de Cotas Seniores, que, uma vez assinados pelo Administrador, passam a ser parte integrante do Regulamento.

As Cotas Subordinadas serão emitidas em classe única e têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) Subordinam-se às Cotas Seniores para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Prospecto e no Regulamento;

- (b) Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral de Cotas Seniores em circulação;
- (c) Admite-se que sua integralização, Amortização e Resgate sejam efetuados em Direitos de Crédito;
- (d) O valor unitário de emissão na data da primeira subscrição de Cotas Subordinadas será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Cotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu valor unitário calculado todo Dia Útil;
- (e) É vedada sua transferência ou negociação no mercado secundário;
- (f) O valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate das Cotas Subordinadas, deverá observar os critérios definidos neste Prospecto e no Regulamento;
- (g) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas, sendo que a cada Cota Subordinada corresponderá a 01 (um) voto;
- (h) É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares das Quotas Subordinadas.

A integralização de Cotas Subordinadas em Direitos de Crédito está condicionada ao atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade.

NOVAS EMISSÕES

A critério do Administrador, novas Cotas do Fundo, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos Cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados no Regulamento.

Assim sendo, o Fundo poderá distribuir e manter séries distintas de Cotas Seniores concomitantemente em circulação, com valor unitário de emissão, na 1ª data de emissão das cotas de cada Série “n”, definido no Suplemento da Série “n” de Cotas Seniores e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356. Ficará a critério do Administrador, quando da deliberação de emissão de novas cotas, sem prejuízo das regras aplicáveis contidas na Instrução CVM 356, decidir sobre a realização de oferta pública das mesmas, sendo que esta oferta poderá ser realizada nos termos da Instrução CVM 400 ou ser com esforços restritos nos termos previstos na Instrução CVM 476, ficando as regras de distribuição estipuladas no respectivo Suplemento.

Não haverá direito de preferência para os cotistas da 1ª Série do fundo, ou para os cotistas de quaisquer das séries subsequentes à 1ª Série, na aquisição de cotas de eventuais novas séries de Cotas Seniores que possam vir a ser emitidas pelo Fundo.

Na emissão de cotas, o Administrador deverá emitir tantas Cotas Subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada Relação Mínima.

As cotas deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 6(seis) meses, a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou o Administrador solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

Desde que obtidos os registros necessários e exigidos pelas normas aplicáveis e considerando a modalidade de oferta pública em que ocorreu a distribuição das Cotas

Seniores, estas poderão ser negociadas em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de cotas somente seja feita por investidores qualificados.

As Amortizações, ou seja, o pagamento de principal e juros, de cada Série de Cotas Seniores serão realizadas nas datas de Amortização definidas no respectivo Suplemento da Série “n”, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

Enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, o Fundo obrigatoriamente deverá observar a Relação Mínima.

RELAÇÃO MÍNIMA E SEU ENQUADRAMENTO

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor das Cotas Seniores será de 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento). Isto quer dizer que o FUNDO deverá ter no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas. Esta relação será verificada mensalmente, no último Dia Útil de cada mês, pelo Administrador.

Na hipótese de inobservância da Relação Mínima serão adotados os seguintes procedimentos:

I - O Administrador imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis.

II - O Administrador comunicará, imediatamente, tal ocorrência aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

a) noticiará a inobservância do percentual mencionado acima e a interrupção da aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis e solicitará aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas que providenciem o restabelecimento da relação mínima em até de um prazo de 05(cinco) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;

b) informará aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas o número mínimo de Cotas Subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer a Relação Mínima.

III – Os Cotistas detentores de Cotas Subordinadas deverão subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso II retro, tantas Cotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Relação Mínima.

IV - Na hipótese do Administrador verificar que, decorrido o prazo do inciso II deste parágrafo, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das Cotas Seniores e o patrimônio líquido do Fundo, quer em virtude da não subscrição, por parte dos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas, de um número de Cotas Subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre:

a) providências a serem tomadas pelo Administrador; e/ou b) pela liquidação antecipada do Fundo.

Em razão do disposto nesta seção, o Administrador poderá providenciar a emissão de Cotas Subordinadas do Fundo a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a Relação Mínima, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou em Direitos de Crédito.

SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores emitidas e pertencentes a uma mesma Série ou Série distintas.

Os Cotistas não terão qualquer direito de preferência para subscrição de Cotas em subsequentes emissões de Cotas Seniores.

O Cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo: (i) assinará o Boletim de Subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) receberá exemplar do Regulamento e do Prospecto, e (iii) assinará Termo de Adesão, declarando sua qualidade de Investidor Qualificado, bem como declarando estar ciente, dentre outras informações: (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento e à Taxa de Administração; (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto; e (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram e/ou venham a integrar a Carteira do Fundo.

A qualidade de Cotista do Fundo caracterizar-se-á pela abertura de conta de depósito em nome do Cotista.

O extrato da conta de depósito, emitido pelo Administrador, será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

Na emissão de Cotas Seniores e Subordinadas do Fundo deve ser utilizado o valor de fechamento da cota em vigor do dia da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do Fundo. Para fins de Amortização e Resgate das Cotas Seniores e Subordinadas do Fundo deve ser utilizado o valor de fechamento da cota em vigor do dia do pagamento da Amortização e/ou do Resgate respectivo.

As Cotas Seniores da Série “n”, bem como as Cotas Subordinadas, terão valor unitário de emissão idêntico na primeira data de emissão das cotas da respectiva Série.

O preço de subscrição das Cotas Seniores de cada Série “n” poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para Amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

A integralização das Cotas Seniores do Fundo será efetuada à vista em moeda corrente nacional, mediante o crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN.

A confirmação da integralização de Cotas do Fundo está condicionada à efetiva disponibilidade pelos Cotistas dos recursos na conta corrente do Fundo.

AValiação dos Ativos e do Patrimônio Líquido do Fundo.

A primeira valoração das Cotas Seniores ocorrerá a partir do primeiro dia útil seguinte à primeira data de subscrição inicial de Cotas Seniores, e a última na data de Resgate da última das Cotas Seniores em circulação.

A partir da data de subscrição inicial de Cotas Seniores, o valor unitário das Cotas Seniores será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, Amortização ou Resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Cotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido por meio da seguinte fórmula:

$$VQSnT = [VQSnT-1 - (B \times Van)] \times \{[(DIT-1/100 + 1)^{1/252}] \times (Sobretaxa \ n/100 + 1)^{1/252}\}$$

onde:

VQSnT valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, Amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, Resgate, calculado para a data “T”.

VQSnT-1 valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, Amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, Resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à Data da 1ª Emissão, VQSnT-1 é igual a R\$1.000,00.

B Igual a 1(hum) todo dia seguinte a uma Data de Amortização “n”. Igual a 0 (zero) em qualquer outro dia.

Van Valor da Amortização programada referente a cada Cota Sênior na Data de Amortização “n”

DIT-1 CDI referente ao dia útil anterior à data “T”.

Sobretaxa a ser definida em cada Suplemento de cada série de Cotas Sênior do Fundo

Quando da definição do valor das Cotas Seniores, o CDI deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária do CDI quando da apuração do valor das cotas seniores, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pelo último CDI conhecido até a data do respectivo evento, sendo que eventuais compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Cotistas titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação do CDI aplicável, serão devidas na Data de Amortização imediatamente seguinte.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação do CDI como critério para definição do valor das Cotas Seniores ou de ausência de apuração ou divulgação do CDI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência do respectivo evento, o Administrador deverá convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que seja deliberado o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Cotas Sênior. Até a definição do novo parâmetro, será utilizado, sem solução de continuidade, para cálculo do valor das Cotas Seniores, o último CDI conhecido, sendo que eventuais compensações financeiras, tanto por parte do Fundo, quanto pelos Cotistas titulares das Cotas Seniores, quando da eventual divulgação posterior do CDI, serão devidas na Data de Amortização imediatamente seguinte.

As Cotas Subordinadas serão valoradas pelo resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado das Cotas Seniores em circulação, apurado conforme o disposto no parágrafo anterior, pelo número total de Cotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração.

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados todo Dia Útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira observada as disposições da Instrução CVM 489.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos componentes da carteira do Fundo será atribuído às Cotas Subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedido os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do Fundo será atribuída às Cotas Seniores.

Por outro lado, na hipótese do Fundo atingir a meta de rentabilidade definida para Cotas Seniores, os valores excedentes serão destinados às Cotas Subordinadas, razão pela qual esta poderá apresentar valores diferentes das Cotas Seniores.

A partir da data da primeira integralização de cotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Gestora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

I - no pagamento dos custos correntes do Fundo;

II - no Resgate e Amortização de principal e rendimentos das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;

III – na constituição da Reserva de Amortização;

IV - no pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, em moeda corrente nacional; e

V - no Resgate e Amortização de principal e rendimentos de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

Para a provisão dos valores referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis vencidos e não pagos será realizada de acordo com os parâmetros definidos abaixo pela Administradora, observada ainda as regras da Instrução CVM 489.

I – Até o 15º (décimo quinto) dia de atraso não será realizada qualquer provisão;

II – Para cada dia decorrido a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso, será provisionado o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor de face do título;

III – A partir do 45º (quadragésimo quinto) dia contado desde o vencimento do título, o valor da provisão corresponderá ao valor de face do mesmo.

Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As Cotas Seniores em circulação serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.

As Cotas Subordinadas são dispensadas da avaliação pela Agência Classificadora de Risco, uma vez que:

- (a) As Cotas Subordinadas são destinadas a um único Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável;
- (b) O Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável, subscreverão termo de adesão declarando ter pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, e da ausência de classificação de risco das Cotas por ele(s) subscritas; e
- (c) Na hipótese de sua posterior modificação, visando permitir a transferência ou negociação das cotas no mercado secundário, será obrigado o prévio registro na CVM, com a consequente apresentação do relatório de classificação de risco ora dispensado.

Caso as Cotas Subordinadas deixem de ser investida exclusivamente por um único Cotista, ou por grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável, a classificação de risco das cotas pela Agência Classificadora de Risco passará a ser obrigatória.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS

As amortizações, ou seja, o pagamento de principal e juros, de cada Série de Cotas Seniores serão realizadas nas datas de Amortização definidas no respectivo Suplemento da Série “n”, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

A partir do 15º (décimo quinto) mês contado da data da primeira integralização de Cotas Seniores, as Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados trimestralmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

Nº de amortização	Razão de amortização	Mês de Amortização
1/15	1/08	15º
1/18	1/07	18º
1/21	1/06	21º
1/24	1/05	24º
1/27	1/04	27º

1/30	1/03	30°
1/33	1/02	33°
1/36	1/01	36°

O pagamento das Amortizações e do Resgate, ou seja, dos juros e do principal, deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da Amortização e ou resgate cair em dia não útil, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

O Resgate das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerá no 36º (trigésimo sexto) mês, contados da data da primeira integralização de Cotas Seniores da respectiva série.

RESERVA DE AMORTIZAÇÃO

O Administrador constituirá Reserva de Amortização, de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis da carteira para os ativos relacionados no artigo 5º, do Regulamento e na seção “Política de Investimento” deste Prospecto:

- a) 28 (vinte e oito) dias antes de qualquer Amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 80% do valor estimado da Amortização das cotas seniores.
- b) 14 (quatorze) dias antes de qualquer Amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 100% do valor estimado da Amortização das cotas seniores.

Caso o Administrador não consiga formar a Reserva de Amortização de acordo com o descrito no “caput”, o Administrador deverá interromper a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

COMUNICAÇÕES

Para fins do disposto neste Prospecto e no Regulamento, considera-se o correio eletrônico (*e-mail*) como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor, os Cedentes e os Cotistas.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Cotistas quanto à permanência no Fundo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Cotas.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo e daquelas previstas na legislação e na regulamentação em vigor, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo.

A divulgação das informações previstas nesta seção deve ser feita por meio de correspondência ou correio eletrônico (*e-mail*) encaminhado aos Cotistas e mantido disponível para os Cotistas na sede e dependências do Administrador e nas instituições que

coloquem Cotas, sem prejuízo da publicação no periódico “Diário do Comércio, da Associação Comercial de São Paulo” utilizado pelo Fundo.

O Administrador colocará à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Prospecto, do Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível no *website* página da CVM na rede mundial de computadores (internet), em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

O exercício social do Fundo tem duração de 01 (um) ano, encerrando-se em 31 de março de cada ano.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão elaboradas de acordo com a Instrução CVM nº 489/, e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, sendo auditadas por auditor independente registrado na CVM.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento e neste Prospecto.

Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

Os percentuais de composição e diversificação da carteira, referidos nesta seção, serão verificados pelo Gestor, com base no patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

OPERAÇÕES COM DIREITOS DE CRÉDITO

Para a consecução de seu objetivo, o Fundo aplicará suas disponibilidades na aquisição de Direitos de Crédito performados com ou sem coobrigação dos respectivos Cedentes, representados por duplicatas e cheques, originados por operações realizadas nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro e/ou de prestação de serviços, com pagamento à prazo, que atendam cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade e às Condições da Cessão previstas neste Prospecto e no Regulamento.

LIMITE PARA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá manter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido aplicado em Direitos de Crédito Elegíveis.

Sem prejuízo do limite de concentração individual aplicável a cada Cedente nos termos da regulamentação em vigor, devem ser observados os seguintes limites de concentração pela Administradora:

- (i) Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo pelos 5 (cinco) maiores Cedentes e 5 (cinco) maiores Sacados, considerando o conceito de Grupo Econômico não poderá representar mais do que 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- (ii) O Fundo não possui limite de concentração de Direitos de Crédito representado por duplicata ou cheque, observado, contudo, os Critérios de Elegibilidade.

Para que possam ser ofertados e adquiridos pelo Fundo, os Direitos de Crédito devem ser previamente analisados e aprovados pela Gestora com auxílio da Consultora.

RECURSOS LIVRES

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- d) operações compromissadas, conforme previsto no artigo 6º abaixo; e

e) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB`s”) de emissão das seguintes instituições financeiras: (i) Banco Bradesco S.A; (ii) Banco Safra S.A; (iii) Banco Itaú S.A; (iv) Banco do Brasil S.A; (v) Banco Santander Brasil S.A; e (vi) HSBC Banco Múltiplo S.A.

O Fundo poderá realizar operações em que o Administrador, Gestor, ou fundos de investimentos por elas administrados e/ou geridos figurem como contraparte do Fundo desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.

O Fundo poderá, ainda, concentrar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos nos itens “a”, “b” e “c”.

VEDAÇÕES

O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito do Administrador, Gestor, Consultora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo não poderá realizar:

- a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- b) operações de “day-trade”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;
- c) aquisição de cotas de Fundo de Desenvolvimento Social;
- d) aplicação de recursos no exterior;
- e) operações empréstimo de títulos e valores mobiliários; e
- f) operações em mercado de derivativos.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Direitos de Crédito deverão atender aos Critérios de Elegibilidade que serão validados pelo Administrador nos termos desta seção. Para fins do disposto na legislação, neste Prospecto e no Regulamento, são considerados Critérios de Elegibilidade:

- a) enquadramento aos limites de concentração;
- b) os Direitos de Crédito ofertados ao Fundo não poderão ser de Sacados de Direitos de Crédito Inadimplidos para com o Fundo a mais de 15 (quinze) dias;
- c) a carteira de Direitos de Créditos deverá ter prazo médio de no máximo 90 (noventa) dias;
- d) o vencimento dos Direitos de Crédito não poderá exceder o prazo da respectiva Série “n” de Cotas Seniores;
- e) o total de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Sacado não poderá exceder 6% (seis por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- f) o total de Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo por um mesmo Cedente ou Grupo Econômico do Cedente não poderá representar, a qualquer momento, mais que 12% (doze por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- g) Considerada pró-forma a aquisição dos Direitos de Crédito ofertados, caso a carteira do Fundo apresente 3% (três por cento) de concentração em Direitos de Crédito de um mesmo Sacado, o Administrador deverá avaliar a concentração das empresas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico do respectivo Sacado, assegurando que seja respeitado o limite de 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- h) as negociações para a aquisição de Direitos de Crédito serão realizadas com taxa de desconto para a aquisição de Direitos de Crédito equivalente a, no mínimo, a 160% (cento e sessenta por cento) do CDI.

A verificação e enquadramento dos Direitos de Créditos nos Critérios de Elegibilidade serão realizados no momento da aquisição do Direito de Crédito pelo Fundo, na hipótese do Direito Creditório Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra o Administrador, Gestor e a Consultora salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

O Cedente será responsável pela existência, certeza, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização e solvência dos Diretos de Crédito que comporão a carteira do Fundo, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro. O Administrador, a Gestora e a Consultora não respondem pela solvência, origemação, existência, liquidez ou certeza dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo.

A cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo com direito de regresso e coobrigação do respectivo Cedente, sendo a plena titularidade dos Direitos de Crédito, transferida juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

Observadas as vedações e limites previstos no presente regulamento e na regulamentação em vigor, o Fundo poderá ceder, alienar os Direitos de Crédito Inadimplidos. No caso de cessão, alienação dos Direitos de Crédito Inadimplidos, a cobrança dos pagamentos dos Direitos de Crédito Elegíveis será realizada pelo novo titular dos mesmos.

Aquisição de direitos de crédito

Toda e qualquer operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo deverá ser realizada em estrita observância ao disposto no Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, a serem celebrados com cada um dos Cedentes.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A política de concessão de crédito pelos Cedentes aos Sacados é desenvolvida e monitorada pela Consultora, e pode ser sintetizada como sendo:

I- Os Cedentes serão pessoas jurídicas que deverão ser previamente cadastradas pela Consultora para que possam ofertar Direitos de Crédito ao Fundo. Para que tenha seu cadastro aprovado, cada Cedente deverá atender, cumulativamente, aos requisitos definidos na seção *“Regras para Cadastramento Prévio de Cedentes”* adiante.

II—Após o cadastramento dos Cedentes de acordo com os requisitos estabelecidos no inciso I, acima, a Consultora efetuará uma análise de cada Cedente para a concessão de um limite operacional que observará as seguintes etapas:

- a) O gerente operacional é responsável pela análise de Cedentes;
- b) Na primeira visita são recolhidos dados suficientes para a elaboração do relatório gerencial e para que a área de cadastro elabore a ficha cadastral da sociedade que cederá seus Direitos de Crédito de acordo com os requisitos previstos no inciso I, acima;
- c) Com os referidos relatórios devidamente preenchidos com os dados do Cedente, a diretoria da Consultora analisa se este tem o perfil para ceder Direitos de Crédito ao Fundo. Em caso positivo, o diretor operacional da Consultora solicita visita ao Cedente cadastrado;
- d) Nas reuniões realizadas pelo Comitê de Crédito da Consultora, os diretores e o gerente operacional decidem o limite, os fatores, taxas e tarifas que incidirão sobre a cessão de Direitos de Crédito Elegíveis do Cedente cadastrado ao Fundo. Em caso de dúvidas, solicita-se nova visita ao Cedente cadastrado com o diretor superintendente, ou novos levantamentos a serem realizados pela área de cadastro da Consultora;
- e) O gerente operacional solicita a inserção do Cedente no sistema da Consultora ao diretor administrativo/financeiro, o qual o fará mediante apresentação de ficha devidamente preenchida e assinada pela área de Cadastro e pelo diretor superintendente; e
- f) Verificadas todas as etapas acima, poderá ocorrer a cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente.

III – Após a análise dos Cedentes, a Consultora efetua a análise de cada operação de cessão de Direitos de Crédito Elegíveis de acordo com a seguinte metodologia:

a) O Cedente cadastrado envia o arquivo contendo os Documentos Representativos de Crédito (por correspondência eletrônica ou fac-símile) e o assistente da Consultora faz a inserção dos referidos Documentos Representativos de Crédito no sistema da Consultora;

b) O gerente operacional faz a primeira análise da operação, utilizando as ferramentas de análise que do sistema dispõe, tais como:

(i) para o Cedente:

- analisar o grau de concentração por Cedente para verificar a possibilidade de o mesmo realizar a cessão;
- verificar a liquidez recente do Cedente;
- verificar a posição de Direitos de Crédito Elegíveis vencidos;
- verificar a confirmação dos Direitos de Crédito Elegíveis em carteira; e
- verificar se o Cedente tem alguma informação relevante no SERASA.

(ii) para os Sacados:

- analisar o grau de concentração por Sacado em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo;
- observar a concentração por Sacado junto ao Cedente;
- observar a liquidez do Sacado;
- verificar o histórico de pagamento;
- verificar no SERASA se o Sacado tem alguma informação relevante, e verificar se o perfil do Sacado é compatível com os valores dos Direitos de Crédito Elegíveis contra ele; e
- verificar se o Sacado admite a cessão de Direitos de Crédito a terceiros.

c) O diretor superintendente/diretor operacional da Consultora faz a análise a fim de aprovar ou reprovar, total ou parcialmente a operação de cessão e, após esta análise e, em conjunto com o gerente operacional, aprova ou reprovava a concretização da cessão; e

d) Se a operação for aprovada total ou parcialmente, o diretor deverá apor sua assinatura eletrônica no sistema, e o assistente providenciará o envio de relatório com os Direitos de Crédito aprovados para validação do Administrador.

REGRAS PARA CADASTRAMENTO PRÉVIO DE CEDENTES

1. Os Cedentes serão pessoas jurídicas que deverão ser previamente cadastradas pela Consultora para que possam ofertar Direitos de Crédito ao Fundo. Para que tenha seu cadastro aprovado, cada Cedente deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

a) entregar à Consultora os documentos e informações necessários ao seu cadastramento, quais sejam, informações cadastrais mínimas indicadas no item 2 abaixo, e acompanhadas da via original ou de cópia autenticada dos seguintes documentos: Contrato Social ou Estatuto Social, cartão de inscrição no Cadastro

Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e indicação das pessoas capazes de representar o Cedente em operações de cessão de direitos, acompanhada dos documentos que comprovem tais poderes. O Cedente cadastrado deverá manter sempre atualizada referida documentação probatória de poderes dos seus representantes. A critério da Consultora, outros documentos poderão ser solicitados ao Cedente para a aprovação de seu cadastro;

b) no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do respectivo exercício social, entregar à Consultora cópia autenticada do balanço anual relativo ao último exercício e, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento de cada mês, entregar cópia autenticada do respectivo balancete mensal; e

c) não possuir registro no CCF ou na SERASA relativos a títulos protestados não contestados, inadimplência de obrigações ou quaisquer apontamentos nos cadastros referidos neste item, em valor agregado igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou apontamentos de pedido de falência, estar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar.

2. Informações cadastrais mínimas:

a) Informações Relativas à Identificação da Pessoa Jurídica:

- 1) Denominação/Razão Social;
- 2) CNPJ;
- 3) NIRE;
- 4) Forma de constituição;
- 5) Data de constituição;
- 6) Endereço completo;
- 7) Atividade principal;
- 8) Telefones;
- 9) Fax;
- 10) Email.

b) Informações Relativas à Identificação dos Controladores, Administradores, Diretores, Sócios e/ou Procuradores:

- 1) Nome ou Razão Social;
- 2) CPF ou CNPJ;
- 3) Documento de Identidade ou NIRE;
- 4) Endereço Completo;

Profissão ou Atividade Principal;

- 6) Telefones;
- 7) Fax;
- 8) Email.

ALIENAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO PARA TERCEIROS

O Fundo poderá alienar para terceiros, inclusive para o Cedente, em caráter oneroso, todos os Direitos de Crédito que (i) embora atendam a qualquer dos Critérios de Elegibilidade, no momento de sua cessão pelo respectivo Cedente ao Fundo deixem de atender aos Critérios de Elegibilidade a qualquer tempo; (ii) sobre os quais recaiam, entre a data de tal cessão e a data de seu efetivo pagamento, as condições resolutivas da cessão, conforme

estabelecido no Contrato de Cessão; (iii) Direitos de Crédito vencidos e não pagos; (iv) os Direitos de Crédito de Sacados que conste contra si, entre a data de tal cessão e a data de seu efetivo pagamento, processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial; ou (v) outras situações a exclusivo critério do Gestor.

RESPONSABILIDADES DOS CEDENTES PELAS CESSÕES

Nos termos do artigo 295 do Código Civil, os Cedentes responderão pela existência, liquidez, certeza e correta formalização dos Direitos de Crédito, bem como pela existência e validade dos Documentos Representativos do Crédito.

COBRIGAÇÃO DOS CEDENTES

As operações de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo poderão contar com coobrigação dos Cedentes, caso em que os Cedentes coobrigados responderão solidariamente pela solvência dos Sacados dos Direitos de Crédito por eles cedidos.

DIREITOS DE CRÉDITO COM POSSIBILIDADE DE PRÉ-PAGAMENTO

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito cujos respectivos pagamentos por parte de seus Sacados possam ser realizados ao Fundo anteriormente às suas respectivas datas de vencimento.

Não será admitida a concessão de descontos para eventual pagamento antecipado de Direitos de Crédito que não aqueles já previamente estabelecidos nos Documentos Representativos do Crédito dos próprios Direitos de Crédito quando de sua aquisição pelo Fundo.

Quando da aquisição pelo Fundo de Direito de Crédito que contenha previsão explícita de aplicação de desconto em caso de pagamento antecipado, a Consultora será responsável pela cobrança perante o Cedente de eventual diferença entre o valor pago pelo Fundo, quando da aquisição do Direito de Crédito, e o valor efetivamente recebido pelo Fundo em razão do desconto aplicado.

POLÍTICA DE COBRANÇA

A cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos será realizada pela Consultora mediante a observância da seguinte Política de Cobrança:

COBRANÇA REGULAR DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

A liquidação dos direitos creditórios será realizada:

I – por meio de cheques emitidos pelos clientes das Cedentes, endossados pelas Cedentes ao FUNDO por chancela mecânica ou eletronicamente, e entregues ao Banco Cobrador, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir da aquisição de direitos creditórios, para guarda e cobrança em nome do FUNDO;

II – através de boletos bancários, tendo o FUNDO por favorecido, emitidos pelo Banco Cobrador ou pela Consultora e enviados aos sacados.

O recebimento dos direitos creditórios resultante da liquidação dos boletos e cheques relativos às operações realizadas pelo FUNDO será efetuado diretamente em conta corrente do FUNDO junto ao Banco Cobrador, que se utilizará do sistema de compensação bancária. Nenhum valor oriundo de pagamentos dos direitos creditórios será recebido por qualquer uma das Cedentes ou pela Consultora.

COBRANÇA DOS INADIMPLENTES

A cobrança dos direitos de crédito vencidos e não pagos será realizada pela Consultora, admitindo-se a contratação de tais serviços com empresa especializada em serviços de cobrança indicada pela Consultora.

Os direitos de crédito poderão ser protestados e cobrados inclusive judicialmente. Todas as despesas de cobrança, inclusive judiciais, serão suportadas pelo FUNDO.

As instruções de cobrança dos direitos de crédito deverão respeitar o seguinte:

I – As instruções de protesto, prorrogação, baixa, cancelamento de protesto e abatimento serão enviadas ao Banco Cobrador diretamente pela Consultora;

II – As comunicações aos cartórios de protesto de títulos serão realizadas pelo Banco Cobrador, podendo ser empregada empresa terceirizada especializada em serviços dessa natureza;

III – Havidas todas as medidas cabíveis amigavelmente e por meios administrativos, a Consultora poderá indicar um advogado que responderá pela cobrança do devedor em juízo, ficando a Administradora obrigada a outorgar em nome do FUNDO o respectivo mandato ad-judicia.

CRITÉRIOS PARA A VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

VERIFICAÇÃO DO LASTRO

Em razão do Fundo possuir significativa quantidade de Direitos de Crédito e expressiva diversificação de devedores e de Cedentes, além de atuar em vários segmentos, o Administrador, realizará a verificação do lastro que trata as letras b e c acima, por amostragem.

O Administrador realizará, diretamente ou por intermédio de empresa contratada para essa finalidade, a verificação por amostragem do lastro dos Direitos de Crédito com base nos parâmetros estabelecidos abaixo:

1. O Administrador analisará em até 5 (cinco) dias depois da cessão dos Direitos de Crédito e trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo.
2. Observado o disposto no item (“a”) numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando a uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os cedentes dos Direitos de Crédito.
3. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos respectivos Documentos Representativos do Crédito, conforme abaixo discriminado:
 - (a) obtenção de base de dados analítica por Direitos de Crédito integrante da carteira do FUNDO;
 - (b) seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

- (c) verificação física dos contratos devidamente formalizados;
- (d) verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, etc.);
- (e) evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;

verificação das condições de guarda física dos Documentos Representativos do Crédito junto ao Depositário do FUNDO; e

(g) A verificação trimestral de que trata a letra (c) do tópico obrigações do custodiante acima e inciso III do caput do Artigo 17 do Regulamento deve contemplar:

I – os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo; e

II – os Direitos de Crédito inadimplidos e os substituídos no referido trimestre, para a qual não se aplica o disposto nos §§ 1º e 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.

A critério do Administrador, a verificação do lastro inicial, ou seja, aquela verificada logo após a cessão dos Direitos de Crédito, poderá ser de 100% (cem por cento) dos Documentos Representativos do Crédito.

ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

COMPETÊNCIA

Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- II - alterar o Regulamento do Fundo;
- III - prorrogar o prazo de duração de quaisquer séries do Fundo, desde que previamente submetido e devidamente aprovado pela Agência Classificadora de Risco;
- IV - deliberar sobre a substituição do Administrador;
- V – deliberar sobre a substituição da Consultora ou contratação de novas empresas de consultoria;
- VI - deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- VII - deliberar sobre incorporação, fusão e cisão do Fundo;
- VIII – deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das Cotas Seniores, conforme definido no Regulamento;
- IX – resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devam ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- X – resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devam acarretar a liquidação antecipada do Fundo; e
- XI – deliberar sobre a liquidação do Fundo.

INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÕES

Na Assembleia Geral de Cotistas, a ser instalada com a presença de pelo menos um cotista, as deliberações relativas à matéria prevista no item I acima, devem ser tomadas pelo critério da maioria de cotas dos cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvado o disposto abaixo.

As deliberações relativas às matérias previstas nos itens IV, VI, VII e IX acima serão tomadas em primeira convocação pela maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

As deliberações sobre as matérias indicadas nos itens III, VIII, IX, X acima dependerão de aprovação, em Assembleia Geral de Cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das cotas emitidas.

As deliberações sobre a matéria indicada no item V acima dependerá de aprovação, em Assembleia Geral de Cotistas que representem 80% (oitenta por cento) das cotas emitidas.

Somente podem votar na Assembleia Geral de Cotistas, os cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas o Administrador e seus empregados.

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida no caput deve ser providenciada por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, ou por meio correio eletrônico.

Os cotistas, representando a totalidade das cotas emitidas pelo Fundo, podem, em Assembleia Geral de Cotistas, dispensar o Administrador do envio do resumo das decisões.

CONVOCAÇÃO

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo far-se-á mediante carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado da data de envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos cotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas, será providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos cotistas para a segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde o Administrador tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, as cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede do Administrador.

Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os cotistas.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá à Administradora, ou aos cotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pelo Administrador, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos cotistas.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

- I- inobservância pelo Administrador de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI do Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação;
- II- renúncia do Administrador à administração do Fundo não resolvida em 30 (trinta) dias;
- III - aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V do Regulamento;
- IV - rebaixamento da classificação de risco atual de Cotas Seniores do FUNDO em um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- V - não pagamento, nas datas de Amortização, de valor: (i) integral da Amortização de qualquer Série das Cotas Seniores, ou (ii) superior a 75% (setenta e cinco por cento) da Amortização de Cotas Subordinadas;
- VI - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às cotas seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- VII - existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos de Crédito Elegíveis não foram regularmente e devidamente formalizados;
- IX – alteração do controle estatutário da Consultora, conforme dever de informar o Administrador, por esta assumido no Contrato de Consultoria Especializada;
- X – se houver recompra de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, considerando um período de 30 (trinta) dias, que atinja valor superior a 10% (dez por cento) do montante total de Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo; e
- XI - ocorrência de quaisquer eventos que no entendimento do Administrador acarrete um potencial risco adicional aos titulares de Cotas Seniores de quaisquer séries.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de direitos de crédito. Concomitantemente, o Administrador deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 10 (dez) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo. Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, o Administrador deverá suspender imediatamente o pagamento de qualquer Resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito; e dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de cotas do FUNDO, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral.

Na hipótese de liquidação do FUNDO, os titulares de Cotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos respectivos valores previstos para Resgate na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Cada Série “n” de Cotas Seniores do Fundo será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração.

O Fundo será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

I - sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembleia Geral de Cotistas, especialmente convocada para tal fim, sem prejuízo de outras hipóteses descritas neste Regulamento;

II - se o Fundo mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos de Crédito;

III - caso seja deliberado em Assembleia Geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

IV – impossibilidade do FUNDO adquirir Direitos de Crédito admitidos por sua política de investimentos;

V - caso o Administrador deixe de convocar Assembleia Geral de Cotistas quando definido pelo Regulamento e este Prospecto;

VI - na hipótese de serem realizados pagamentos de Amortização ou Resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;e

VII - renúncia do Administrador com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Regulamento e neste Prospecto.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá suspender imediatamente o pagamento de qualquer Resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito; e dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de cotas do Fundo definidos abaixo. O Administrador deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os cotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de Resgate dos cotistas dissidentes.

Se a decisão Assembleia Geral for a de não liquidação do Fundo, fica desde já assegurado o Resgate das Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas dos cotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Na liquidação antecipada do Fundo, não havendo a disponibilidade de recursos, os cotistas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis constantes da carteira do Fundo, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Na hipótese da Assembleia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos direitos de crédito e dos ativos financeiros para fins de pagamento de Resgate das cotas, os direitos de crédito e os ativos financeiros

serão dados em pagamento aos cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada cotista será calculada de acordo com a proporção de cotas detida por cada titular sobre o valor total das cotas existentes à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A partir da data da primeira integralização de cotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Gestora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- I - no pagamento dos custos correntes do Fundo;
- II - no Resgate e Amortização de principal e rendimentos das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- III – na constituição da Reserva de Amortização;
- IV - no pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, em moeda corrente nacional; e
- V - no Resgate e Amortização de principal e rendimentos de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

PROVISÃO DOS VALORES RELATIVOS AOS DIREITOS DE CRÉDITO

Para a provisão dos valores referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis vencidos e não pagos será realizada de acordo com os parâmetros definidos abaixo pela Administradora, observada ainda as regras da Instrução CVM 489.

- I – Até o 15º (décimo quinto) dia de atraso não será realizada qualquer provisão;
- II – Para cada dia decorrido a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso, será provisionado o valor correspondente a $1/30$ (um trinta avos) do valor de face do título;
- III – A partir do 45º (quadragésimo quinto) dia contado desde o vencimento do título, o valor da provisão corresponderá ao valor de face do mesmo.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

De acordo com a legislação vigente o Fundo e seus Cotistas estão sujeitos às regras de tributação descritas nesta seção.

O tratamento tributário ora descrito pode ser alterado a qualquer tempo, seja por meio da instituição de novos tributos, seja por meio da majoração de alíquotas vigentes.

A presente análise foi elaborada com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a carteira é composta por, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) de Direitos de Crédito, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes do Regulamento e da legislação em vigor.

Excluídos os Direitos de Crédito que não entram no cálculo do prazo médio da carteira deste Fundo, o Gestor envidará seus melhores esforços para que o Fundo mantenha o prazo médio de sua carteira de ativos financeiros em níveis que possibilitem o enquadramento do Fundo, para fins tributários, como um fundo de investimento de longo prazo, conforme o disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda nº 1.022, de 05.04.2010, conforme alterada, ou conforme a regulamentação que venha a substituí-la, durante o Prazo de Duração do Fundo.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO

Com relação às operações da Carteira do Fundo:

- (a) Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do imposto de renda; e
- (b) As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS

Os Cotistas estão sujeitos ao tratamento tributário a seguir apresentado, ressalvados aqueles que, por legislação própria, recebam tratamento específico dependendo de sua qualificação ou localização (por exemplo, residentes no exterior), caso em que os potenciais investidores deverão consultar seus assessores jurídicos. Assim, pode haver tratamento tributário diferente do descrito abaixo de acordo com a natureza jurídica do Cotista.

Imposto de Renda

- (a) Os rendimentos dos Cotistas serão tributados pelo IRF, no resgate das Cotas decorrentes do término do Prazo de Duração do Fundo ou da sua liquidação e na amortização das Cotas. Os rendimentos serão constituídos pela diferença positiva entre o valor de resgate ou o valor amortizado e o custo de aquisição das Cotas e sobre estes o IRF incidirá às seguintes alíquotas regressivas, de acordo com o prazo de aplicação:
 - (i) 22,5% (vinte e dois e meio por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias;
 - (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias a 360 (trezentos e sessenta) dias;

- (iii) 17,5% (dezessete e meio por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias a 720 (setecentos e vinte) dias; e
 - (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.
- (b) Se a carteira se desenquadrar do perfil de longo prazo o Cotista (i.e., os rendimentos produzidos a partir da data do desenquadramento) passará a ser tributado pelo IRF de acordo com as alíquotas previstas para as aplicações em fundos de curto prazo, quais sejam: (i) 22,5% (vinte e dois e meio por cento) para aplicações de até 180 (cento e oitenta) dias; e (ii) 20% (vinte por cento) para aplicações acima de 180 (cento e oitenta) dias; e
- (c) Imposto de Renda sobre Ganhos na Alienação das Cotas – Os ganhos (diferença positiva entre o valor de alienação e o custo de aquisição das Cotas) auferidos pelos Cotistas na alienação das Cotas serão tributados à alíquota de 15% (quinze por cento) (i) como ganho de capital, no caso de Cotista pessoa física em operação realizada fora de bolsa; ou (ii) como ganho líquido, nos demais casos.

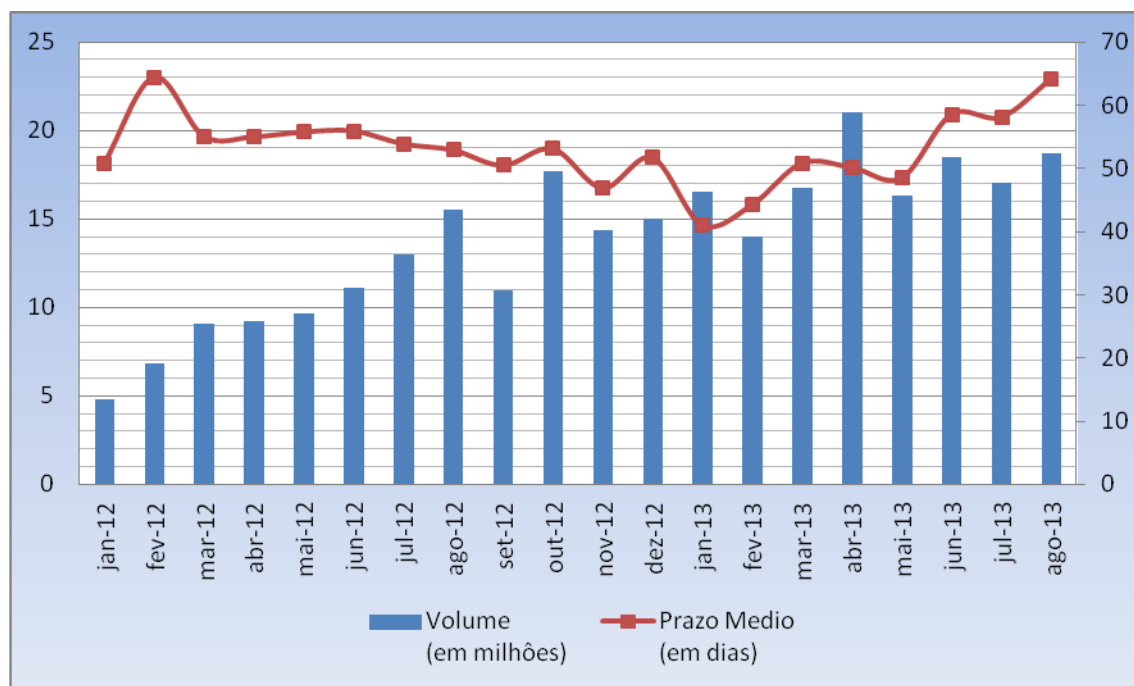
IOF/Títulos

Este imposto incide à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor de resgate, cessão ou repactuação das Cotas, limitado ao rendimento da operação em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14.12.2007, e alterações posteriores, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações no Brasil com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

DESEMPENHO HISTÓRICO DA CARTEIRA DE DIREITOS DE CRÉDITO

Volume de aquisição de Direitos de Crédito e Prazo Médio Ponderado da Carteira



Fonte: KS Fomento

INFORMAÇÕES SOBRE SITUAÇÕES DE PAGAMENTO ANTECIPADO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O pagamento antecipado pode ocorrer por exclusiva decisão do Sacado, sendo que os pagamentos antecipados podem ser motivados por diversas razões.

De acordo com o Regulamento do Fundo, não será admitida a concessão de descontos para pagamentos antecipados de Direitos de Crédito que não aqueles já previamente estabelecidos para os Direitos de Crédito nos seus respectivos Documentos Representativos do Crédito quando de sua aquisição pelo Fundo.

Assim, quando da aquisição pelo Fundo de Direito de Crédito que contenha previsão explícita de aplicação de desconto em caso de pagamento antecipado, o Cedente será cobrado por eventual diferença entre o valor pago pelo Fundo, quando da aquisição do Direito de Crédito, e o valor efetivamente recebido pelo Fundo em razão do desconto aplicado ou tal diferença afetará a valorização da Cota Subordinada Júnior.

ACRÉSCIMO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo não poderão ser substituídos por outros de mesma ou de outra natureza. Na hipótese de inadimplemento de Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores, poderão ser acrescidos aos valores originais dos Direitos de Crédito

inadimplidos valores de encargos moratórios. Os Direitos de Crédito poderão, ainda, ser removidos mediante a recompra, pelo Cedente, dos Direitos de Crédito vencidos ou vencidos.

INFORMAÇÃO A RESPEITO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO E SEUS PROCEDIMENTOS COM RELAÇÃO A INADIMPLÊNCIAS, PERDAS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO

Em caso de inadimplemento, perda, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial dos Sacados, dos devedores solidários e/ou dos Cedentes, quando estes forem coobrigados dos Devedores, serão cobrados, nos termos a Política de Cobrança descrita neste Prospecto e no Regulamento.

Ainda, a Agência Classificadora de Risco realizará o monitoramento trimestral, cuja nota de classificação refletirá eventuais aumentos nos níveis de inadimplência do Fundo e a eficiência na recuperação dos créditos.

Os Direitos de Crédito passíveis de serem adquiridos pelo Fundo podem contar com garantias. Caso ocorra o inadimplemento dos Direitos de Crédito, nos termos da Política de Cobrança do Fundo descrita neste Prospecto e no Regulamento, as garantias eventualmente outorgadas em relação aos Direitos de Crédito vencidos e não adimplidos, sempre que possível, serão executadas.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS HOMOGÊNEAS DOS SACADOS

Os Sacados dos Direitos de Crédito podem ser pessoas físicas e/ou jurídicas que realizem operações com os Cedentes, nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços, com pagamento à prazo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo devem observar os Critérios de Elegibilidade, entre estas, os limites de concentração por Cedente e por Sacados. O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios com multicedentes e multisacados, não havendo uma concentração significativa de Cedentes e Devedores.

GARANTIAS E REFORÇOS DE CRÉDITO

Além da Relação Mínima representada por 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas Subordinadas do Fundo, e dos limites de concentração para os Cedente e Sacados estabelecidos neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, os sócios do Cedente assinam também o Contrato de Cessão, como devedores solidários do Cedente garantindo as obrigações do Cedente no Contrato de Cessão, que podem ser apenas obrigações de indenização ou podem ser propriamente de coobrigação pelo pagamento dos Direitos de Crédito, conforme estabelecido no respectivo Contrato de Cessão. Tais mecanismos podem ajudar ou facilitar os pagamentos aos cotistas do Fundo.

HISTÓRICO DE INADIMPLEMENTO, PERDAS E PRÉ PAGAMENTOS DOS DIREITOS DE CRÉDITO ADQUIRIDOS PELO FUNDO

Tendo em vista que: (i) o Fundo não iniciou suas operações, (ii) os Direitos de Crédito a serem por ele adquiridos serão ainda prospectados, e (iii) o Fundo consiste em um fundo multissetorial, não apresentando concentração relevante em nenhum setor específico da economia, bem como em relação a nenhum Sacado, Cedente ou grupo econômico, o Administrador e o Gestor declaram, nos termos do item 2.7 do Anexo III-A da Instrução CVM 400, não terem conhecimento de informações estatísticas sobre Inadimplemento, Perdas e Pré-Pagamento de Direitos de Crédito do Fundo em questão.

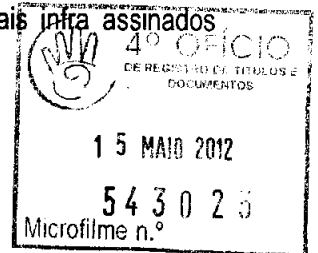
Parcela preponderante dos Direitos de Crédito que serão adquiridos refere-se a operações de curto prazo cujos títulos têm valor de face definido, sem previsão de cobrança de juros (i.e. duplicatas, créditos oriundos de relações comerciais ou de prestação de serviço), as

quais não contam com previsão de concessão de desconto ou redução do valor devido em caso de pré-pagamento. Assim, o Administrador e o Gestor entendem não haver risco de amortização ou liquidação antecipada de Direitos de Crédito que possa afetar de modo relevante o Fundo e seu fluxo de pagamentos. Adicionalmente, observa-se que o Fundo opera de forma pulverizada com vários Sacados e Cedentes, o que no entendimento do Administrador e do Gestor: (i) reduz o risco de ocorrência de pré-pagamentos de volumes relevantes de Direitos de Crédito; e (ii) permite ao Fundo realocar os recursos relativos a eventuais pré-pagamentos na aquisição de Direitos de Crédito de outros Cedentes.

**ANEXO I – INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
FUNDO**

DELIBERAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DO AURUM - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP

Pelo presente instrumento particular, **BANCO PETRA S.A.**, com sede na, Rua Pasteur 463, 11º andar, Batel, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.758.741/0001-52, neste ato representado na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais ^{infra assinados} ("ADMINISTRADORA"),



RESOLVE:

- (i) constituir nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, bem como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis um fundo de investimento em direitos creditórios, com a denominação de "**AURUM - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP**" ("**FUNDO**"), em regime de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado;
- (ii) indicar para desempenhar as funções de administrador do **FUNDO**, na forma do Regulamento neste ato promulgado;
- (iii) aprovar o Regulamento do **FUNDO**, substancialmente no teor e forma do documento constante do Anexo I ao presente instrumento.

Sendo assim, assina o presente instrumento em (3) três vias, cada qual com o mesmo teor e para um único propósito e efeito.

Curitiba, 07 de maio de 2012

Angélica Regliorini

BANCO PETRA S.A.

[Signature]

49 OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
FONE: 3015-5100

Protocolado sob o número
543.025

Registrado sob o número
490.552

Protocolado e Registrado na data de
15/05/2012.

Paritiba - SP.

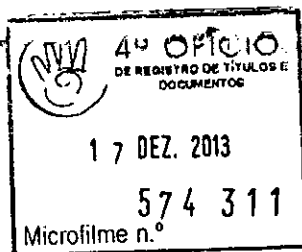
João Manoel de Oliveira Franco-Titular
Maria Augusta de O. Franco-Substituta
Rosério Vargas-Escrevente

Funarpen - Lei 13.228 de 18/07/2001
Selo Digital nº 651321AAAAAF
Controle 915024

CUSTAS

REGISTRO R\$ 42,30 (VRC 300)
FUNARPEN R\$ 0,67 (VRC 4,76)
FUNREJUS R\$ 5,65 (VCR 40)
MICROFILME R\$ 0,42 (VRC 3)

ANEXO II –REGULAMENTO DO FUNDO



**REGULAMENTO DO AURUM -
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP**

CAPÍTULO I – FUNDO E PÚBLICO ALVO

Artigo 1º: O AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º: O FUNDO é destinado a investidores qualificados conforme definido na regulamentação da CVM, de acordo com o Suplemento de cada série de Cotas Seniores;

Parágrafo 2º: O FUNDO poderá apresentar séries de Cotas Seniores com prazos e regras de amortização distintas.

Parágrafo 3º: A 1ª Série de Cotas Seniores terá prazo de duração e suas principais regras conforme definido no Suplemento da 1ª Série, nos termos do modelo definido como Anexo VI deste Regulamento.

Parágrafo 4º: Os termos definidos e expressões adotadas neste Regulamento em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuídos no Anexo I do presente Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto às no plural.

CAPÍTULO II – OBJETIVOS DO FUNDO

Artigo 2º: É objetivo do FUNDO proporcionar aos Cotistas que se enquadrem no Público-Alvo, a valorização de suas cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do FUNDO na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis e ativos financeiros, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento.

Parágrafo 1º: As séries de Cotas Seniores do FUNDO buscarão atingir rentabilidade (*benchmark*) prevista no respectivo Suplemento de cada série “n” de Cotas Seniores. O *benchmark* aplica-se somente às Cotas Seniores.

Parágrafo 2º: Uma vez atingido o *benchmark* das Cotas Seniores, conforme acima mencionado, o excedente da rentabilidade será destinado às Cotas Subordinadas razão pela qual estas Cotas poderão apresentar valores diferentes entre si.

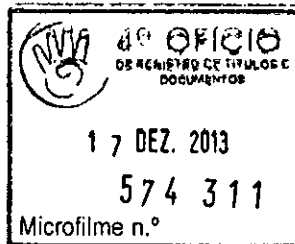
Parágrafo 3º: A aquisição de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas do FUNDO não representa qualquer garantia ou promessa do FUNDO, da ADMINISTRADORA ou da CONSULTORA acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.

Parágrafo 4º: As aplicações no FUNDO não contam com garantia da ADMINISTRADORA ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Além disso, o FUNDO poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir,

4º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
17 DEZ. 2013
574 311
Microfilme n.º

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (11) 2226-3800 - Curitiba - PR

40 - }



dentre outras, na aquisição de Direitos de Crédito ou ativos financeiros que poderão ter rentabilidade inferior à esperada.

Parágrafo 5º: Resultados e rentabilidades obtidos pelo FUNDO no passado não representam quaisquer garantias de resultados ou rentabilidade futuros.

CAPÍTULO III – POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 3º: Visando atingir o objetivo proposto, o FUNDO alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

Artigo 4º: Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades, o FUNDO deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

Parágrafo Único: A CVM, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo estipulado no *caput* por igual período, desde que a ADMINISTRADORA apresente motivos que justifiquem tal prorrogação.

Artigo 5º: A parcela do patrimônio líquido do FUNDO que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- d) operações compromissadas, conforme previsto no artigo 6º abaixo; e
- e) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") de emissão das seguintes instituições financeiras: (i) Banco Bradesco S.A.; (ii) Banco Safra S.A.; (iii) Banco Itaú S.A.; (iv) Banco do Brasil S.A.; (v) Banco Santander Brasil S.A.; e (vi) HSBC Banco Múltiplo S.A.

Parágrafo 1º: O FUNDO poderá realizar operações em que a ADMINISTRADORA, GESTORA, ou fundos de investimentos por elas administrados e/ou geridos figurem como contraparte do FUNDO desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e, liquidez do FUNDO.

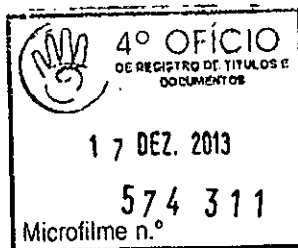
Parágrafo 2º: O FUNDO não poderá adquirir direitos de crédito da ADMINISTRADORA, GESTORA, CONSULTORA e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Parágrafo 3º: O FUNDO não poderá realizar:

- a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 2225-3908 - Curitiba - PR


www.bancopetra.com.br



PETRA
BANCO PETRA S.A.

- b) operações de "day-trade", assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o FUNDO possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;
- c) aquisição de cotas de Fundo de Desenvolvimento Social;
- d) aplicação de recursos no exterior;
- e) operações empréstimo de títulos e valores mobiliários; e
- f) operações em mercado de derivativos.

Artigo 6º: O FUNDO poderá, ainda, concentrar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos no artigo 5º acima, alíneas "a", "b" e "c".

Artigo 7º: Todos os resultados auferidos pelo FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio.

Artigo 8º: Para que possam ser ofertados e adquiridos pelo FUNDO, os Direitos de Crédito devem ser previamente analisados e aprovados pela GESTORA com auxílio da CONSULTORA.

Artigo 9º: Sem prejuízo do limite de concentração individual aplicável a cada Cedente nos termos da regulamentação em vigor, devem ser observados os seguintes limites de concentração pela Administradora:

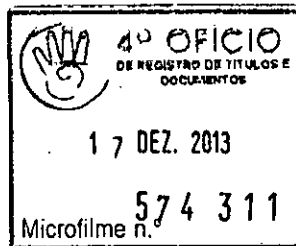
- (i) Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao FUNDO pelos 5 (cinco) maiores Cedentes e 5 (cinco) maiores Sacados, considerando o conceito de Grupo Econômico não poderá representar mais do que 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do patrimônio líquido do FUNDO;
- (ii) O Fundo não possui limite de concentração de Direitos de Crédito representado por duplicata ou cheque, observado, contudo, o disposto abaixo.

CAPÍTULO IV – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 10: Os Direitos de Crédito deverão atender aos Critérios de Elegibilidade que serão validados pela ADMINISTRADORA nos termos deste artigo. Para fins do disposto na legislação e no Regulamento, são considerados Critérios de Elegibilidade:

- a) enquadramento aos limites de concentração definidos no Capítulo III;
- b) os Direitos de Crédito ofertados ao FUNDO não poderão ser de Sacados de Direitos de Crédito Inadimplidos para com o FUNDO a mais de 15 (quinze) dias;
- c) a carteira de Direitos de Créditos deverá ter prazo médio de no máximo 90 (noventa) dias;
- d) o vencimento dos Direitos de Crédito não poderá exceder o prazo da respectiva Série "n" de Cotas Seniores;

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



PETRA
BANCO PETRA S.A.

e) o total de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Sacado não poderá exceder 6% (seis por cento) do patrimônio líquido do FUNDO;

f) o total de Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao FUNDO por um mesmo Cedente ou Grupo Econômico do Cedente não poderá representar, a qualquer momento, mais que 12% (doze por cento) do patrimônio líquido do FUNDO;

g) Considerada pro-forma a aquisição dos Direitos de Crédito ofertados, caso a carteira do FUNDO apresente 3% (três por cento) de concentração em Direitos de Crédito de um mesmo Sacado, a Administradora deverá avaliar a concentração das empresas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico do respectivo Sacado, assegurando que seja respeitado o limite de 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do FUNDO;

h) as negociações para a aquisição de Direitos de Crédito serão realizadas com taxa de desconto para a aquisição de Direitos de Crédito equivalente a, no mínimo, a 160% (cento e sessenta por cento) do CDI.

Parágrafo 1º: A verificação e enquadramento dos Direitos de Créditos nos Critérios de Elegibilidade serão realizados no momento da aquisição do Direito de Crédito pelo FUNDO, na hipótese do Direito Creditório Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo FUNDO, não haverá direito de regresso contra a ADMINISTRADORA, GESTORA e a CONSULTORA salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Parágrafo 2º: O Cedente será responsável pela existência, certeza, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização e solvência dos Direitos de Crédito que comporão a carteira do FUNDO, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro. A ADMINISTRADORA, a GESTORA e a CONSULTORA não respondem pela solvência, origem, existência, liquidez ou certeza dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao FUNDO.

Parágrafo 3º: A cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis será irrevogável e irretroatável, com a transferência, para o FUNDO, em caráter definitivo com direito de regresso e coobrigação do respectivo Cedente, sendo a plena titularidade dos Direitos de Crédito, transferida juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

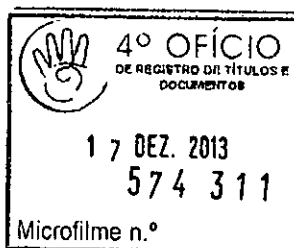
Parágrafo 4º: Observadas as vedações e limites previstos no presente regulamento e na regulamentação em vigor, o FUNDO poderá ceder, alienar os Direitos de Crédito Inadimplidos. No caso de cessão, alienação dos Direitos de Crédito Inadimplidos, a cobrança dos pagamentos dos Direitos de Crédito Elegíveis será realizada pelo novo titular dos mesmos.

CAPÍTULO V – ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E DISTRIBUIÇÃO

Artigo 11: As atividades de administração serão exercidas pelo Banco PETRA S.A, instituição financeira, com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, CJ.1103, Batel, Curitiba-PR, CEP: 80250-080, inscrita no CNPJ/MF 11.758.741/0001-52 ("ADMINISTRADORA").

4º OFÍCIO DISTRIBUIÇÃO
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoa Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 Sala 50
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - P.


www.bancopetra.com.br



PETRA
BANCO PETRA S.A.

Parágrafo Primeiro: A gestão da carteira do FUNDO será exercida PETRA Capital Gestão de Investimentos Ltda, sociedade limitada com sede na Av. Paulista, 1842, 1º andar, conj. 17, Torre Norte, Bela Vista, São Paulo-SP, CEP 01.310-923, inscrita no CNPJ sob o nº 09.204.714/0001-96 ("GESTORA")

Parágrafo Segundo: Incluem-se entre as obrigações da ADMINISTRADORA.

I – manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do FUNDO;
- b) o registro dos Cotistas;
- c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
- d) o livro de presença de Cotistas;
- e) os demonstrativos trimestrais do FUNDO;
- f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao FUNDO; e
- g) os relatórios do auditor independente.

II – receber quaisquer rendimentos ou valores do FUNDO diretamente ou por meio de instituição contratada;

III – entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do FUNDO, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;

IV – divulgar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do FUNDO, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do FUNDO, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO;

V – custear as despesas de propaganda do FUNDO;

VI – fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII – sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a ADMINISTRADORA e o FUNDO;

de OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

(Handwritten signature)



PETRA
BANCO PETRA S.A.

VIII – providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do FUNDO ou dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO, quando aplicável;

IX - fornecer informações relativas aos Direitos de Crédito adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

Parágrafo Único: A divulgação das informações, prevista no inciso IV deste artigo, pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação, devidamente indicado no Prospecto do FUNDO, se houver, observada a responsabilidade da ADMINISTRADORA pela regularidade na prestação destas informações.

Artigo 12: É vedado à ADMINISTRADORA:

- I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo FUNDO;
- II – utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo FUNDO; e
- III – efetuar aportes de recursos no FUNDO, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

Parágrafo 1º: As vedações de que tratam os incisos I a III deste artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da ADMINISTRADORA, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Parágrafo 2º: Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do FUNDO, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III deste Regulamento.

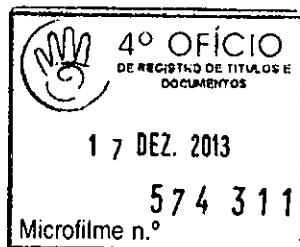
Artigo 13: É vedado à ADMINISTRADORA, em nome do FUNDO:

- I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução CVM 356;
- III – aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV – adquirir cotas do próprio FUNDO;
- V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356, bem como no Regulamento;

4º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 604
Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - PR

AP

www.bancopetra.com.br



PETRA
BANCO PETRA S.A.

VI – vender cotas do FUNDO a prestação;

VII – vender cotas do FUNDO a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do FUNDO, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO.

Artigo 14: A distribuição das cotas do FUNDO poderá ser realizada em regime de melhores esforços pela PETRA - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto no Suplemento de cada Série “n” de cotas do FUNDO.

CAPÍTULO VI - SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

Artigo 15: A ADMINISTRADORA, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, pode renunciar à administração do FUNDO, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução CVM 356.

Parágrafo 1º: Na ocorrência da hipótese descrita acima, a ADMINISTRADORA deverá permanecer no cargo e no pleno exercício de suas funções pelo período mínimo de 30 (trinta) dias contados da data do aviso mencionado no *caput* deste artigo, ou por prazo inferior, conforme determinado pelos Cotistas, até que a instituição substituta escolhida pelos Cotistas assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da ADMINISTRADORA e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições deste Regulamento. Caso os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem instituição administradora substituta até o final do prazo de 30 (trinta) dias mencionado acima, ou por qualquer razão nenhuma instituição assuma efetivamente, nesse prazo, todos os deveres e obrigações da ADMINISTRADORA, a ADMINISTRADORA convocará uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a liquidação do FUNDO e comunicará o evento à CVM.

4º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3224-2004 - Curitiba - PR

AP

www.bancopetra.com.br



PETRA
BANCO PETRA S.A.

Parágrafo 2º: Nas hipóteses de substituição da ADMINISTRADORA e de liquidação do FUNDO, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria ADMINISTRADORA.

Artigo 16: No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da ADMINISTRADORA, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral de Cotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para:

- a) nomeação de representante de cotistas; e
- b) deliberação acerca de: i) substituição da ADMINISTRADORA, no exercício das funções de administração do FUNDO; ou ii) pela liquidação antecipada do FUNDO.

CAPÍTULO VII – CUSTÓDIA E VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Artigo 17: As atividades de custódia do FUNDO prevista no artigo 38 da Instrução CVM 356 serão exercidas pela ADMINISTRADORA.

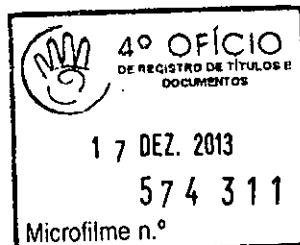
Parágrafo 1º: Na qualidade de custodiante a ADMINISTRADORA é responsável pelas seguintes atividades:

- a) - validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo IV deste Regulamento;
- b) - receber e verificar os Documentos Representativos do Crédito que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito, observado o disposto no parágrafo primeiro deste Artigo;
- c) - durante o funcionamento do FUNDO, em periodicidade trimestral, verificar os Documentos Representativos do Crédito;
- d) - realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo Contrato de Cessão e pelos Documentos Representativos do Crédito;
- e) - fazer a custódia e a guarda dos Documentos Representativos do Crédito e demais ativos da carteira do FUNDO;
- f) - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o auditor independente, agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO e órgãos reguladores, observado o disposto no parágrafo primeiro deste Artigo; e
- g) - cobrar e receber, por conta e ordem do FUNDO, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos diretamente em conta de titularidade do FUNDO, ou em conta *escrow* instituída pelas partes, em instituição financeira, sob contrato, a qual acolherá os depósitos a serem feitos pelos devedores e ali mantidos em custódia, para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pela ADMINISTRADORA.

Parágrafo 2º - Em razão do FUNDO possuir significativa quantidade de Direitos de Crédito e expressiva diversificação de devedores e de Cedentes, além de atuar em vários segmentos, a

4º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 502
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR


www.bancopetra.com.br



PETRA
BANCO PETRA S.A.

ADMINISTRADORA, realizará a verificação do lastro que trata os incisos II e III do *caput* deste Artigo, por amostragem.

Parágrafo 3º - A ADMINISTRADORA realizará, diretamente ou por intermédio de empresa contratada para essa finalidade, a verificação por amostragem do lastro dos Direitos de Crédito com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo VII deste Regulamento, sempre que permitido pela legislação aplicável.

Parágrafo 4º - Para atendimento ao disposto no parágrafo 3º, inciso IV, do Artigo 8º da Instrução CVM 356, a ADMINISTRADORA considerará os resultados da verificação dos Documentos Representativos do Crédito, por amostragem, realizada no trimestre anterior.

Parágrafo 5º - A guarda dos Documentos Representativos do Crédito, emitidos a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, de acordo com os termos da Instrução CVM 356, serão realizados pela ADMINISTRADORA. O Depositário fará a guarda dos Documentos Representativos do Crédito físicos, ou seja, dos originais emitidos em suporte analógico.

CAPÍTULO VIII – CONSULTORIA ESPECIALIZADA

Artigo 18: Conforme faculta o artigo 24, inciso XI, alínea “b” e o artigo 39, inciso I, ambos da Instrução 356, o FUNDO utiliza, ainda, os serviços especializados da CONSULTORA, como auxiliar da GESTORA, conforme descrito nos parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º: A CONSULTORA prestará os serviços abaixo nos termos do Contrato de Consultoria Especializada:

- a) cadastramento prévio dos Cedentes;
- b) análise de crédito de potenciais Sacados dos Direitos de Crédito a serem cedidos ao FUNDO;

Parágrafo 2º: A remuneração da CONSULTORA está contida na Taxa de Administração devida à ADMINISTRADORA.

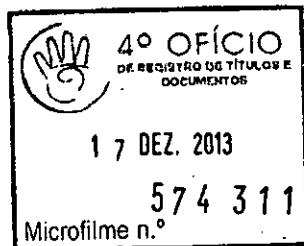
Parágrafo 3º: A CONSULTORA será responsável pelo recolhimento dos tributos que incidam ou venham incidir sobre a prestação de serviços pactuada nos termos deste Regulamento e do Contrato de Consultoria Especializada.

Parágrafo 4º: Observado o disposto no parágrafo abaixo, a CONSULTORA somente poderá ser destituída de suas funções, com a consequente rescisão do Contrato de Consultoria Especializada, com aprovação da Assembleia Geral de Cotistas do FUNDO sendo assegurado às Cotas Subordinadas o direito de veto.

Parágrafo 5º: A CONSULTORA poderá ser destituída de suas atribuições a qualquer tempo no caso de comprovação de que atuou com dolo e/ou má-fé ou cometeu fraude no desempenho de

4º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR


www.bancopetra.com.br



PETRA
BANCO PETRA S.A.

suas funções e responsabilidades previstas neste Regulamento e no Contrato de Consultoria Especializada.

CAPÍTULO IX - DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

Artigo 19: Será devida à Administradora, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão, distribuição, consultoria, a remuneração equivalente à somatória dos seguintes montantes, calculados individualmente (a "Taxa de Administração"):

- a) 0,475% a.a. (quatrocentos e setenta e cinco) centésimos de milésimos por cento ao ano, incidente sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO com o mínimo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) atualizados anualmente pela variação do IGP-M, acrescida da TEvento calculada de acordo com os eventos definidos no Anexo VIII e
- b) 0,5% (cinco décimos) por cento sobre o valor de face de cada título adquirido pelo fundo no mês imediatamente anterior.

Parágrafo 1º: Os valores devidos à ADMINISTRADORA são calculados e apropriados por Dia Útil, com base no percentual referido no caput deste artigo sobre o valor diário do patrimônio líquido do FUNDO do dia anterior, e serão pagos mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo 2º: O pagamento das despesas com prestadores de serviço, não consideradas como encargos do FUNDO, poderá ser efetuado diretamente pelo FUNDO ao prestador de serviço, desde que os correspondentes valores sejam deduzidos da Taxa de Administração.

Parágrafo 3º: A Taxa de Administração, nos termos da legislação aplicável, não compreende os serviços de custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do FUNDO prestados pela ADMINISTRADORA, que poderão ser cobrados do FUNDO, a título de despesa, conforme disposto neste Regulamento.

Parágrafo 4º: O FUNDO não possui taxa de entrada, saída e performance.

CAPÍTULO X - POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

Artigo 20: A política de concessão de crédito pelos Cedentes aos Sacados encontra-se descrita no Anexo III.

Parágrafo Único: A monitoração da política de concessão de crédito será realizada observando os procedimentos descritos no Anexo III deste Regulamento.

Artigo 21: A cobrança bancária dos pagamentos dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao FUNDO será realizada por Instituição Autorizada.

4º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
registro de Títulos e Documentos
registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3900 - Curitiba - PR


www.bancopetra.com.br



Parágrafo 1º: Todas as despesas necessárias à efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão arcadas pelo FUNDO.

Parágrafo 2º: Os Cedentes deverão transferir ao FUNDO, no prazo de 24 horas da verificação de seu recebimento, quaisquer valores que eventualmente venha a receber dos Sacados, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título.

CAPÍTULO XI – AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Artigo 22: A primeira valoração das Cotas Seniores ocorrerá a partir do primeiro dia útil seguinte à primeira data de subscrição inicial de Cotas Seniores, e a última na data de Resgate da última das Cotas Seniores em circulação.

Parágrafo 1º: A partir da data de subscrição inicial de Cotas Seniores, o valor unitário das Cotas Seniores será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, Amortização ou Resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Cotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido por meio da seguinte fórmula:

$$VQSnT = [VQSnT-1 - (B \times Van)] \times \{[(DIT-1/100 + 1)^{1/252}] \times (Sobretaxa \ n/100 + 1)^{1/252}\}$$

onde:

VQSnT	valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, Amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, Resgate, calculado para a data "T".
VQSnT-1	valor de cada Cota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, Amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, Resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data "T". No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à Data da 1ª Emissão, VQSnT-1 é igual a R\$1.000,00.
B	Igual a 1(hum) todo dia seguinte a uma Data de Amortização "n". Igual a 0 (zero) em qualquer outro dia.
Van	Valor da Amortização programada referente a cada Cota Sênior na Data de Amortização "n"
DIT-1	CDI referente ao dia útil anterior à data "T".
Sobretaxa	a ser definida em cada Suplemento de cada série de Cotas Sênior do Fundo

Parágrafo 2º: Quando da definição do valor das Cotas Seniores, o CDI deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária do CDI quando da apuração do valor das cotas seniores, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pelo último CDI conhecido até a data do



PETRA
BANCO PETRA S.A.

respectivo evento, sendo que eventuais compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Cotistas titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação do CDI aplicável, serão devidas na Data de Amortização imediatamente seguinte.

Parágrafo 3º: Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação do CDI como critério para definição do valor das Cotas Seniores ou de ausência de apuração ou divulgação do CDI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência do respectivo evento, a ADMINISTRADORA deverá convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que seja deliberado o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Cotas Sênior. Até a definição do novo parâmetro, será utilizado, sem solução de continuidade, para cálculo do valor das Cotas Seniores, o último CDI conhecido, sendo que eventuais compensações financeiras, tanto por parte do FUNDO, quanto pelos Cotistas titulares das Cotas Seniores, quando da eventual divulgação posterior do CDI, serão devidas na Data de Amortização imediatamente seguinte.

Parágrafo 4º: As Cotas Subordinadas serão valoradas pelo resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do FUNDO, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado das Cotas Seniores em circulação, apurado conforme o disposto no parágrafo anterior, pelo número total de Cotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração.

Parágrafo 5º: Os ativos integrantes da carteira do FUNDO serão avaliados todo Dia Útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira observada as disposições da Instrução CVM 489.

Parágrafo 6º: O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos componentes da carteira do FUNDO será atribuído às Cotas Subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedido os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do FUNDO será atribuída às Cotas Seniores.

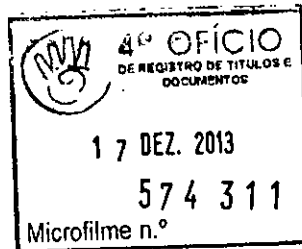
Parágrafo 7º: Por outro lado, na hipótese do FUNDO atingir o *benchmark* definido no Capítulo II, os valores excedentes serão destinados às Cotas Subordinadas, razão pela qual esta poderá apresentar valores diferentes das Cotas Seniores.

Parágrafo 8º: A partir da data da primeira integralização de cotas e até a liquidação do FUNDO, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a GESTORA obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do FUNDO, a alocar os recursos decorrentes da integralização das cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, na seguinte ordem:

- I - no pagamento dos custos correntes do FUNDO;
- II - no Resgate e Amortização de principal e rendimentos das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;

4º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR


www.bancopetra.com.br



III – na constituição da Reserva de Amortização;

IV – no pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, em moeda corrente nacional; e

V – no Resgate e Amortização de principal e rendimentos de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

Parágrafo 9º: Para a provisão dos valores referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis vencidos e não pagos será realizada de acordo com os parâmetros definidos abaixo pela Administradora, observada ainda as regras da Instrução CVM 489.

I – Até o 15º (décimo quinto) dia de atraso não será realizada qualquer provisão;

II – Para cada dia decorrido a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso, será provisionado o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor de face do título;

III – A partir do 45º (quadragésimo quinto) dia contado desde o vencimento do título, o valor da provisão corresponderá ao valor de face do mesmo.

Artigo 23: Entender-se-á por patrimônio líquido do FUNDO a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Artigo 24: Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

CAPÍTULO XII – FATORES DE RISCO

Artigo 25: Não obstante a diligência da ADMINISTRADORA e da GESTORA em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a ADMINISTRADORA e a GESTORA mantenham rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para o Cotista.

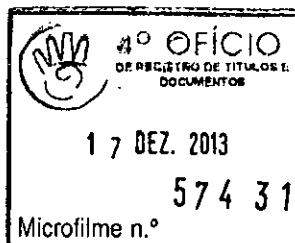
Parágrafo Único: Os recursos que constam na carteira do FUNDO e os cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

(i) Risco de Crédito: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do FUNDO, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do FUNDO;

(ii) Risco proveniente da falta de registro dos contratos de cessão: Por se tratar de um FUNDO que poderá adquirir Direitos de Crédito de uma multiplicidade de Cedentes domiciliados em diversas localidades no território brasileiro, o FUNDO adota como política

4º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR


www.bancopetra.com.br



PETRA
BANCO PETRA S.A.

não registrar os contratos de cessão e seus anexos em cartório de registro de títulos e documentos em função da complexidade operacional e dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos contratos de cessão e anexos poderá representar risco ao FUNDO em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelos Cedentes a mais de um cessionário. O FUNDO não poderá reclamar Direitos de Crédito cedidos a terceiros ou valores em relação a Direitos de Crédito Elegíveis pagos por Sacados a terceiros de boa fé adquirentes dos mesmos Direitos de Crédito cedidos ao FUNDO. O FUNDO poderá sofrer perdas, não podendo a ADMINISTRADORA, GESTORA ou a CONSULTORA ser de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.

(iii) Risco de Liquidez: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do FUNDO nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a GESTORA poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FUNDO, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos, que podem, inclusive, obrigar a GESTORA a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de Resgates e/ou amortizações aos Cotistas do FUNDO, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

(iv) Risco de Mercado: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos Cotistas.

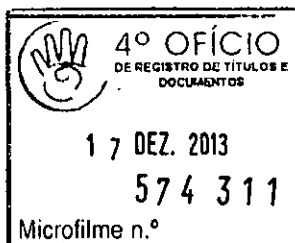
(v) Risco de Concentração: A GESTORA buscará diversificar a carteira do FUNDO. O risco associado às aplicações do FUNDO é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do FUNDO em um único emissor de títulos, ou em Direitos de Crédito Elegíveis cujo devedor seja um único Sacado, maior será a vulnerabilidade do FUNDO em relação ao risco de crédito desse emissor ou Sacado.

(vi) Risco de Descasamento: Os Direitos de Crédito Elegíveis componentes da carteira do FUNDO são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo FUNDO para as cotas tem como parâmetro a taxa média do CDI, conforme previsto no Regulamento. Se de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do FUNDO poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as cotas, inclusive as Cotas Seniores.

(vii) Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos: O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da GESTORA tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

www.bancopetra.com.br



PETRA
BANCO PETRA S.A.

carteira do FUNDO; e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Sacados. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos de Amortizações e ou regates.

(viii) Risco decorrente da multiplicidade de Cedentes: O FUNDO está apto a adquirir Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo FUNDO, pela ADMINISTRADORA e/ou pela GESTORA, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre os Cedentes e os respectivos Sacados podem não ser previamente identificados pelo FUNDO, pela ADMINISTRADORA e/ou pela GESTORA. Caso os Direitos de Crédito Elegíveis não sejam pagos integralmente pelos respectivos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e os respectivos Cedentes não restituam ao FUNDO o montante em moeda corrente nacional, correspondente ao valor dos referidos Direitos de Crédito Elegíveis, os resultados do FUNDO poderão ser afetados negativamente.

(ix) Riscos do Mercado Secundário: O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o Resgate das cotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

(x) Risco de guarda e de verificação por amostragem da documentação relativa aos Direitos de Crédito: A ADMINISTRADORA será responsável pela guarda dos Documentos Representativos do Crédito relativos aos Direitos de Crédito. Todavia a ADMINISTRADORA contratou o Depositário para que realize a guarda do original dos Documentos Representativos do Crédito que tenham sido emitidos em suporte analógico. Mesmo que a ADMINISTRADORA possua regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação e que o contrato de prestação garanta o efetivo controle da ADMINISTRADORA sobre a movimentação dos Documentos Representativos do Crédito e demais ativos integrantes da carteira do fundo sob guarda do Depositário, a guarda da documentação por terceiro pode representar uma limitação ao FUNDO, em termos de verificação da origem e formalização dos Direitos de Crédito. Nos termos do parágrafo segundo do Artigo 17 deste Regulamento, a Administradora realizará, diretamente, ou através de terceiro contratados, verificação periódica da documentação referente aos Direitos de Crédito. Uma vez que essa verificação é realizada por amostragem após a cessão dos Direitos de Crédito, o FUNDO poderá adquirir Direitos de Crédito que, na data da cessão, não apresentem evidências da comprovação de entrega da mercadoria ou da prestação do serviço. Além disso, a carteira do FUNDO poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Representativos do Crédito apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo FUNDO, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

(xi) - Titularidade dos Direitos de Crédito: O FUNDO é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos de Crédito, e suas Cotas representam porções ideais de seu patrimônio líquido. Deste modo, a titularidade das Cotas não confere ao cotista propriedade



PETRA
BANCO PETRA S.A.

ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos de Crédito ou sobre os ativos financeiros que integram a carteira do FUNDO. Em caso de liquidação antecipada do FUNDO, poderá haver resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito, nas hipóteses previstas no Regulamento, e neste caso, a propriedade dos Direitos de Crédito será transferida do FUNDO para os Cotistas. Não caberá ao Cotista a escolha dos Direitos de Crédito que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

(xii) - Risco de execução de Direitos de Crédito emitidos em caracteres de computador na modalidade de duplicatas digital: O FUNDO pode adquirir Direitos de Crédito formalizados através de duplicatas digitais. Essa é uma modalidade recente de título cambiário que se caracteriza pela emissão em meio magnético, ou seja, não há a emissão da duplicata em papel. Não existe um entendimento uniforme da doutrina como a jurisprudência brasileira quanto à possibilidade do endosso virtual, isto porque a duplicata possui regras próprias segundo a Lei Uniforme de Genebra que limitariam a possibilidade de tais títulos serem endossados eletronicamente. Além disso, para promover ação de execução da duplicata virtual, o FUNDO deverá apresentar em juízo o instrumento do protesto por indicação, nesse sentido será necessário provar a liquidez da dívida representada no título de crédito, já que não se apresenta a cártula, uma vez que a cobrança e o pagamento pelo aceitante, no caso da duplicata digital, são feitos por boleto bancário. Dessa forma, o FUNDO poderá encontrar dificuldades para realizar a execução judicial dos Direitos de Crédito representados por duplicatas digitais.

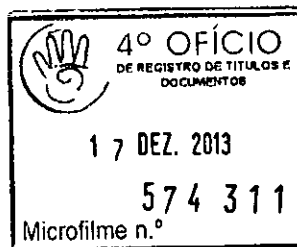
(xiii) - Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial: Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao FUNDO, poderá ser efetuada a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o FUNDO recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao FUNDO. O FUNDO, caso os custos da cobrança judicial sejam muito elevados, poderá optar por não efetuar tal cobrança judicial, o que poderá acarretar perda patrimonial para o FUNDO.

(xiv) - Riscos relacionados aos procedimentos de cobrança: A CONSULTORA será a responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito, caso os devedores dos Direitos de Crédito realizem o pagamento para a CONSULTORA, para o Cedente ou advogados contratados e estes não repassem o recurso recebido imediatamente para o FUNDO, a rentabilidade do FUNDO poderá ser afetada. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do FUNDO e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do FUNDO, devendo ser suportados até o limite do valor total das Cotas Subordinadas. A Administradora, a Gestora ou a Consultora não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção de referidos procedimentos caso o FUNDO não disponha de recursos suficientes necessários para tanto.

(xv) Risco de Resgate das Cotas Seniores do FUNDO em Direitos de Crédito: Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do FUNDO em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento que as Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Nessa hipótese, os Cotistas

10 OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 502
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR


www.bancopetra.com.br



PETRA
BANCO PETRA S.A.

poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do FUNDO ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;

(xvi) Risco de Atraso no Pagamento do Resgate: Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos de Crédito Elegíveis são classificados no ativo do FUNDO como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.

(xvii) Demais Riscos: O Regulamento prevê que os Direitos de Crédito deverão atender aos Critérios de Elegibilidade, porém os referidos Critérios de Elegibilidade poderão ser insuficientes ou inadequados para garantir a higidez dos Direitos de Crédito adquiridos pelo FUNDO. O FUNDO poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas pelas Cedentes e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao FUNDO, sem conhecimento do FUNDO, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao FUNDO e sem o conhecimento do FUNDO, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelas Cedentes, e (iv) na revogação da cessão dos Direitos de Crédito ao FUNDO, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores das Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos de Crédito cedidos ao FUNDO poderão ser alcançados por obrigações das Cedentes e o patrimônio do FUNDO poderá ser afetado negativamente. O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos Ativos Financeiros, mudanças impostas aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do FUNDO, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

Artigo 26: As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da ADMINISTRADORA, da GESTORA, da CONSULTORA ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO XIII – EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DO RESGATE DE COTAS DO FUNDO

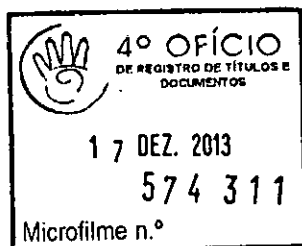
Artigo 27: As cotas do FUNDO serão de classe sênior e subordinada, não havendo divisão em subclasse de cotas subordinada. Todas as cotas serão escriturais, e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de cotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações da Cota Sênior e da Cota Subordinada serão idênticos.

Artigo 28: Ao aplicar no FUNDO, o cotista:

- I - receberá cópia do presente Regulamento do FUNDO;
- II - assinará o Termo de Adesão ao presente Regulamento;

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 1502
Fone: (41) 3226-3900 - Curitiba, PR

www.bancopetra.com.br



III - declarará sua condição de investidor qualificado, nos termos da legislação vigente;

IV - assinará o Boletim de Subscrição de cotas; e

V - quando se tratar de oferta pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM 476 assinará declaração atestando sua ciência com a ausência de registro perante a CVM da oferta e as restrições a negociação das cotas previstas na Instrução CVM 476.

Parágrafo 1º: Do Boletim de Subscrição constarão as seguintes informações:

I - nome e qualificação do subscritor;

II - número e classe de cotas subscritas; e

III - preço e condições para sua integralização.

Parágrafo 2º: Apenas as Cotas Seniores serão publicamente distribuídas, podendo esta distribuição pública ser efetuada com esforços restritos conforme definido no Suplemento de cada série, ao passo que as Cotas Subordinadas serão subscritas somente pela CONSULTORA ou por seus sócios ou pessoas jurídicas integrantes de seu grupo econômico, ou seja, que sejam controladas, coligadas ou controladoras da CONSULTORA.

Artigo 29: As Cotas Seniores da Série "n" do FUNDO serão avaliadas pela Agência Classificadora de Risco, conforme estipulado no respectivo Suplemento. Caso haja avaliação, esta avaliação será feita periodicamente a cada trimestre.

Parágrafo Único: Havendo avaliação de risco das Cotas Seniores, se ocorrer o rebaixamento do rating, serão adotados os seguintes procedimentos, além daqueles descritos no Artigo 49 do Capítulo XVIII:

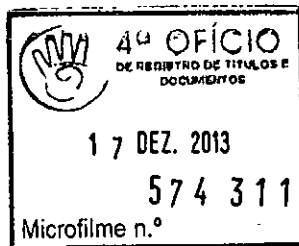
I - comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou através de correio eletrônico; e

II - envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

Artigo 30: A integralização, a Amortização e o Resgate de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas do FUNDO podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Parágrafo 1º: Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à ADMINISTRADORA quaisquer taxas ou despesas previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º: Será admitida a subscrição total ou parcial de Cotas Subordinadas do FUNDO, com Direitos de Crédito Elegíveis que se enquadrem na política de investimento do FUNDO. Nesta hipótese, serão observadas os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, bem como



os critérios definidos no boletim de subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das Cotas Subordinadas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso a Cota Subordinada seja parcialmente integralizada em Direitos de Crédito Elegíveis, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis utilizados na referida integralização.

Parágrafo 3º: As Cotas Subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos de Crédito Elegíveis.

Artigo 31: Na emissão de Cotas Seniores e Subordinadas do FUNDO deve ser utilizado o valor de fechamento da cota em vigor do dia da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do FUNDO. Para fins de Amortização e Resgate das Cotas Seniores e Subordinadas do FUNDO deve ser utilizado o valor de fechamento da cota em vigor do dia do pagamento da Amortização e/ou do Resgate respectivo.

Parágrafo 1º: As Cotas Seniores da Série "n", bem como as Cotas Subordinadas, terão valor unitário de emissão idêntico na primeira data de emissão das cotas da respectiva Série.

Parágrafo 2º: O preço de subscrição das Cotas Seniores de cada Série "n" poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para Amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Artigo 32: A critério da ADMINISTRADORA, novas cotas do FUNDO, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados neste Regulamento. Assim sendo, o FUNDO poderá distribuir e manter séries distintas de Cotas Seniores concomitantemente em circulação, com valor unitário de emissão, na 1ª data de emissão das cotas de cada Série "n", definido no Suplemento da Série "n" de Cotas Seniores e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356. Ficará a critério da ADMINISTRADORA, quando da deliberação de emissão de novas cotas, sem prejuízo das regras aplicáveis contidas na Instrução CVM nº 356, decidir sobre a realização de oferta pública das mesmas, sendo que esta oferta poderá ser realizada nos termos da Instrução CVM nº 400 ou ser com esforços restritos nos termos previstos na Instrução CVM nº 476, ficando as regras de distribuição estipuladas no respectivo Suplemento.

Parágrafo 1º: Não haverá direito de preferência para os cotistas da 1ª Série do FUNDO, ou para os cotistas de quaisquer das séries subsequentes à 1ª Série, na aquisição de cotas de eventuais novas séries de Cotas Seniores que possam vir a ser emitidas pelo FUNDO.

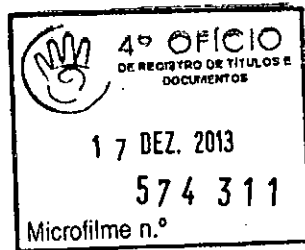
Parágrafo 2º: Na emissão de cotas mencionadas no "caput", a ADMINISTRADORA deverá emitir tantas Cotas Subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das Cotas Seniores e o patrimônio líquido do FUNDO, nos termos do artigo 41 deste Regulamento.

Parágrafo 3º: As cotas mencionadas no "caput" deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 6(seis) meses, a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

4º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 604
Fone: (41) 2225-8908 - Curitiba - PR



www.bancopetra.com.br



Parágrafo 4º: O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a ADMINISTRADORA solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

Artigo 33: Desde que obtidos os registros necessários e exigidos pelas normas aplicáveis e considerando a modalidade de oferta pública em que ocorreu a distribuição das Cotas Seniores, estas poderão ser negociadas em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de cotas somente seja feita por investidores qualificados.

Parágrafo Único: As Cotas Seniores do FUNDO poderão ter registro para distribuição e negociação no mercado secundário na CETIP.

Artigo 34: As amortizações, ou seja, o pagamento de principal e juros, de cada Série de Cotas Seniores serão realizadas nas datas de Amortização definidas no respectivo Suplemento da Série "n", cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

Parágrafo Único: Enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, o FUNDO obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia tratada no artigo 41 deste Regulamento.

Artigo 35: As Cotas Subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas caso o FUNDO atenda a todos os índices e parâmetros previstos neste Regulamento e no Suplemento da Série "n" de Cotas Seniores, especialmente à Razão de Garantia, ressalvadas a hipótese prevista no parágrafo primeiro abaixo.

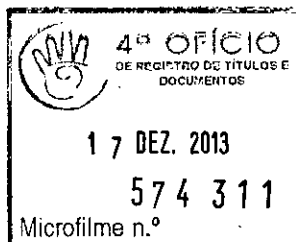
Parágrafo 1º: Na hipótese de as Cotas Subordinadas representarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO, ou seja, havendo Excesso de Cobertura, a ADMINISTRADORA poderá proceder à Amortização das mesmas, observado o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO representado por Cotas Subordinadas, mediante solicitação de todos os Cotistas Subordinados, até o limite do Excesso de Cobertura, observados os seguintes requisitos:

- I - a Reserva de Amortização, prevista no Artigo 36 deste Regulamento, esteja regularmente constituída;
- II - todos os pagamentos de encargos e despesas vencidos do FUNDO estejam em dia, inclusive os pagamentos referentes a amortizações e Resgates de Cotas Seniores;
- III - não ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, que eles tenham sido adequadamente sanados, até a data da Amortização; e
- IV - existência de Ativos Financeiros líquidos na carteira do FUNDO para a efetivação do pagamento da Amortização ora prevista.

Parágrafo 2º - Os Cotistas Subordinados poderão encaminhar consulta à ADMINISTRADORA sobre a ocorrência de Excesso de Cobertura. Caso tenha ocorrido Excesso de Cobertura, os Cotistas Subordinados deverão encaminhar comunicação à ADMINISTRADORA para informá-la sobre o valor a ser amortizado com relação às Cotas Subordinadas de sua titularidade. Nesse caso, a ADMINISTRADORA efetuará o pagamento da Amortização das Cotas Subordinadas, até o limite

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR


www.bancopetra.com.br



do Excesso de Cobertura, em até 5 (cinco) dias úteis subsequente ao recebimento da solicitação de Amortização apresentada pelos Cotistas Subordinadas, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os requisitos relacionados neste artigo.

Artigo 36: A ADMINISTRADORA constituirá Reserva de Amortização, de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis da carteira para os ativos relacionados no artigo 5º, deste Regulamento:

- a) 28 (vinte e oito) dias antes de qualquer Amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 80% do valor estimado da Amortização das cotas seniores.
- b) 14 (quatorze) dias antes de qualquer Amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 100% do valor estimado da Amortização das cotas seniores.

Parágrafo 1º: Caso a ADMINISTRADORA não consiga formar a Reserva de Amortização de acordo com o descrito no “caput”, a ADMINISTRADORA deverá interromper a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

Parágrafo 2º: Os recursos da Reserva de Amortização serão exclusivamente alocados pela ADMINISTRADORA na aquisição dos ativos indicados no artigo 5º deste Regulamento. Os rendimentos auferidos pelas aplicações da Reserva de Amortização serão revertidos exclusivamente ao FUNDO.

Artigo 37: A amortização das Cotas Seniores de quaisquer das séries do FUNDO poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de Amortização de cotas previstos para cada série de Cotas Seniores, na impossibilidade de enquadramento do FUNDO à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos de Crédito Elegíveis.

Parágrafo Único: A antecipação do início da Amortização de Cotas Seniores do FUNDO poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da Amortização.

Artigo 38: O pagamento das amortizações das Cotas Seniores obedecerá às condições, datas, percentuais e valores previstos no Suplemento da respectiva Série “n”.

Artigo 39: Não haverá Resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do FUNDO ou de sua liquidação antecipada.

Artigo 40: O FUNDO somente efetuará amortizações, Resgates e aplicações em Dias Úteis. Se a data de Amortização ou Resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento da Amortização ou do Resgate será efetuado no primeiro Dia Útil subsequente.

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
registro de Títulos e Documentos
registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3223-3905 - Curitiba - PR

Handwritten signature and initials.

www.bancopetra.com.br



CAPÍTULO XIV – RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 41: Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor das Cotas Seniores será de 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento). Isto quer dizer que o FUNDO deverá ter no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas. Esta relação será verificada mensalmente, no último Dia Útil de cada mês, pela ADMINISTRADORA.

Parágrafo 1º: Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput*, com Cotas Subordinadas representando menos que 25% (vinte cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A ADMINISTRADORA imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis.

II - A ADMINISTRADORA comunicará, imediatamente, tal ocorrência aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

a) noticiará a inobservância do percentual mencionado no “caput” e a interrupção da aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis e solicitará aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas que providenciem o restabelecimento da relação mínima em até de um prazo de 05(cinco) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;

b) informará aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas o número mínimo de Cotas Subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado no *caput*.

III – Os Cotistas detentores de Cotas Subordinadas deverão subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso II deste parágrafo, tantas Cotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e Cotas Seniores mencionada no *caput*.

IV - Na hipótese de a ADMINISTRADORA verificar que, decorrido o prazo do inciso II deste parágrafo, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das Cotas Seniores e o patrimônio líquido do FUNDO, quer em virtude da não subscrição, por parte dos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas, de um número de Cotas Subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II deste parágrafo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela ADMINISTRADORA; e/ou b) pela liquidação antecipada do FUNDO.

Parágrafo 2º: Em razão do disposto no “caput”, a ADMINISTRADORA poderá providenciar a emissão de Cotas Subordinadas do FUNDO a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo XIV deste Regulamento.

CAPÍTULO XV – ASSEMBLEIA GERAL

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - PR


www.bancopetra.com.br



Artigo 42: Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do FUNDO:

- I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do FUNDO e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- II - alterar o Regulamento do FUNDO;
- III - prorrogar o prazo de duração de quaisquer séries do FUNDO, desde que previamente submetido e devidamente aprovado pela Agência Classificadora de Risco;
- IV - deliberar sobre a substituição da ADMINISTRADORA;
- V - deliberar sobre a substituição da CONSULTORA ou contratação de novas empresas de consultoria;
- VI - deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela ADMINISTRADORA, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- VII - deliberar sobre incorporação, fusão e cisão do FUNDO;
- VIII - deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das Cotas Seniores, conforme definido neste Regulamento;
- IX - resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devam ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- X - resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devam acarretar a liquidação antecipada do FUNDO; e
- XI - deliberar sobre a liquidação do FUNDO.

Parágrafo Único: O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral de Cotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

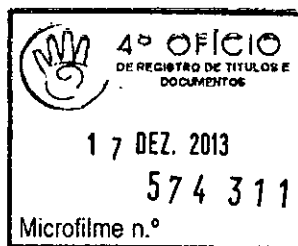
Artigo 43: A Assembleia Geral de Cotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do FUNDO, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Parágrafo Único: Somente pode exercer as funções de representante de cotistas, pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- I - ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas; e

4º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3228-4885 - Curitiba - PR

AB



PETRA
BANCO PETRA S.A.

II - não exercer cargo ou função na ADMINISTRADORA ou na CONSULTORA ou em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum das mesmas.

Artigo 44: A convocação da Assembleia Geral de Cotistas do FUNDO far-se-á mediante carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º: A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado da data de envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos cotistas.

Parágrafo 2º: Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas, será providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos cotistas para a segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 3º: Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a ADMINISTRADORA tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, as cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da ADMINISTRADORA.

Parágrafo 4º: Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os cotistas.

Parágrafo 5º: Para efeito do disposto no parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Artigo 45: Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas pode reunir-se por convocação da ADMINISTRADORA ou de cotistas possuidores de cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas.

Artigo 46: Na Assembleia Geral de Cotistas, a ser instalada com a presença de pelo menos um cotista, as deliberações relativas à matéria prevista no artigo 42, inciso I, devem ser tomadas pelo critério da maioria de cotas dos cotistas presentes, correspondendo a cada cota a um voto, seja Cota Sênior ou Cota Subordinada, ressalvado o disposto no parágrafo 1º deste artigo.

Parágrafo 1º: As deliberações relativas às matérias previstas no Artigo 42 incisos IV, VI, VII e XI serão tomadas em primeira convocação pela maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

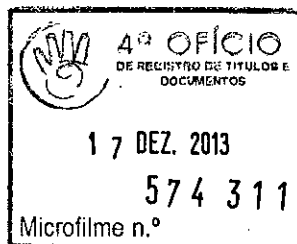
Parágrafo 2º: Somente podem votar na Assembleia Geral de Cotistas, os cotistas do FUNDO, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Parágrafo 3º: Não têm direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas a ADMINISTRADORA e seus empregados.

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
registro de Títulos e Documentos
registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Cidade: Rio de Janeiro - RJ
Fone: (41) 3226-3608

11

www.bancopetra.com.br



Artigo 47: As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Parágrafo 1º: A divulgação referida no *caput* deve ser providenciada por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, ou por meio correio eletrônico.

Parágrafo 2º: Os cotistas, representando a totalidade das cotas emitidas pelo Fundo, podem, em Assembleia Geral de Cotistas, dispensar a ADMINISTRADORA do envio do resumo das decisões.

Artigo 48: As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de cotistas presentes na Assembleia geral;
- II – cópia da ata da Assembleia geral; e
- III – exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

CAPÍTULO XVI – EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 49: Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá à ADMINISTRADORA, ou aos cotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela ADMINISTRADORA, delibere sobre a continuidade do FUNDO ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos cotistas:

- I- inobservância pela ADMINISTRADORA de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI deste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação;
- II- renúncia da ADMINISTRADORA à administração do FUNDO não resolvida em 30 (trinta) dias;
- III - aquisição, pelo FUNDO, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V deste Regulamento;
- IV - rebaixamento da classificação de risco atual de Cotas Seniores do FUNDO em um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- V - não pagamento, nas datas de Amortização, de valor: (i) integral da Amortização de qualquer Série das Cotas Seniores, ou (ii) superior a 75% (setenta e cinco por cento) da Amortização de Cotas Subordinadas;
- VI - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às cotas seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
registro de Títulos e Documentos
Registro Civil
Rua Mal. Deodoro, 100 - 1º andar
Fone: (41) 3213-1000


www.bancopetra.com.br



PETRA
BANCO PETRA S.A.

VII - existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos de Crédito Elegíveis não foram regularmente e devidamente formalizados;

VIII - alteração do controle estatutário da Consultora, conforme dever de informar à ADMINISTRADORA, por esta assumido no Contrato de Consultoria Especializada;

IX - se houver recompra de Direitos de Crédito cedidos ao FUNDO, considerando um período de 30 (trinta) dias, que atinja valor superior a 10% (dez por cento) do montante total de Direitos de Crédito integrantes da carteira do FUNDO; e

X - ocorrência de quaisquer eventos que no entendimento da ADMINISTRADORA acarrete um potencial risco adicional aos titulares de Cotas Seniores de quaisquer séries.

Parágrafo Único: Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a ADMINISTRADORA suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de direitos de crédito. Concomitantemente, a ADMINISTRADORA deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 10 (dez) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do FUNDO. Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a ADMINISTRADORA deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 53, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral.

Artigo 50: Na hipótese de liquidação do FUNDO, os titulares de Cotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos respectivos valores previstos para Resgate na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

CAPÍTULO XVII – LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Artigo 51: Cada Série “n” de Cotas Seniores do FUNDO será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração.

Artigo 52: O FUNDO será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses (“Eventos de Liquidação”):

I - sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembleia Geral de Cotistas, especialmente convocada para tal fim, sem prejuízo de outras hipóteses descritas neste Regulamento;

II - se o FUNDO mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos de Crédito;

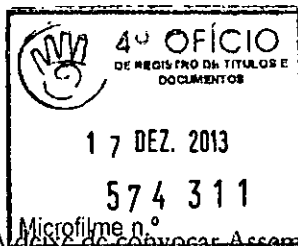
III - caso seja deliberado em Assembleia Geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

IV - impossibilidade do FUNDO adquirir Direitos de Crédito admitidos por sua política de investimentos;

4º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
17 DEZ. 2013
574 311
Microfilme n.º

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Curitiba - PR

www.bancopetra.com.br



PETRA
BANCO PETRA S.A.

V - caso a ADMINISTRADORA não convocar Assembleia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 49 acima;

VI - na hipótese de serem realizados pagamentos de Amortização ou Resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento; e

VII - renúncia da ADMINISTRADORA com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Regulamento.

Artigo 53: Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a ADMINISTRADORA deverá suspender imediatamente o pagamento de qualquer Resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito; e dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de cotas do FUNDO definidos abaixo. A ADMINISTRADORA deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os cotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de Resgate dos cotistas dissidentes de que trata o parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º: Se a decisão Assembleia Geral for a de não liquidação do FUNDO, fica desde já assegurado o Resgate das Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas dos cotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Parágrafo 2º: Na liquidação antecipada do FUNDO, não havendo a disponibilidade de recursos, os cotistas do FUNDO poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis constantes da carteira do FUNDO, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Parágrafo 3º: Na hipótese da Assembleia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos direitos de crédito e dos ativos financeiros para fins de pagamento de Resgate das cotas, os direitos de crédito e os ativos financeiros serão dados em pagamento aos cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada cotista será calculada de acordo com a proporção de cotas detida por cada titular sobre o valor total das cotas existentes à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a ADMINISTRADORA estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o FUNDO perante as autoridades competentes.

Parágrafo 4º: A ADMINISTRADORA deverá notificar os cotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de direitos de crédito e ativos financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de direitos de crédito e ativos financeiros a que cada cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da ADMINISTRADORA perante os cotistas após a constituição do referido condomínio.

Parágrafo 5º: Caso os titulares das cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, os titulares das cotas deverão, na medida do possível, fazer a divisão do patrimônio do FUNDO e, no caso da impossibilidade de fazê-la, será dado aos Cotistas Seniores o direito de comprar a parte do ativo que cabe ao cotista subordinado, pelo preço a ser definido pelas partes.

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

www.bancopetra.com.br



Parágrafo 6º: Havendo mais de um Cotista Sênior interessado na compra do ativo, será dada preferência ao cotista majoritário.

Parágrafo 7º: Caso nenhum dos Cotistas Seniores do FUNDO queiram comprar tais ativos o Cotista Subordinado terá o direito de comprar a parte que cabe àqueles pelo preço estabelecido no parágrafo 5º acima.

Parágrafo 8º: Caso os titulares das cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio, tampouco exerçam a faculdade prevista no parágrafo 5º acima, a função de administrador do condomínio será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores existentes.

Artigo 54: Após o pagamento das despesas e encargos do FUNDO, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do FUNDO assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 22 deste Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das cotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a respectiva quantidade de cotas de cada titular, observando-se:

I - os cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos de Crédito, nos termos do parágrafo 2º do artigo 53, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 22, desde que assim deliberado em Assembleia Geral convocada para este fim, e;

II – que a ADMINISTRADORA poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos direitos de crédito de titularidade do FUNDO, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 22, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do FUNDO, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no Resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

Artigo 55: A liquidação do FUNDO será gerida pela ADMINISTRADORA, observando: i) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral de Cotistas, e; ii) que cada cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais cotas de mesma classe.

CAPÍTULO XVIII – ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 56: Constituem encargos do FUNDO, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela ADMINISTRADORA:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;

4º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação da ADMINISTRADORA;

e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;

f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do FUNDO ou à realização de Assembleia Geral de cotistas;

h) taxas de custódia de ativos do FUNDO;

i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;

j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas; e

l) despesa com a taxa de registro e anuidade na CETIP/BOVESPA/ ANBID / CVM.

m) despesas com a contratação de agente de cobrança de que trata o inciso IV do art. 39 da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único: Quaisquer outras não previstas como encargos do FUNDO devem correr por conta da ADMINISTRADORA.

Artigo 57: Por exclusiva decisão da ADMINISTRADORA, o FUNDO, poderá assumir a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos em função: (i) da inércia ou da morosidade da CONSULTORA em efetivar os procedimentos de cobrança; (ii) da verificação de ineficácia dos procedimentos de cobrança implementados e iniciados ou, ainda, (iii) do descumprimento dos termos do Contrato de Consultoria Especializada. Neste caso, todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão de responsabilidade do FUNDO.

CAPÍTULO XIX – PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 58: A ADMINISTRADORA irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO, tal como a eventual alteração da classificação de risco do FUNDO ou dos direitos de crédito e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir, a todos os cotistas, acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Parágrafo 1º: A divulgação das informações previstas neste artigo deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da ADMINISTRADORA e nas instituições que coloquem cotas do FUNDO.



Parágrafo 2º: Em caso de substituição do periódico indicado pela ADMINISTRADORA do FUNDO, os cotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no periódico anteriormente utilizado, por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista.

Artigo 59: A ADMINISTRADORA deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I – o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II – a rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III – o comportamento da carteira de Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos do FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 60: A ADMINISTRADORA deve colocar as demonstrações financeiras do FUNDO à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- I – de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- II – de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 61: As demonstrações financeiras do FUNDO estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

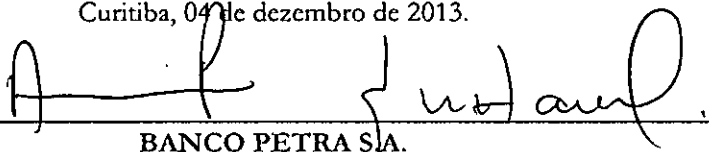
Parágrafo 1º: O exercício social do FUNDO tem duração de 01 (um) ano, encerrando-se em 31 de março de cada ano.

Parágrafo 2º: Enquanto a CVM não editar as normas referidas no *caput*, aplicam-se ao FUNDO as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO XX – FORO

Artigo 62: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, Estado do Paraná, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao FUNDO ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.

Curitiba, 04 de dezembro de 2013.



BANCO PETRA S.A.
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

Este Anexo I é parte integrante do Regulamento do
**"AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL LP"**

ANEXO I- GLOSSÁRIO

- I. 1ª Série: a 1ª série de Cotas Seniores;
- II. ADMINISTRADORA: BANCO PETRA S.A., instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar – Conjunto 1103, Batel, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, doravante designado ("Administradora");
- III. Agência Classificadora de Risco: a agência classificadora de risco das Cotas Seniores do FUNDO, conforme previsão de cada Suplemento;
- IV. Agente de Cobrança: é o Banco Bradesco S.A, instituição financeira contratada pela ADMINISTRADORA para recebimento dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao FUNDO;
- V. Amortização: o pagamento, aos cotistas de fundo fechado de investimentos, de parcela do valor de suas quotas, sem redução do seu número.
- VI. BACEN: o Banco Central do Brasil;
- VII. BOVESPA: BM&F BOVESPA – Bolsa de Mercadorias, Futuros e Valores, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 e inscrita no CNPJ sob nº 02.584.094/0001-19;
- VIII. CCF: o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do BACEN;
- IX. CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia – "over extra grupo", expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
- X. Cedentes: as pessoas jurídicas prévia e devidamente cadastradas na CONSULTORA;
- XI. CETIP: CETIP S.A – Mercados Organizados com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 230, 10º e 11º andares e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.719.664/0001-24;
- XII. Contrato de Cessão: o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito com Coobrigação e Outras Avenças celebrado entre o FUNDO, e os Cedentes;
- XIII. Contrato de Consultoria Especializada: o contrato de prestação de serviços de consultoria especializada para análise e seleção de Direitos de Crédito, bem como guarda e cobrança judicial e extrajudicial, celebrado entre o FUNDO e a CONSULTORA;

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 574 314

XIV. CONSULTORA: KS Fomento Mercantil SA com AV: Ataulfo de Paiva, 226 / 602 – Leblon – na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro - CEP 22440-033 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº com o CNPJ 10.720.020/0001-90, contratada para prestar serviços de análise e seleção de Direitos de Crédito, guarda de documentos e cobrança judicial e extrajudicial para o FUNDO, nos termos do Contrato de Consultoria Especializada;

XV. COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

XVI. Cota Sênior: são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de Amortização, Resgate e distribuição dos resultados da carteira do FUNDO;

XVII. Cota Subordinada: são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de Amortização, Resgate e distribuição dos resultados da carteira do FUNDO;

XVIII. Cotistas: os investidores que venham adquirir cotas de emissão do FUNDO;

XIX. Critérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos direitos de crédito cedidos ao FUNDO conforme estabelecido no artigo 10 do Regulamento, os quais serão verificados pela ADMINISTRADORA;

XX. CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;

XXI. Data de Amortização: é a data do pagamento das amortizações de cada Série de Cotas Seniores definidas no respectivo Suplemento da Série "n", cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento;

XXII. Data da 1ª Emissão de Cotas Seniores: a data da primeira integralização de Cotas Seniores do FUNDO;

XXIII. Depositário: É a Interfile Participações S.A., com sede em Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Avenida Paulo Ayres, nº. 40 e 70, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.227.893/0001-51;

XXIV. Dia(s) Útil(eis): Segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro;

XXV. Direitos de Crédito: direitos de crédito performados decorrentes de operações realizadas pelas Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços;

XXVI. Direitos de Crédito Elegíveis: são os direitos de crédito que atendam cumulativamente às aos Critérios de Elegibilidade na data de aquisição e que sejam cedidos ao FUNDO nos termos do Contrato de Cessão;

XXVII. Direitos de Crédito Inadimplidos: os Direitos de Crédito Elegíveis que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;

XXVIII. Documentos Representativos do Crédito: as duplicatas e/ou outros títulos de crédito referentes às operações de venda de produtos ou prestação de serviços pelos Cedentes aos seus respectivos Sacados;

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
574 311
Microfilme N.º

- XXIX. Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo XVII do Regulamento;
- XXX. Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo XVIII do Regulamento;
- XXXI. Excesso de Cobertura: situação prevista no parágrafo primeiro do art. 35 quando as Cotas Subordinadas representem mais que 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO;
- XXXII. FUNDO: o AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL LP, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, 463, 11º andar, CEP 80250-080;
- XXXIII. Grupo Econômico do Cedente: conjunto de pessoas jurídicas que: (i) estejam sob o mesmo controle que o Cedente, (ii) sejam controladas direta ou indiretamente pelo Cedente, (iii) sejam controladoras, de modo direto ou indireto, do Cedente ou (iv) filiais do Cedente ou inscritas no CNPJ do Ministério da Fazenda sob número com a mesma raiz que o Cedente;
- XXXIV. Grupo Econômico do Sacado: conjunto de pessoas jurídicas que: (i) estejam sob o mesmo controle que o Sacado, (ii) sejam controladas direta ou indiretamente pelo Sacado, (iii) sejam controladoras, de modo direto ou indireto, do Sacado ou (iv) filiais do Sacado ou inscritas no CNPJ do Ministério da Fazenda sob número com a mesma raiz que o Sacado;
- XXXV. Instituições Financeiras Autorizadas: Banco Bradesco S.A, Banco Itaú S.A e Banco do Brasil S.A.
- XXXVI. Instrução CVM 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações;
- XXXVII. Instrução CVM 409: a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações;
- XXXVIII. Instrução CVM 476: a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009;
- XXXIX. Instrução CVM 489: É a Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011 e alterações posteriores;
- XL. Público-Alvo: Investidores qualificados conforme definido na regulamentação da CVM, de acordo com o Suplemento de cada série de Cotas Seniores;
- XLI. Razão de Garantia: é a relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor das Cotas Seniores que será de 133,33% (cento e trinta e três inteiros e três centésimos por cento). Isto quer dizer que o FUNDO deverá ter no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas. ;
- XLII. Regulamento: o presente Regulamento do FUNDO;
- XLIII. Resgate: o recebimento do total ou parte dos recursos investidos.

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 574 311

XLIV. Reserva de Amortização: a reserva constituída para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores;

XLV. Sacados: os devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;

XLVI. SERASA: a SERASA S/A;

XLVII. SPC: o Serviço de Proteção ao Crédito; e

XLVIII. Suplemento: documento cujo modelo é parte integrante do Regulamento que prevê e estabelece as principais regras para cada emissão de Cotas Seniores.



CUSTAS
VRC 300
R\$ 42,30

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
574 311
Microfilme N.º

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3226-3905 - Curitiba - PR

Este Anexo II é parte integrante do Regulamento do "AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL LP"

ANEXO II - REGRAS PARA O CADASTRAMENTO PRÉVIO DE CEDENTES
INFORMAÇÕES CADASTRAIS MÍNIMAS DOS CEDENTES DO FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA CONSULTORA

1. Os Cedentes serão pessoas jurídicas que deverão ser previamente cadastradas pela CONSULTORA para que possam ofertar Direitos de Crédito ao FUNDO. Para que tenha seu cadastro aprovado, cada Cedente deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

a) entregar à CONSULTORA os documentos e informações necessários ao seu cadastramento, quais sejam, informações cadastrais mínimas indicadas no item 2 abaixo, e acompanhadas da via original ou de cópia autenticada dos seguintes documentos: Contrato Social ou Estatuto Social, cartão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e indicação das pessoas capazes de representar o Cedente em operações de cessão de direitos, acompanhada dos documentos que comprovem tais poderes. O Cedente cadastrado deverá manter sempre atualizada referida documentação probatória de poderes dos seus representantes. A critério da CONSULTORA, outros documentos poderão ser solicitados ao Cedente para a aprovação de seu cadastro;

b) no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do respectivo exercício social, entregar à CONSULTORA cópia autenticada do balanço anual relativo ao último exercício e, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento de cada mês, entregar cópia autenticada do respectivo balancete mensal; e

c) não possuir registro no CCF ou na SERASA relativos a títulos protestados não contestados, inadimplência de obrigações ou quaisquer apontamentos nos cadastros referidos neste item, em valor agregado igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou apontamentos de pedido de falência, estar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar.

2. Informações cadastrais mínimas:

a) Informações Relativas à Identificação da Pessoa Jurídica:

- 1) Denominação/Razão Social;
- 2) CNPJ;
- 3) NIRE;
- 4) Forma de constituição;
- 5) Data de constituição;
- 6) Endereço completo;
- 7) Atividade principal;
- 8) Telefones;
- 9) Fax;
- 10) Email.

CARTORIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
574 311
Microfilme N.º

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
registro de Títulos e Documentos
registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

b) Informações Relativas à Identificação dos Controladores, Administradores, Diretores, Sócios e/ou Procuradores:

- 1) Nome ou Razão Social;
- 2) CPF ou CNPJ;
- 3) Documento de Identidade ou NIRE;
- 4) Endereço Completo;
- 5) Profissão ou Atividade Principal;
- 6) Telefones;
- 7) Fax;
- 8) Email.

CUSTAS
VRC 1020
R\$ 143,82

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 574 311

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 604
Fone: (41) 3226-3808 - Curitiba - PR

Este Anexo III é parte integrante do Regulamento do "AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL LP"

ANEXO III - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO PELOS CEDENTES AOS SACADOS

A política de concessão de crédito pelos Cedentes aos Sacados é desenvolvida e monitorada pela CONSULTORA, e pode ser sintetizada como sendo:

I- Os Cedentes serão pessoas jurídicas que deverão ser previamente cadastradas pela CONSULTORA para que possam ofertar Direitos de Crédito ao FUNDO. Para que tenha seu cadastro aprovado, cada Cedente deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos elencados no Anexo II ao presente.

II- Após o cadastramento dos Cedentes de acordo com os requisitos estabelecidos no inciso I, acima, a CONSULTORA efetuará uma análise de cada Cedente para a concessão de um limite operacional que observará as seguintes etapas:

- a) O gerente operacional é responsável pela análise de Cedentes;
- b) Na primeira visita são recolhidos dados suficientes para a elaboração do relatório gerencial e para que a área de cadastro elabore a ficha cadastral da sociedade que cederá seus Direitos de Crédito de acordo com os requisitos previstos no inciso I, acima;
- c) Com os referidos relatórios devidamente preenchidos com os dados do Cedente, a diretoria da CONSULTORA analisa se este tem o perfil para ceder Direitos de Crédito ao FUNDO. Em caso positivo, o diretor operacional da CONSULTORA solicita visita ao Cedente cadastrado;
- d) Nas reuniões realizadas pelo Comitê de Crédito da CONSULTORA, os diretores e o gerente operacional decidem o limite, os fatores, taxas e tarifas que incidirão sobre a cessão de Direitos de Crédito Elegíveis do Cedente cadastrado ao FUNDO. Em caso de dúvidas, solicita-se nova visita ao Cedente cadastrado com o diretor superintendente, ou novos levantamentos a serem realizados pela área de cadastro da CONSULTORA;
- e) O gerente operacional solicita a inserção do Cedente no sistema da CONSULTORA ao diretor administrativo/financeiro, o qual o fará mediante apresentação de ficha devidamente preenchida e assinada pela área de Cadastro e pelo diretor superintendente;
- f) Verificadas todas as etapas acima, poderá ocorrer a cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente.

III - Após a análise dos Cedentes, a CONSULTORA efetua a análise de cada operação de cessão de Direitos de Crédito Elegíveis de acordo com a seguinte metodologia:

- a) O Cedente cadastrado envia o arquivo contendo os Documentos Representativos de Crédito (por correspondência eletrônica ou *fac-símile*) e o assistente da CONSULTORA faz a inserção dos referidos Documentos Representativos de Crédito no sistema da CONSULTORA;
- b) O gerente operacional faz a primeira análise da operação, utilizando as ferramentas de análise que do sistema dispõe, tais como:

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º
574.311

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

(i) para o Cedente:

- analisar o grau de concentração por Cedente para verificar a possibilidade de o mesmo realizar a cessão;
- verificar a liquidez recente do Cedente;
- verificar a posição de Direitos de Crédito Elegíveis vencidos;
- verificar a confirmação dos Direitos de Crédito Elegíveis em carteira; e
- verificar se o Cedente tem alguma informação relevante no SERASA.

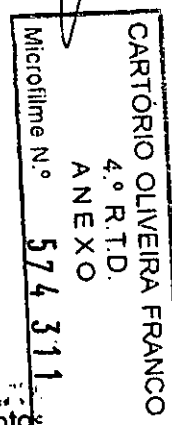
(ii) para os Sacados:

- analisar o grau de concentração por Sacado em relação ao Patrimônio Líquido do FUNDO;
- observar a concentração por Sacado junto ao Cedente;
- observar a liquidez do Sacado;
- verificar o histórico de pagamento;
- verificar no SERASA se o Sacado tem alguma informação relevante, e verificar se o perfil do Sacado é compatível com os valores dos Direitos de Crédito Elegíveis contra ele; e
- verificar se o Sacado admite a cessão de Direitos de Crédito a terceiros.

- c) O diretor superintendente/diretor operacional da CONSULTORA faz a análise a fim de aprovar ou reprovar, total ou parcialmente a operação de cessão e, após esta análise e, em conjunto com o gerente operacional, aprova ou reprova a concretização da cessão; e
- d) Se a operação for aprovada total ou parcialmente, o diretor deverá apor sua assinatura eletrônica no sistema, e o assistente providenciará o envio de relatório com os Direitos de Crédito aprovados para validação da ADMINISTRADORA.



OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-8905 - Curitiba - PR



Este Anexo IV é parte integrante do Regulamento do "AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL LP"

ANEXO IV - PROCEDIMENTO DE CONFIRMAÇÃO JUNTO AOS SACADOS

Posteriormente a cada cessão de Direitos de Crédito ao FUNDO, a CONSULTORA:

I - verificará a exatidão das informações dos Documentos Representativos de Crédito e a veracidade dos mesmos junto aos Sacados, informando imediatamente por e-mail enviado à Diretoria e ao gerente operacional ou ao assistente responsável da CONSULTORA quaisquer divergências que porventura sejam encontradas;

II - cobrará dos gerentes operacionais ou assistentes responsáveis da CONSULTORA as soluções para as divergências eventualmente encontradas, nos termos do item I acima;

III - manterá o sistema atualizado com relação aos títulos confirmados/não confirmados, por Cedente;

IV - verificará, junto aos Sacados, observadas as regras estabelecidas no Contrato de Consultoria Especializada, se os mesmos receberam o boleto de cobrança e a notificação da cessão do Direito Creditório Elegível com o FUNDO. Na hipótese dos Sacados não terem recebido o boleto de cobrança, a CONSULTORA irá providenciar junto à ADMINISTRADORA o envio da segunda via do boleto, bem como enviará uma segunda via da notificação da cessão para o Sacado.

(Handwritten signature)

CUSTAS
VRC 300
R\$ 42,30

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 574 311

OFÍCIO REGISTRAR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3226-3606 - Curitiba - PR

Este Anexo V é parte integrante do Regulamento do "AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP"

ANEXO V - POLÍTICA DE COBRANÇA DE DIREITOS DE CRÉDITO INADIMPLIDOS

A cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

I – através de ligação telefônica, informar ao Sacado, no 3º (terceiro) dia de atraso, que o Direito Creditório está vencido e não pago;

II - novo telefonema ao Sacado no 10º (décimo) dia de atraso; e

III - na hipótese dos procedimentos delineados nos itens I e II acima não serem suficientes para provocar a quitação do Direito Creditório Inadimplido em até 30 (trinta) dias de seu vencimento, encaminhamento do mesmo à área jurídica da CONSULTORA para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.

Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão suportadas diretamente pelo FUNDO.

Os Cedentes deverão transferir ao FUNDO, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da verificação do seu recebimento, quaisquer valores que eventualmente venham a receber dos Sacados, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título.

[Handwritten signature]

CUSTAS
VRC 300
R\$ 42.30

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
574 311
Microfilme N.º

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Este Anexo VI é parte integrante do Regulamento do "AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP"

ANEXO VI - MODELO DE SUPLEMENTO Nº("N")

Suplemento nº "n" referente à emissão única da [...]ª Série emitida nos termos do regulamento do "AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP", do qual este Suplemento é parte integrante.

1. PRAZO. O prazo de duração da [...]ª Série é de [...] meses (inserir extenso), contados da data da primeira integralização de Cotas Seniores.

2. PÚBLICO ALVO: Investidores Qualificados. **3. BENCHMARK.** A [...]ª Série de Cotas Seniores, representativa do Patrimônio Inicial do FUNDO, possui um *benchmark* de rentabilidade correspondente a [...]% (inserir extenso - por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 (um) dia, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br).

Uma vez atingido o *benchmark*, o excedente será atribuído às Cotas Subordinadas, as quais não possuem limite de rentabilidade.

3.1. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do FUNDO, da ADMINISTRADORA ou da CONSULTORA acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.

4. VALOR DA SÉRIE E QUANTIDADE DE COTAS:

[descrever]

5. VALOR DE SUBSCRIÇÃO. Na subscrição de cotas seniores do FUNDO deve ser utilizado o valor de fechamento de mesma classe em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à ADMINISTRADORA, em sua sede ou dependências, observando o Boletim de Subscrição.

Se for o caso, inserir

Por se tratar de uma oferta com esforços restritos, caso os investidores sejam pessoas físicas ou jurídicas descritas no item IV do artigo 109 da Instrução CVM 409, será exigida subscrição de cotas em montante equivalente, no mínimo, a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

6. Amortização e Resgate. A partir do [...]º (extenso) mês contado da data da primeira integralização de cotas seniores, as cotas seniores da 1ª Série do FUNDO terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

[...]º mês	1/[...]	[...]º mês	1/[...]
------------	---------	------------	---------

OFÍCIO DE REGISTROS
registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 574 311

(Assinatura)

6.1. O pagamento das amortizações e do Resgate, ou seja, dos juros e do principal, deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da Amortização e ou resgate cair em dia não útil, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

6.2. O Resgate das cotas seniores ocorrerá no [...]º ([...]) mês, contados da data da primeira integralização de cotas seniores.

6.3. As Cotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas após o Resgate da totalidade das Cotas Seniores.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

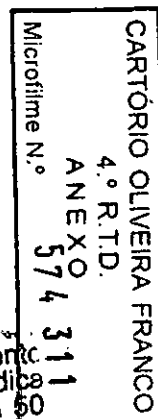
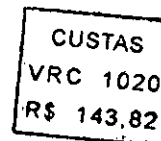
O presente Suplemento deverá ser registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Curitiba, [...] de [...] de 2013.

BANCO PETRA S.A

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-2905 - Curitiba - PR

Este Anexo VII é parte integrante do Regulamento do "AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP"

Parâmetros para a verificação do lastro por amostragem

1. A Administradora analisará em até 5 (cinco) dias depois da cessão dos Direitos Creditórios e trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do FUNDO.

2. Observado o disposto no item ("a") numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando a uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os cedentes dos Direitos de Crédito.

3. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Crédito contempla a verificação da existência dos respectivos Documentos Representativo de Crédito, conforme abaixo discriminado:

- (a) obtenção de base de dados analítica por Direitos de Crédito integrante da carteira do FUNDO;
- (b) seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo:

$$n_0 = \frac{1}{\xi^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N: População Total

n_0 : Fator Amostral

- (c) verificação física dos contratos devidamente formalizados
- (d) verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, etc.);
- (e) evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
- (f) verificação das condições de guarda física dos Documentos Representativo do Crédito junto ao Depositário do FUNDO; e

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO 874 311
Microfilme N.º

OFÍCIO DE REGISTRO
registro de Títulos e Documentos
registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

(g) A verificação trimestral de que trata o inciso III do caput do Artigo 17 do Regulamento deve contemplar:

I – os Direitos de Crédito integrantes da carteira do FUNDO; e

II – os Direitos de Crédito inadimplidos e os substituídos no referido trimestre, para a qual não se aplica o disposto nos §§ 1º e 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.

A critério da Administradora, a verificação do lastro inicial, ou seja, aquela verificada logo após a cessão dos Direitos de Crédito, poderá ser de 100% (cem por cento) dos Documentos Representativos do Crédito.

CUSTAS
VRC 300
R\$ 42,30

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º
574.311

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - PR

**Anexo VIII – ao Regulamento do AURUM -
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP**

- Transformação de fidejussor padronizado em não padronizado (ou vice-versa) após o registro do regulamento na CVM: R\$ 5.400,00;
- Alteração de regulamento ou contrato: R\$ 1.200,00 por documento;
- Confecção de atas de AGE com convocação: R\$ 750,00;
- Confecção de atas de AGE sem convocação: R\$ 600,00;
- Cisão, fusão ou incorporação: R\$ 1.800,00;
- Audiência em ações judiciais: R\$ 600,00 + despesas de deslocamento;
- Participação na assinatura de documentos fora da Petra: R\$ 400,00 + despesas de deslocamento;

[Handwritten signature]

CUSTAS
VRC 660
R\$ 84,60

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 574 311

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3226-3906 - Curitiba - PR

**AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL LP**

SUPLEMENTO Nº("01")

Suplemento nº 01 referente à emissão única da 1ª Série emitida nos termos do regulamento do "AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP", do qual este Suplemento é parte integrante.

1. PRAZO. O prazo de duração da 1ª Série é de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de Cotas Seniores.

2. PÚBLICO ALVO: Investidores Qualificados.

3. BENCHMARK. A 1ª Série de Cotas Seniores, representativa do Patrimônio Inicial do FUNDO, possui um *benchmark* de rentabilidade correspondente a 125% (cento e vinte cinco por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) ou CDI acrescido de 3,66% ao ano, o que for maior.

Uma vez atingido *benchmark*, o excedente será atribuído às Cotas Subordinadas, as quais não possuem limite de rentabilidade.

3.1. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do FUNDO, da ADMINISTRADORA ou da CONSULTORA acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.

4. VALOR DA SÉRIE E QUANTIDADE DE COTAS:

a) R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) equivalentes a 15.000 (quinze mil) Cotas Seniores

5. VALOR DE SUBSCRIÇÃO. Na subscrição de cotas seniores do FUNDO deve ser utilizado o valor de fechamento da classe em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à ADMINISTRADORA, em sua sede ou dependências, observando o Boletim de Subscrição.

6. Amortização e Resgate das Cotas Seniores. A partir do 15º (décimo quinto) mês contado da data da primeira integralização de Cotas Seniores, as Cotas Seniores da 1ª Série do FUNDO terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados trimestralmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

15º mês	1/08	27º mês	5/08
18º mês	2/08	30º mês	6/08

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
574 311
Microfilme N.º

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
registro de Títulos e Documento
registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

www.bancopetra.com.br

21º mês	3/08	33º mês	7/08
24º mês	4/08	36º mês	8/08

6.1. O pagamento das amortizações e do Resgate, ou seja, dos juros e do principal, deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da Amortização e ou resgate cair em dia não útil, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

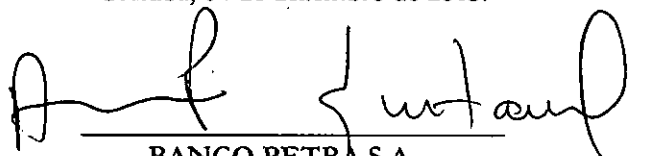
6.2. O Resgate final das Cotas Seniores ocorrerá no 36º (trigésimo sexto) mês, contados da data da primeira integralização de cotas seniores, na mesma data do pagamento da última parcela da Amortização.

6.3. As Cotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas após o Resgate da totalidade das Cotas Seniores.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Curitiba, 04 de dezembro de 2013.


BANCO PETRA S.A. –
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

CUSTAS
VRC 1020
R\$ 143,82

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEX 874 311
Microfilme N.º

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documento
Registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

ANEXO III - DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ART.56, INSTRUÇÃO CVM Nº 400

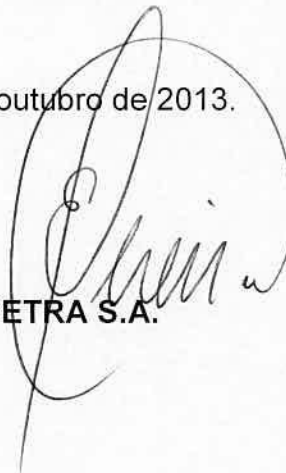
DECLARAÇÃO

BANCO PETRA S.A., instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 11.821, de 18 de julho de 2011, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.758.741/0001-52, na qualidade de administrador do **AURUM - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP** ("**Fundo**"), vem, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da distribuição pública das cotas seniores da Primeira emissão do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) o prospecto de distribuição pública de Cotas Seniores da Primeira Emissão do Fundo ("**Prospecto**") contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas Seniores, do Fundo, da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores; e (iii) o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Curitiba, 04 de outubro de 2013.



BANCO PETRA S.A.



DECLARAÇÃO

PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.317.692/0001-94, neste ato representado na forma do seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública de cotas da Seniores da Primeira Emissão do **AURUM - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP** ("Oferta" e "Fundo", respectivamente), administrado pelo **BANCO PETRA S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.758.741/0001-52, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 11.821, de 18 de julho de 2011 ("Administrador"), vem, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que integram o prospecto de distribuição pública de cotas Seniores da Primeira Emissão do Fundo ("Prospecto"), sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das cotas Seniores, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores; e (iii) o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Curitiba, 04 de novembro de 2013.



**PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

ANEXO IV – SÚMULA E RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Rating

brA(sf)(p)

O Fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção para as Cotas e a perda estimada para a carteira. O risco é baixo.

Data: 24/jan/2014
Validade: 28/abr/2014

Sobre o Rating Preliminar

Esta opinião preliminar está sujeita às diversas condições apresentadas no tópico “Considerações Sobre o Rating Preliminar” deste documento.

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 24 de janeiro de 2013, indicou o rating de crédito preliminar, em escala nacional, ‘**brA(sf)(p)**’ para a proposta de emissão da 1ª Série de Cotas Seniores pelo Aurum Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP (Aurum FIDC / Fundo), veículo ainda em fase de constituição.

A Austin Rating informa que, em 27 de agosto de 2013, havia indicado o mesmo rating preliminar ‘**brA(sf)(p)**’, o qual expirou-se em 30 de setembro de 2013. Esta nova indicação revalida a opinião desta agência, diante da preservação das definições na Minuta de Regulamento datada de 30 de setembro de 2013, base da presente análise.

O Aurum FIDC será um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, que terá a administração e a custódia do Banco Petra S/A (Banco Petra) e a gestão da Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda. (Petra Capital). Além desses participantes, o Fundo contará com a KS Fomento Mercantil S/A (KS Fomento), empresa sediada no Rio de Janeiro-RJ, como consultora.

O Fundo terá como foco o investimento preponderante em direitos creditórios performados (duplicatas e cheques), originados de empresas (Cedentes) atuantes nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, que atendam cumulativamente à Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira e aos Critérios de Elegibilidade definidos em seu Regulamento, tendo sido analisados e aprovados pela gestora Petra Capital, com auxílio da consultora KS Fomento. Do ponto de vista da estrutura de capital, o Aurum FIDC estará autorizado a emitir Cotas Seniores (Multisséries) e Subordinadas, observando, de acordo com Minuta de Regulamento recebida para esta análise, a Razão de Garantia de 133,33%, ou seja, a participação mínima de Cotas Subordinadas em 25% do PL, que serão integralizadas pela própria KS Fomento e/ou por partes a ela relacionadas. A 1ª Série de Cotas Seniores, objeto desta classificação, perfará o montante de R\$ 15 milhões, tendo prazo de 36 meses e *benchmark* de 125% do CDI ou de CDI acrescido de 3,66% a.a., o que for maior.

A classificação preliminar ‘**brA(sf)(p)**’ está refletindo os riscos típicos de carteiras de recebíveis comerciais originados e cedidos por empresas de pequeno e médio portes atuantes no Brasil. Nesse sentido, a nota preliminar está incorporando o frágil perfil de crédito médio dos atuais e futuros Cedentes, geralmente coobrigados nas operações cedidas, e Devedores (Sacados) do Aurum FIDC, uma vez que sua carteira se comporá, em grande parte, de empresas com baixo nível de Governança Corporativa, acesso restrito aos mercados bancário e de capitais e bastante vulneráveis às oscilações da economia local. Além da percepção pouco favorável em relação ao risco de crédito dos Cedentes, a nota está incorporando, também com ponto comum às carteiras de recebíveis comerciais, a presença de risco de fraude / moral de Cedentes, os quais representados, por exemplo, pela cessão de “duplicatas simuladas”.

O rating está refletindo, adicionalmente, os aspectos que acentuam o risco típico dos ativos subjacentes do Aurum FIDC. No entendimento da Austin Rating, o risco de crédito de Cedentes e Sacados é potencializado no ambiente do Fundo pela ausência de critérios regulamentares de *ratings* mínimos atribuídos por agências de classificação de risco para essas partes, notadamente para Sacados, assim como pelas ausências de restrição à aquisição de duplicatas originadas por Cedentes que tenham outras operações vencidas

Analistas:

Pablo Mantovani
Tel.: 55 11 3377 0702
pablo.mantovani@austin.com.br

Jorge Alves
Tel.: 55 11 3377 0708
jorge.alves@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

junto ao Fundo, não obstante haver este tipo de critério para Sacados com operações em atraso por mais de 15 dias. O limite de concentração individual máximo por Cedente e seu Grupo Econômico, em 12% do PL, também não é o desejável ante o nível de alavancagem proposto para o Fundo, ainda que haja a limitação para o Grupo dos Cinco Cedentes, no conceito de Grupo Econômico, em 33,3% do PL.

Adicionalmente, o rating de crédito preliminar está levando em consideração, entre os fatores que potencializam o risco de crédito da carteira, a percepção pouco favorável sobre a possibilidade de concentração regional desta. Há a possibilidade de que 100% dos Cedentes e Sacados do Aurum FIDC estejam estabelecidos em um mesmo município e/ou região, podendo haver uma exposição da qualidade dessa carteira aos riscos inerentes a poucas economias locais, as quais, de modo mais crítico, poderão ser altamente dependentes do desempenho de um setor em particular da economia e/ou de apenas uma indústria.

O Fundo também apresenta a possibilidade de forte exposição a segmentos específicos de uma mesma economia, por conta da ausência de limites máximos de exposição por subsectores em Regulamento, aspecto que também impacta negativamente na classificação preliminar. A KS Fomento, empresa que fará a seleção dos créditos, está sediada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, porém atua nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, que possuem participações de 33,6%, 26,6%, 20,0% e 19,8%, respectivamente, na carteira da factoring (da ordem de R\$ 36,5 milhões em dez/13). Do mesmo modo, a KS Fomento tem maior atuação junto a empresas dos setores industrial (quase 80% da carteira atual), sem concentração particular em um segmento específico, conforme informado pelos seus gestores.

Apesar da atual da estratégia informada pelos diretores daquela empresa revelar a intenção de operar com boa pulverização por segmentos da economia e em termos regionais, não é possível afirmar que esta se concretizará no ambiente do Fundo, cuja Minuta de Regulamento que serviu como base para esta análise não inibe concentrações significativas nesses.

Ainda que em menor medida, a nota preliminar também está levando em consideração a influência que as taxas de remuneração dos ativos poderão exercer sobre a qualidade creditícia futura da carteira. Tendo em vista que o Fundo buscará remunerações de 125% do CDI para as Cotas Seniores ou de CDI + 3,66% ao ano, o que for maior, e que, após a emissão integral dessas Cotas, passará a exibir alavancagem considerável de sua estrutura de capital – ou seja, para até 75% do capital será prometida remuneração fixa, conferindo características de crédito a essas – a expectativa é de que o custo médio ponderado de capital de terceiros seja ligeiramente elevado. Diante disso, a KS Fomento terá obrigatoriamente que selecionar ativos com taxas de remuneração elevadas, a fim de cobrir o rendimento proposto para a Série proposta e ainda proporcionar rentabilidade adequada aos Cotistas Subordinados. Historicamente, a empresa opera com uma carteira com taxas mensais próximas superiores a 250% do CDI, o que, ante o *benchmark* proposto e os custos, sinaliza que haverá *excess spread*. No entanto, a formação deste *spread* não é garantida estruturalmente, haja vista que, por Regulamento, há apenas a previsão de aquisição de direitos de crédito com taxa de 160% do CDI.

A Austin Rating entende ainda que, dentro de um cenário futuro de acirramento da competição nas praças de atuação da KS Fomento e diante da necessidade de expandir ativos no ambiente do Fundo a taxas de remuneração elevadas, é possível que este venha a ter de partir para a aquisição de operações envolvendo Cedentes com pior acesso a fontes de financiamento e de pior qualidade creditícia, situação que implicaria em maior risco para a carteira de ativos.

Em contrapartida aos fatores anteriormente apontados, o rating preliminar 'brA(sf)(p)' está refletindo os principais pontos estruturais fortes do Aurum FIDC observados em Minuta de Regulamento, os quais contribuem para a neutralização do risco de crédito típico de carteiras de recebíveis comerciais e dos demais ativos de crédito que o Fundo pode investir. Dentre estes pontos, destacam-se: i) o investimento limitado a recebíveis performados; ii) a limitação para o Grupo dos Cinco Maiores Cedentes, no conceito de Grupo Econômico, em 33,3% do PL, limite que, a despeito de ser inferior àquele estipulado como mínimo para as Cotas Subordinadas, em 25% do PL, obriga os gestores a pulverizarem a carteira; iii) a limitação da concentração no Maior Sacado, no conceito de Grupo Econômico, em até 6% do Patrimônio Líquido garante boa pulverização de riscos nessas partes; iv) a definição de prazo médio máximo de 90 dias, o que

indica uma exposição por um horizonte de curtíssimo prazo aos riscos de Cedentes e Sacados; e v) a vedação à aquisição de créditos cedido pela própria KS Fomento, pela gestora e por partes a elas relacionadas.

Adicionalmente, embora a Minuta do Regulamento recebida para esta análise possa levar a outra interpretação, a Austin Rating está ponderando na classificação preliminar que o Fundo limitará seu investimento em direitos creditórios exclusivamente naqueles representados por duplicatas e cheques. Desse modo, está sendo considerado, para a indicação dessa classificação preliminar, que não serão adquiridos pelo Fundo CCBs e outros títulos de crédito, eliminando-se, assim, a possibilidade de aquisição de títulos não necessariamente colateralizados por fluxos provenientes de contratos performados e/ou por outras garantias reais, tais quais imóveis, com transferência de propriedade fiduciária ao Fundo. Do mesmo modo, entende-se que não serão adquiridos contratos de prestação de serviços, o que sugeriria a prerrogativa para o investimento em contratos que ainda dependam de medição de performance dos Cedentes.

Ainda em relação aos pontos estruturais fortes do Fundo, a nota preliminar está levando em consideração, com elevado grau de importância, o bom nível de participação mínima de Cotas Subordinadas sobre o PL, de 25%, reforço de crédito que, em conjunto com o potencial *spread* excedente de aproximadamente 1,0% ao mês, representa proteção moderada aos cotistas seniores contra os riscos inerentes à carteira de recebíveis e aos riscos adicionais do Fundo. Estes reforços devem garantir para o Fundo uma cobertura próxima 1,0 vez os quatro maiores Grupos Econômicos de Cedentes e de Sacados do Fundo, índices considerados bons.

O Fundo, ainda em fase de constituição, não possui histórico, o que impossibilitou a esta agência inferir com maior segurança com relação à perda estimada para esta carteira, sendo que a referência para carteiras semelhantes (compostas por cheques e duplicatas) mostra uma perda em crédito variando entre 5% e 10% (considerando as recompras como perda), no cenário atual. Assim, pode ser afirmado que o percentual de perda suportado pelos reforços de crédito (especialmente pela Subordinação) do FIDC tem uma baixa probabilidade de ocorrência, considerando-se as características básicas do Fundo, seus critérios de elegibilidade e as características e desempenho da carteira da KS Fomento, referenciais iniciais para a indicação desta classificação preliminar. Vale destacar que, de acordo com o que fora informado pela diretoria da KS Fomento, seus índices de pontualidade históricos são bons (na faixa de 85% a 90%), sendo compensados por liquidações em até 30 dias e por recompras realizadas pelos Cedentes (cerca de 10,0% a 15% ao mês), o que resulta em índices de perda inferiores a 1,0%, em média.

A qualidade de crédito dos demais ativos nos quais o Fundo pode investir (até 50% de seu PL) também está sendo absorvida de forma positiva pela nota preliminar atribuída às Cotas Seniores do Aurum FIDC. Por Regulamento, o Fundo está autorizado ao investimento em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional / Banco Central, considerado como o menor risco em escala nacional ('brAAA'), operações compromissadas lastreadas nos títulos anteriormente citados e em moeda nacional, e em CDBs de Instituições Financeiras, as quais também com baixíssimo risco de crédito. A expectativa da Austin Rating é de que menos de 10% do PL do Fundo, que representarão os recursos em caixa, decorrentes da liquidação de operações, fiquem diariamente alocados nesses ativos.

O rating preliminar está considerando, afora os pontos ligados diretamente ao risco de crédito dos ativos, o moderado risco de liquidez ao qual as Cotas Seniores do Fundo poderão estar expostas. A constituição do Fundo como condomínio fechado, com a emissão de cotas com datas de amortização e resgate da série definidas e o curto prazo médio da carteira são elementos que, a despeito da ausência da previsão de formação de um Fundo de Liquidez específico, suavizarão o risco de liquidez para as Cotas classificadas.

O risco de mercado está sendo incorporado, por sua vez, em medida apenas moderada à nota preliminar das Cotas Seniores para do Aurum FIDC. Está prevista a existência de descasamento de taxas entre os ativos (duplicatas e cheques cedidos à taxas prefixadas) e passivos (Cotas Seniores pós-fixadas), o que implica que na possibilidade, ainda que remota, de que, diante da elevação do CDI, esses passivos remunerarem mais do que os ativos. Este risco será neutralizado pela taxa de cessão bastante superior ao *benchmark* proposto para as Cotas Seniores da 1ª Série e pelo prazo médio ponderado máximo para a carteira (90 dias), o qual possibilitará a rápida remarcação das taxas praticadas por este veículo.

O rating preliminar também incorpora a presença de risco de fungibilidade (*commingling risk*). Não obstante os critérios de pulverização conservadores em Cedentes, da notificação obrigatória destes (embora não registrada em cartório) e a obrigatoriedade de emissão dos boletos de cobrança pelo Banco Bradesco (cobrança), não está eliminado o risco de que os pagamentos venham ser realizados por esses Devedores/Sacados em contas de titularidade dos Cedentes, o que pode ocorrer por ocasião de desvio de conduta destas partes. O Fundo estará sujeito, ainda, ao risco de que tais pagamentos sejam realizados diretamente em contas correntes de titularidade da própria KS Fomento, que continuará ativa como factoring e, ainda, fazendo a cobrança das operações.

Do ponto de vista jurídico, a classificação preliminar reflete positivamente a expectativa de que haja uma adequada estruturação e formalização para o Fundo. Entretanto, a Austin Rating entende e incorpora negativamente às suas classificações alguns riscos jurídicos típicos observados em securitizações envolvendo recebíveis comerciais. Entre estes aspectos que podem afetar o Fundo está a potencial perda que este pode absorver quando da entrada em Recuperação Judicial de um Cedente que esteja coobrigado em operações cedidas ao Fundo. Considerando a subjetividade nas decisões do Judiciário local, poderá haver o entendimento de que a coobrigação descaracteriza a venda definitiva do direito creditório e que, por isso, os credores de uma empresa cedente e coobrigada teriam direito à propriedade deste. Adicionalmente, o fato de que, em razão dos elevados custos, as cessões não são registradas em cartório implica que, em eventual duplicidade de cessão por parte dos Cedentes, haverá discussões em relação à prioridade do Aurum FIDC no recebimento dos créditos em questão.

A nota preliminar está refletindo também a boa qualidade operacional da Consultora. A KS Fomento possui política de crédito e processos bem definidos. Embora fosse oportuna a instalação formal de um Comitê e uma auditoria externa sobre os fluxos e processos envolvidos nas etapas de concessão de crédito e de cobrança de clientes inadimplentes, a Austin Rating considera que suas práticas de concessão e gestão de crédito estão bem definidas e são adequadas e compatíveis ao perfil de risco atual de suas operações, contemplando visitas e revisão de limites periódicos para Cedentes, boa formalização de operações e de suas garantias e procedimentos de checagem de duplicatas com sacados e transportadoras, além de agilidade no processo de cobrança. Apesar de possuir apenas 5 anos de atuação, seus sócios diretores, Srs. Marcio Meilman e Roberto Ghelman, possuem importante conhecimento sobre a atividade de fomento e sobre os mercados de atuação. A Austin Rating ressalta, entretanto, que a captação de recursos da 1ª Série de Cotas Seniores deve implicar na necessidade de um aumento nos ativos consolidados (factoring e Fundo), exigindo, assim, a ampliação de sua estrutura, que hoje conta com cerca 15 colaboradores.

Ainda no que tange a Consultora, esta continuará operando com uma estrutura paralela de factoring, o que indica um potencial conflito de interesses, na medida em que seus gestores poderão, por exemplo, privilegiar a qualidade de crédito da carteira da factoring em detrimento da qualidade da carteira do Fundo (o que, todavia, não seria o mais racional do ponto de vista tributário). Não obstante, uma vez que as Cotas Subordinadas serão integralmente detidas pela KS Fomento e por seus sócios-gestores, existe forte incentivo para que estes atuem de forma diligente na concessão e na gestão de crédito e, ainda, em consonância com os princípios de probidade e boa-fé, pressupostos desta avaliação.

No que diz respeito aos riscos transmitidos pelas demais partes envolvidas na estrutura do Aurum FIDC, a classificação preliminar está absorvendo a boa qualidade operacional do Banco Petra como custodiante, atividade para qual aquela instituição tem dedicado seus melhores esforços. Não obstante este aspecto, o Banco Petra transmite para a transação seu risco de crédito pelo prazo em que os recursos por ele transitarem (24 horas), sendo a relevância deste risco de aproximadamente 10% do PL do Fundo, percentual estimado a partir da estimativa das liquidações diárias de recebíveis acrescidas do caixa mantido para pagamento de despesas operacionais. O Banco Petra não é classificado pela Austin Rating.

Quanto ao Banco Bradesco, onde será mantida a conta de cobrança, o risco transmitido (risco de *settlement*) é baixíssimo, comparativamente a outros emissores e emissões nacionais, haja vista que mantém a classificação 'brAAA' com essa agência.

PERFIL DO FUNDO

Razão Social:	Aurum Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP;
Administrador:	Banco Petra S/A;
Gestor:	Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.;
Custodiante:	Banco Petra S/A;
Agente de Cobrança:	Banco Bradesco S/A;
Auditor Independente:	A definir;
Empresas de Consultoria:	KS Fomento Mercantil S/A;
Tipo de Fundo:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
Disciplinamento:	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, posteriormente alterada pelas Instruções CVM 393/03, 435/06, 442/06, 458/07, 531/12 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
Regimento:	Regulamento próprio;
Forma:	Condomínio Fechado;
Prazo de Duração:	Indeterminado;
Público Alvo:	Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação em vigor;
Objetivo:	Proporcionar rendimentos aos Cotistas por meio do investimento da parcela preponderante de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e ativos financeiros, de acordo com sua Política de Investimento;
Política de Investimento:	i) Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis; ii) A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em: a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; d) operações compromissadas, conforme previsto no artigo 6º abaixo; e e) Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") de emissão das seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S/A; Banco Safra S/A; Banco Itaú S/A; Banco do Brasil S/A; Banco Santander Brasil S.A.; e HSBC Banco Múltiplo S.A.; iii) O Fundo poderá, concentrar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos nos subitens "a", "b" e "c" do item ii) acima; iv) O Fundo poderá realizar operações em que a Administradora, Gestora, ou fundos de investimentos por elas administrados e/ou geridos figurem como contraparte do Fundo desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo; v) O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito da Administradora, gestora, Consultora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum; vi) O Fundo não poderá realizar: a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; b) operações de "day-trade", assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do

mesmo ativo; c) aquisição de cotas de Fundo de Desenvolvimento Social; d) aplicação de recursos no exterior; e) operações empréstimo de títulos e valores mobiliários; e f) operações em mercado de derivativos; vii) Para que possam ser ofertados e adquiridos pelo Fundo, os Direitos de Crédito devem ser previamente analisados e aprovados pela Gestora com auxílio da Consultora; viii) Sem prejuízo do limite de concentração individual aplicável a cada Cedente nos termos da regulamentação em vigor, devem ser observados os seguintes limites de concentração pela Administradora: a) Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo pelos 5 (cinco) maiores Cedentes e 5 (cinco) maiores Sacados, considerando o conceito de Grupo Econômico, não poderão representar mais do que 33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo; b) O Fundo não possui limite de concentração de Direitos de Crédito representado por duplicata ou cheque;

Critérios de Elegibilidade:

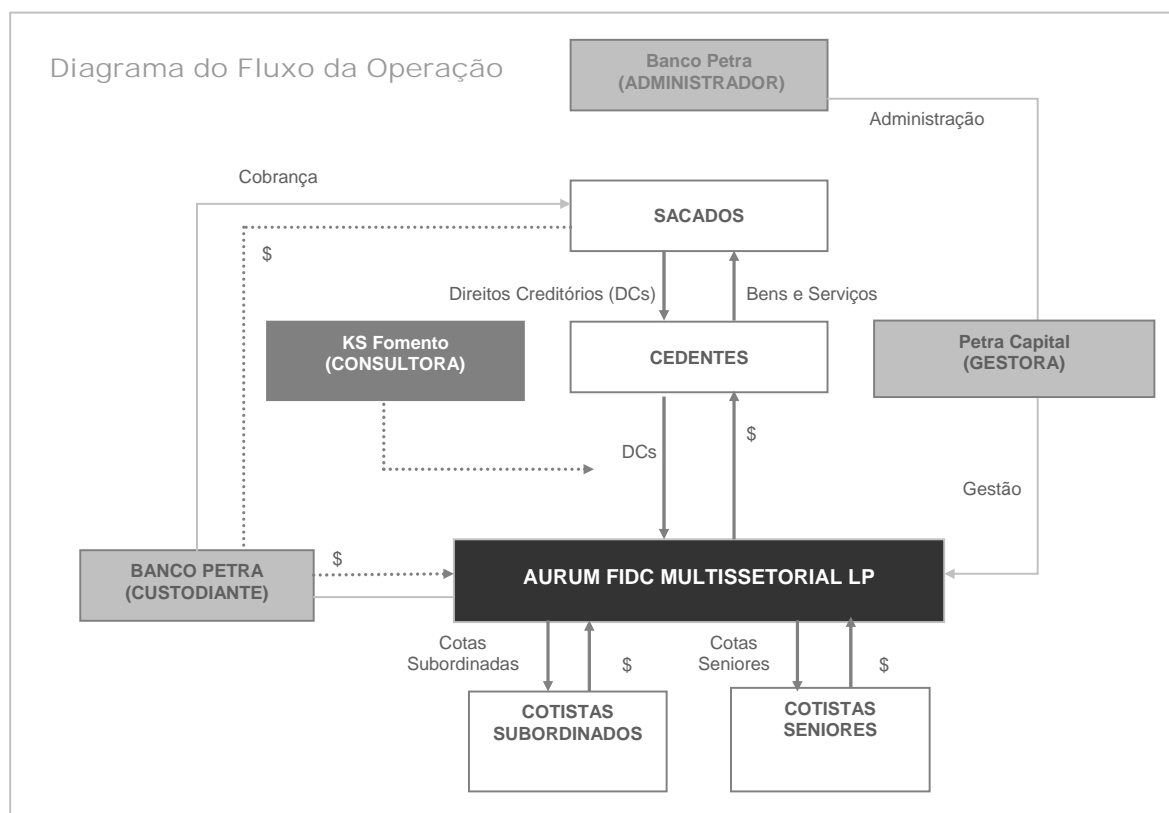
i) enquadramento aos limites de concentração definidos no Capítulo III do Regulamento; ii) Direitos de Crédito ofertados ao Fundo não poderão ser de Sacados de Direitos de Crédito Inadimplidos para com o Fundo a mais de 15 (quinze) dias; iii) carteira de Direitos de Créditos deverá ter prazo médio de no máximo 90 (noventa) dias; iv) vencimento dos Direitos de Crédito não poderá exceder o prazo da respectiva Série de Cotas Seniores; v) total de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Sacado não poderá exceder 6% (seis por cento) do patrimônio líquido do Fundo; vi) o total de Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo por um mesmo Cedente ou Grupo Econômico do Cedente não poderá representar, a qualquer momento, mais que 12% (doze por cento) do patrimônio líquido do Fundo; vii) considerada pro-forma a aquisição dos Direitos de Crédito ofertados, caso a carteira do Fundo apresente 3% (três por cento) de concentração em Direitos de Crédito de um mesmo Sacado, a Administradora deverá avaliar a concentração das empresas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico do respectivo Sacado, assegurando que seja respeitado o limite de 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; viii) as negociações para a aquisição de Direitos de Crédito serão realizadas com taxa de desconto para a aquisição de Direitos de Crédito equivalente a, no mínimo, a 160% (cento e sessenta por cento) do CDI.

Classes de Cotas:

Cotas Seniores (Multisséries) e Subordinadas;

Razão de Garantia:

A relação mínima entre o PL do Fundo e o valor das Cotas Seniores será de 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento). Isto quer dizer que o Fundo deverá ter no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas.



CARACTERÍSTICAS DA SÉRIE CLASSIFICADA

Cotas Seniores – 1ª Série

Prazo:	36 (trinta e seis) meses;
Valor Total da Série:	R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
Quantidade de Cotas:	15.000 (quinze mil);
Valor por Unidade:	R\$ 1.000,00 (um mil reais);
Benchmark:	125% (cento e vinte cinco) por cento da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet ou CDI acrescido de 3,66% ao ano, o que for maior;
Amortização e Resgate:	A partir do 15º (décimo quinto) mês a partir da data da primeira integralização de Cotas Seniores, as Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo terão seus valores de principal investidos e os rendimentos amortizados trimestralmente seguindo o seguinte cronograma:

Mês	Proporção	Mês	Proporção
15º	1/8	27º	5/8
18º	2/8	30º	6/8
21º	3/8	33º	7/8
24º	4/8	36º	8/8

CONSIDERAÇÕES SOBRE O RATING PRELIMINAR

1. O rating preliminar não representa uma opinião final sobre o risco de crédito da 1ª Série de Cotas Seniores (Cotas) a ser emitida pelo Aurum FIDC (Fundo). Embora possa vir a ser utilizada para fins de emissão e registro na Comissão de Valores Mobiliários e como fonte de apoio aos potenciais investidores na fase de análise do ativo (pré-venda), a classificação preliminar ora indicada não deve, em nenhuma hipótese e sob qualquer circunstância, ser interpretada como uma opinião final da Austin Rating acerca do risco de crédito das Cotas a serem emitidas pelo Fundo, visto que está baseada em documentos e informações preliminares.
2. A atribuição de uma classificação final está condicionada, essencialmente, ao recebimento por esta agência dos instrumentos definitivos que validem a estrutura da transação e as demais condições propostas no momento de sua indicação.
3. Para a atribuição de uma classificação final será realizada uma nova reunião de Comitê de Classificação de Risco. Assim, a data da classificação final será a data desta nova reunião, e não a data de indicação do rating preliminar.
4. As eventuais alterações de participantes da estrutura do Fundo e nos termos propostos, assim como eventuais modificações nos cenários e projeções considerados pela Austin Rating para a avaliação dos atuais e/ou potenciais ativos subjacentes, poderão se materializar na atribuição de uma classificação final diferente daquela ora indicada.
5. Após a atribuição da classificação final, a cobertura analítica se estenderá, ao menos, até o a data de vencimento do contrato de prestação de serviços celebrado.
6. A opinião preliminar sobre o risco de crédito das Cotas tem validade de 91 (noventa e um) dias contados de sua indicação, expirando-se automaticamente em 28 de abril de 2014.
7. Não obstante o prazo e a data de vencimento da classificação preliminar, esta opinião poderá ser revalidada e ter seu vencimento prorrogado, caso haja contrato de prestação de serviços ativo e mediante o pedido formal pelo solicitante/contratante do serviço.
8. Para a prorrogação do prazo de vencimento da classificação preliminar, a Austin Rating reavaliará brevemente a proposta de emissão e a ocorrência de qualquer tipo de alteração nos fatores que fundamentaram a opinião preliminar ora indicada, observando-se que:
 - i) Caso sejam mantidas as condições originais da proposta de emissão e do Fundo, essa agência estenderá a data de vencimento pelo prazo que julgar como sendo suficiente para o encerramento do processo de registro do Fundo e da emissão das Cotas.
 - ii) Caso tenham sido realizadas alterações na proposta de emissão e do Fundo, será iniciado um processo analítico para a determinação de uma nova classificação preliminar, o que poderá resultar em uma classificação preliminar diferente desta ora indicada e incidir em custos adicionais ao contratante, conforme contrato de prestação de serviços estabelecido.
9. Na hipótese de não ser realizada a solicitação formal de prorrogação de prazo da classificação preliminar pelo contratante / solicitante do serviço, esta estará automaticamente vencida / expirada e não deverá mais ser considerada para qualquer finalidade.
10. Dentro do horizonte de vencimento do contrato comercial, uma nova classificação preliminar para a mesma proposta de emissão pelo Fundo poderá ser requerida pelo contratante / solicitante do serviço, porém, ainda que não haja alteração substancial na estrutura originalmente proposta, este passará a ser tratado como um novo processo analítico, para a determinação de uma nova classificação preliminar, podendo resultar em um rating preliminar diferente deste ora indicado e, ainda, incidir em custos adicionais ao contratante, conforme contrato de prestação de serviços estabelecido.
11. A classificação preliminar poderá ser revista ainda dentro de seu prazo de validade. Em que pese o rating preliminar não ser acompanhado de uma perspectiva (esta é dada somente quando da atribuição da classificação final), uma revisão desta opinião preliminar poderá ser realizada pela Austin Rating nas seguintes situações:
 - i) Caso seja solicitada pelo contratante a revisão com base na apresentação de novas informações e/ou instrumentos que alterem as condições e a estrutura originalmente analisadas;
 - ii) Caso os analistas responsáveis pelo acompanhamento da classificação preliminar obtenham de outras fontes confiáveis qualquer tipo de informação que possa de alguma forma sensibilizar a opinião ora indicada.
12. A Austin Rating indicou, em 27 de agosto de 2014, a classificação preliminar 'brA (sf)(p)' para a proposta de emissão da 1ª Série de Cotas Seniores. A atual classificação preliminar resulta de novo processo analítico, solicitado pela KS Fomento e baseado em alterações regulamentares realizadas pelo Administrador.
13. A eventual entrada desta classificação preliminar em novo processo de revisão será notificada pela Austin Rating ao lado do anúncio da própria classificação no site www.austin.com.br, na seção específica "Ratings Preliminares", com a inscrição "EM REVISÃO".
14. Novas alterações decorrentes de processos de revisão ou de início de novos processos analíticos serão sempre relatadas em versões posteriores de relatórios de rating de crédito preliminares.

INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS COMPLEMENTARES

1. O Comitê de Classificação de Risco que decidiu pela indicação da classificação de risco de crédito preliminar para a 1ª Série de Cotas Seniores (Cotas) do Aurum FIDC (Fundo) reuniu-se na sede da Austin Rating, no dia 24 de janeiro de 2014, compondo-se dos seguintes membros: Pablo Mantovani (Coordenador da Reunião de Comitê), Jorge Alves (Analista Sênior), Ricardo Lins (Analista Pleno), Leonardo dos Santos (Analista Pleno), Denise Esteves (Analista Pleno). Esta reunião de Comitê está registrada na ATA Nº 20140124-1.
2. A classificação indicada está contemplada na "Escala Nacional de Ratings de Crédito de Cotas de FIDCs", disponível em: <http://www.austin.com.br/escalas>.
3. A classificação de risco de crédito preliminar decorre da utilização da metodologia genérica comumente aplicada por essa agência em suas classificações de Securitização de Recebíveis, disponível em: <http://www.austin.com.br/metodologias>.
4. Não é a primeira vez que a Austin Rating classifica esta espécie de ativo e seus ativos subjacentes. Essa agência já atribuiu anteriormente classificações de risco de crédito para Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios lastreadas em recebíveis comerciais.
5. As classificações de risco de crédito atribuídas pela Austin Rating estão sujeitas a diversas limitações, conforme descrito no final deste documento (*Disclaimers*). Particularmente no que diz respeito à classificação preliminar das Cotas do Fundo, a análise foi prejudicada pela ausência de auditoria externa independente sobre parte das informações enviadas e pela ausência de histórico do Fundo, fatores ponderados na classificação.
6. As fontes de informações foram consideradas confiáveis pela Austin Rating. Os analistas utilizaram informações provenientes das seguintes fontes: Banco Petra (Administrador) e KS Fomento (Consultora).
7. As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas suficientes para a atribuição de uma classificação de risco de crédito preliminar. Dentre as informações utilizadas para esta análise, destacam-se a Minuta de Regulamento, datada de 30 de setembro de 2013, contendo a Minuta do Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores, e informações sobre a Consultora, notadamente aquelas relativas à posição de sua carteira em diferentes datas.
8. As estimativas de inadimplência e níveis de perda do Fundo baseiam-se em metodologia própria, a qual considera as características de sua carteira atual e potencial e seu desempenho histórico e o desempenho de carteiras semelhantes disponíveis na base de dados da Austin Rating.
9. O nível de diligência da análise para o produto financeiro estruturado foi adequado ao padrão estabelecido pela Austin Rating. Foi realizada análise aprofundada sobre as informações recebidas acerca dos ativos subjacentes às Cotas classificadas do Fundo.
10. Após a atribuição da classificação final, esta será revisada e atualizada trimestralmente, conforme previsto no item VIII do artigo 34 da Instrução CVM nº356/2001. Até o 45º (quadragésimo quinto) dia após o encerramento do trimestre em análise, será divulgado Relatório de Monitoramento, contendo a opinião atualizada da Austin Rating sobre o risco de *default* do Fundo em relação às Cotas classificadas, por ele emitidas. A Austin Rating salienta que poderão ser realizadas ações de rating a qualquer tempo, inclusive no intervalo entre os monitoramentos trimestrais previstos.
11. A Austin Rating adota políticas e procedimentos que visam mitigar potenciais situações de conflitos de interesse que possam afetar o desempenho da atividade de classificação de risco e seus resultados. O presente processo de classificação de risco está isento de situações de potencial conflito de interesses, incluindo aquelas previstas na Instrução CVM Nº 521/2012.
12. A Austin Rating e as partes a ela relacionadas, incluindo empresas de controle comum, sócios e funcionários, não prestaram serviços adicionais ao serviço de classificação de risco para o Fundo, nem sequer para qualquer outra parte relacionada a este Fundo nos últimos 12 meses.
13. O serviço de classificação de risco das Cotas foi solicitado em nome do Fundo por partes a ele relacionadas. Desse modo, houve compensação financeira pela prestação do serviço.
14. A classificação preliminar foi comunicada ao Contratante e a outras partes ligadas ao Fundo, via e-mail, em 24 de janeiro de 2014. A versão original do relatório (Draft) foi enviada a essas partes, também via e-mail, no dia 24 de janeiro de 2014. Não foram realizadas alterações relevantes no conteúdo deste e nem tampouco promovida alteração na classificação atribuída inicialmente em razão dos comentários e observações realizados pelo contratante.
15. Este documento é um relatório de classificação de risco de crédito, para fins de atendimento ao que dispõe o artigo 16 da Instrução CVM Nº 521/2012.

DISCLAIMERS/AVISOS LEGAIS

A AUSTIN RATING NÃO AUDITA AS INFORMAÇÕES UTILIZADAS PARA A ATRIBUIÇÃO DE UMA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO, NÃO LHE SENDO POSSÍVEL ATESTAR A VERACIDADE DAS MESMAS. As classificações de atribuídas pela Austin Rating baseiam-se em informações consideradas suficientes para a emissão de uma classificação, sendo tais informações coletadas de fontes consideradas confiáveis e fidedignas. Essas informações, incluindo todo o tipo de informação confidencial, são analisadas na forma como são recebidas e, eventualmente, compiladas pelos analistas designados para a análise, tomando-se os devidos cuidados para que não haja alteração no sentido ou significado das mesmas. Não obstante os cuidados na obtenção, cruzamento e compilação da informação para efeitos da análise de rating, a Austin Rating não pode se responsabilizar pela veracidade de referidas informações. A Austin Rating utiliza todos os esforços para garantir o que considera como nível mínimo de qualidade da informação para que se proceda a atribuição dos seus ratings, fazendo, sempre que possível, a checagem dessas informações com outras fontes também confiáveis. Contudo, a Austin Rating não faz a auditoria de tais informações e nem sempre pode realizar a verificação ou confirmação das informações recebidas durante um processo de rating, não lhe sendo possível, desse modo, atestar a veracidade das mesmas.

AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO EMITIDAS PELA AUSTIN RATING, INCLUINDO AQUELA(S) EXPRESSA(S) NESTE DOCUMENTO, CONSISTEM EM OPINIÕES SOBRE A QUALIDADE DE CRÉDITO FUTURA DE UM EMISSOR E/OU EMISSÃO, E NÃO DEVEM SER ENTENDIDAS COMO SUGESTÕES, ACONSELHAMENTOS OU RECOMENDAÇÕES DE COMPRA, MANUTENÇÃO OU VENDA. As opiniões e as eventuais simulações realizadas pela Austin Rating, incluindo aquelas dispostas neste relatório, constituem-se meramente no julgamento da Austin Rating acerca da capacidade e da vontade futuras de um emissor em honrar suas obrigações totais e/ou específicas, sendo tal julgamento expresso por meio de símbolos (letras), que consistem graduações dentro de escalas absoluta (global) ou relativa (nacional). A Austin Rating não utiliza nessas escalas as definições de "grau de investimento" e de "grau especulativo". Essa agência entende não caber a ela, mas sim aos agentes de mercado, a definição de quais graduações podem ser considerados como "grau de investimento" e de "grau especulativo". A determinação de uma classificação de risco pela Austin Rating não consiste e não deve ser considerada como sugestão ou recomendação de investimento, manutenção ou desinvestimento. A Austin Rating não presta serviços de consultoria de investimento. **AS OPINIÕES EMITIDAS PELA AUSTIN RATING, INCLUSIVE AQUELAS CONTIDAS NESTE RELATÓRIO, NÃO DEVEM SUBSTITUIR A ANÁLISE E O JULGAMENTO PRÓPRIOS DOS USUÁRIOS DOS RATINGS, ESPECIALMENTE DOS INVESTIDORES.**

AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO DA AUSTIN RATING NÃO PRESSUPÕEM A CERTEZA DE FATOS. As opiniões externadas pela Austin Rating em seus relatórios de classificação de risco referem-se à qualidade creditícia futura, incorporando determinadas suposições e previsões sobre eventos futuros que podem não se concretizar (tomarem-se fatos). Desse modo, a despeito de estarem baseadas em informações e fatos presumidamente verdadeiros, as classificações podem ser afetadas por acontecimentos futuros ou condições não previstas no momento de uma ação de rating.

AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO ATRIBUÍDAS PELA AUSTIN RATING SÃO OPINIÕES VÁLIDAS EXCLUSIVAMENTE PARA A DATA EM QUE SÃO EMITIDAS. A Austin Rating possui mecanismos de vigilância apropriados e envia seus melhores esforços para que suas opiniões (ratings) estejam atualizadas, programando revisões com o menor intervalo de tempo possível entre elas e fazendo revisões não programadas sempre que de conhecimento de fato novo e relevante. Contudo, essa agência não pode assegurar que todas as informações, especialmente aquelas de caráter não público, estejam refletidas tempestivamente em suas classificações, ou que fatos supervenientes à emissão de uma determinada classificação de risco não afetem ou afetarão a classificação de risco. As classificações e demais opiniões que a sustentam refletem a percepção do Comitê de Classificação de Risco dessa agência exclusivamente na data em que as mesmas são emitidas (data de emissão de relatórios, informativos e outros documentos oficiais).

OS RATINGS DE CRÉDITO EMITIDOS PELA AUSTIN RATING ESTÃO SUJEITOS A ALTERAÇÕES E PODEM, INCLUSIVE, SER SUSPENSOS DENTRO DE UM PRAZO DE VIGÊNCIA DE UM CONTRATO. As classificações podem ser alteradas ou retiradas a qualquer momento e por diversas razões, de acordo com os critérios metodológicos da Austin Rating para o tipo de emissor / emissão classificado. Uma classificação pode ser suspensa e/ou a retirada nas hipóteses em que a Austin Rating identificar: (i) a ausência de informações fidedignas e/ou suficientes para a continuidade da análise, quando ainda há contrato comercial vigente; (ii) a existência de potencial conflito de interesses; e/ou (iii) a não existência e/ou não disponibilização de informações suficientes para realização de referida análise e emissão do rating.

AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO ATRIBUÍDAS PELA AUSTIN RATING NÃO DEVEM SER COMPARADAS A CLASSIFICAÇÕES ATRIBUÍDAS POR OUTRAS AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS DE RISCO. Em que pese a simbologia adotada pela Austin Rating seguir intencionalmente o padrão adotado pela maioria das agências classificadoras de risco atuantes sob a jurisdição local, suas classificações não devem ser diretamente comparadas às classificações de outras agências de rating, uma vez que suas definições de default e de recuperação após default e suas abordagens e critérios analíticos são próprios e diferem daqueles definidos e aplicados por outras agências.

OS RATINGS DE CRÉDITO EMITIDOS PELA AUSTIN RATING NÃO CONSIDERAM O RISCO DE PERDA DERIVADO DE OUTROS RISCOS QUE NÃO O RISCO DE CRÉDITO, A NÃO SER QUE TAIS RISCOS SEJAM ESPECIFICAMENTE MENCIONADOS EM SEUS RELATÓRIOS E PARECERES FORMAIS. Não obstante a Austin Rating dedicar-se a analisar e ponderar todos os riscos inerentes a um emissor e/ou emissão, incluindo riscos de natureza jurídica e moral, a fim de identificar seu impacto sobre o risco de crédito, as opiniões quanto aos riscos de mercado e liquidez de ativos classificados, por exemplo, não fazem parte do escopo da análise e, por isso, não são consideradas na classificação de risco de crédito. Caso solicitado pelo contratante, a Austin Rating pode fazer análises específicas quanto a riscos de mercado e liquidez de determinados ativos, sendo nesses casos referida avaliação sempre será segregada da análise do risco de crédito e identificada como tal.

OS RATINGS E DEMAIS COMENTÁRIOS EMITIDOS PELA AUSTIN RATING, INCLUINDO AQUELES CONTIDOS NESTE DOCUMENTO, REFLETEM OPINIÕES DO COMITÊ DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA AUSTIN RATING, E NÃO A OPINIÃO DE UM INDIVÍDUO OU DE UM GRUPO DE INDIVÍDUOS INDISTINTO. As decisões sobre classificações de risco de crédito são tomadas por um Comitê de Classificação de Risco, seguindo metodologias e critérios padronizados para cada tipo de emissor e/ou emissão. Em seus relatórios, informativos e outros documentos oficiais com opiniões de crédito, a Austin Rating divulga os nomes de analistas e membros do Comitê de Classificação de Risco com a finalidade de cumprimento ao disposto no Item I do Artigo 16 da Instrução CVM 521/2012, assim como com o objetivo de favorecer a comunicação com os contratantes, investidores e demais usuários de seus ratings, exclusivamente no que diz respeito a dúvidas e comentários ligados a assuntos analíticos decorrentes da leitura e do entendimento de seus relatórios e pareceres formais por essas partes. Não obstante a existência de um canal aberto com os analistas, estes estão orientados a não comentarem sobre os ratings emitidos e a não emitirem opiniões pessoais acerca dos riscos, sendo que, caso o façam, tais comentários e opiniões jamais devem ser entendidos como a opinião da Austin Rating. Do mesmo modo, os analistas e demais colaboradores identificados neste relatório, embora estejam diretamente envolvidos no processo de análise, não são os únicos responsáveis pelas opiniões e, portanto, não devem ser responsabilizados individualmente por qualquer erro ou omissão eventualmente observados neste, nem tampouco pela classificação atribuída.

A AUSTIN RATING NÃO ASSESSORA E/OU PARTICIPA DE PROCESSOS DE COLOCAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO E NEM PARTICIPA DE "ROAD SHOWS" PARA A VENDA DE ATIVOS POR ELA CLASSIFICADOS E, AINDA, SEUS RELATÓRIOS NÃO DEVEM, EM NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA, SUBSTITUIR OS PROSPECTOS E OUTROS DOCUMENTOS, OBRIGATÓRIOS POR LEI OU NÃO, RELACIONADOS A UMA EMISSÃO.

EM NENHUMA HIPÓTESE E SOB NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA, A AUSTIN RATING E/OU SEUS SÓCIOS, DIRETORES E DEMAIS COLABORADORES DEVEM SER RESPONSABILIZADOS DE QUALQUER FORMA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, POR DANOS DE QUALQUER ORDEM E NATUREZA, INCLUINDO, PORÉM NÃO LIMITANDO-SE À PERDA DE LUCROS E RENDIMENTOS E CUSTOS DE OPORTUNIDADE QUE SEJAM DECORRENTES DO INVESTIMENTO EM EMISSORES E OU TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS POR ESSES EMITIDOS QUE MANTENHAM OU TENHAM MANTIDO A QUALQUER TEMPO CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO DEFINITIVA OU PRELIMINAR PELA AUSTIN RATING, INCLUINDO A(S) CLASSIFICAÇÃO(ÕES) EXPLICITADA(S) NESTE DOCUMENTO. DO MESMO MODO, A AUSTIN RATING SE ISENTA DE TODO E QUALQUER TIPO DE DANO OCASIONADO A TERCEIROS POR QUALQUER OUTRO TIPO DE CONTEÚDO PUBLICADO EM SEUS RELATÓRIOS E INFORMATIVOS E EM SEU WEBSITE, BEM COMO POR AQUELES DECORRENTES DE ATRASO NA DIVULGAÇÃO DE OPINIÕES ATUALIZADAS.

© 2014 Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. (Austin Rating). Todos os direitos reservados. **TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS POR LEI. NENHUMA PARTE DESTA DOCUMENTO PODERÁ SER COPIADA, REPRODUZIDA, REEDITADA, TRANSMITIDA, DIVULGADA, REDISTRIBUÍDA, REVENDIDA OU ARMAZENADA PARA USO SUBSEQUENTE PARA QUALQUER FIM, NO TODO OU EM PARTE, EM QUALQUER FORMA OU POR QUALQUER MEIO QUE SEJA, ELETRÔNICO OU MECÂNICO, INCLUINDO FOTOCÓPIA, GRAVAÇÃO OU QUALQUER OUTRO TIPO DE SISTEMA DE ARMAZENAMENTO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, E POR QUALQUER PESSOA SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO POR ESCRITO DA AUSTIN RATING.**

ANEXO V – SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

**AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL LP**

SUPLEMENTO Nº("01")

Suplemento nº 01 referente à emissão única da 1ª Série emitida nos termos do regulamento do "AURUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP", do qual este Suplemento é parte integrante.

1. PRAZO. O prazo de duração da 1ª Série é de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de Cotas Seniores.

2. PÚBLICO ALVO: Investidores Qualificados.

3. BENCHMARK. A 1ª Série de Cotas Seniores, representativa do Patrimônio Inicial do FUNDO, possui um *benchmark* de rentabilidade correspondente a 125% (cento e vinte cinco por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) ou CDI acrescido de 3,66% ao ano, o que for maior.

Uma vez atingido *benchmark*, o excedente será atribuído às Cotas Subordinadas, as quais não possuem limite de rentabilidade.

3.1. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do FUNDO, da ADMINISTRADORA ou da CONSULTORA acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.

4. VALOR DA SÉRIE E QUANTIDADE DE COTAS:

a) R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) equivalentes a 15.000 (quinze mil) Cotas Seniores

5. VALOR DE SUBSCRIÇÃO. Na subscrição de cotas seniores do FUNDO deve ser utilizado o valor de fechamento da classe em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à ADMINISTRADORA, em sua sede ou dependências, observando o Boletim de Subscrição.

6. Amortização e Resgate das Cotas Seniores. A partir do 15º (décimo quinto) mês contado da data da primeira integralização de Cotas Seniores, as Cotas Seniores da 1ª Série do FUNDO terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados trimestralmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

15º mês	1/08	27º mês	5/08
18º mês	2/08	30º mês	6/08

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
574 311
Microfilme N.º

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
registro de Títulos e Documento
registro Civil de Pessoas Jurídica
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

www.bancopetra.com.br

21º mês	3/08	33º mês	7/08
24º mês	4/08	36º mês	8/08

6.1. O pagamento das amortizações e do Resgate, ou seja, dos juros e do principal, deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da Amortização e ou resgate cair em dia não útil, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

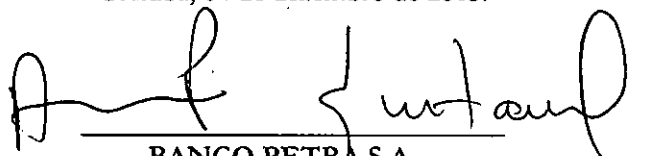
6.2. O Resgate final das Cotas Seniores ocorrerá no 36º (trigésimo sexto) mês, contados da data da primeira integralização de cotas seniores, na mesma data do pagamento da última parcela da Amortização.

6.3. As Cotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas após o Resgate da totalidade das Cotas Seniores.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Curitiba, 04 de dezembro de 2013.


BANCO PETRA S.A. –
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

CUSTAS
VRC 1020
R\$ 143,82

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEX 874 311
Microfilme N.º

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 50
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR